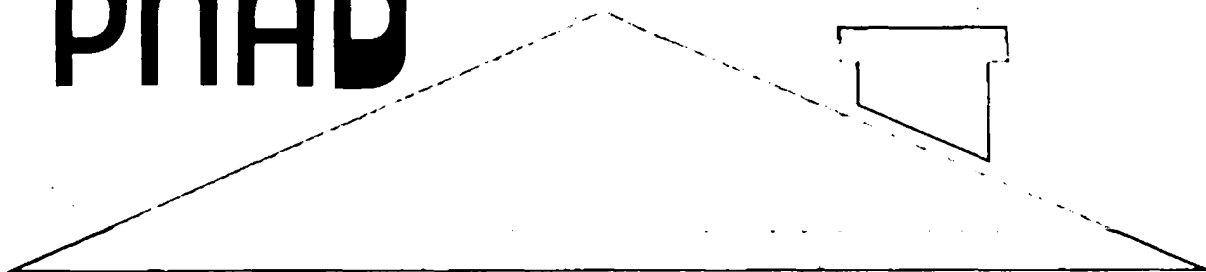


PNAD



SÍNTESE DE INDICADORES
DA PESQUISA BÁSICA
1990

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Presidente da República
Itamar Franco

Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação
Alexis Stepanenko

**FUNDAÇÃO INSTITUTO
BRASILEIRO DE GEOGRAFIA
E ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente
Silvio Augusto Minciotti

Diretor de Planejamento e Coordenação
Djalma Galvão Carneiro Pessoa

ÓRGÃOS TÉCNICOS SETORIAIS

Diretoria de Pesquisas
Tereza Cristina Nascimento Araújo

Diretoria de Geociências
Sergio Bruni

Diretoria de Informática
Francisco Quental

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Nelson de Castro Senra

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Departamento de Emprego e Rendimento
Maria Martha Malard Mayer

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
DIRETORIA DE PESQUISAS
DEPARTAMENTO DE EMPREGO E RENDIMENTO

**PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - PNAD:
SÍNTESE DE INDICADORES DA PESQUISA BÁSICA - 1990**

Rio de Janeiro
1993

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 85-240-0437-1

© IBGE

EQUIPE TÉCNICA

A elaboração das Pesquisas Básicas e Suplementares da PNAD foi coordenada pela Divisão de Pesquisa Anual e pela Divisão de Estudos e Análises do Departamento de Emprego e Rendimento - DEREN/DPE.

Divisão de Pesquisas

Teresinha Batista T. Coutinho

Elaboração, Comentários e Definição

Vandeli dos Santos Guerra

Tabulações Especiais

Francisco dos Santos

Mário Serres da Silva

Trabalhos de Edição

Adérbal Fernando Ferreira

Divisão de Estudos e Análises

Paulo César de Souza Quintal

Estudos e Análises Estatísticas

Rozângela Antunes P. Almeida

Apoio Computacional

Élcio Rubens Igrejas Fragoso

Análise 1

Suely da Costa Fialho

Análise 2

Robson da Silva Pereira

Análise

Deolídia dos Santos Avellar

Eneida da Silva Rego

Genilda da Silva Rodriguez

Janete Rodrigues da Silva

João Carlos Peron Ramos

José Carlos Marques Veiga

Juarez Vicente Vieira

Luiz Carlos Rodriguez

Maria da Glória Dias Freitas

Maria do Socorro Bento

Nélio Fernando Guimarães Lopes

Sandra Rosa Geraldo

Verônica Duarte de Paiva

Waldelice Lisboa G. das Dores

Processamento de Sistemas Computacionais da Diretoria de Informática - DI

Luiz Maurício de Resende Mansur

Tabelas e textos armazenados em mainframe e emitidas através de laser de grande porte

EQUIPE EDITORIAL

Publicação editorada pela Divisão de Edição/Departamento de Edição e Gráfica - DEDIT/CDDI.

Estruturação Editorial

Ceni Maria de Paula de Souza

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Vilma da Costa Vidal

Copidesque

Heliari Schmidt Pereira

Wilton de Almeida Tavares

Revisão

Maria de Lourdes Amorim

Maria da Fenha Uchôa da Rocha

Umberto Patrício Filho

Edição

Maria da Graça de Lima Ferreira

Capa

Guilherme Camarinha Martins

Impressão

Divisão de Gráfica/Departamento de Edição e Gráfica - DEDIT/CDDI, em agosto de 1993, OS 02-03-1.0416/93.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD: síntese de indicadores da pesquisa básica 1990 / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Emprego e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 1992. 121p.

Dados editados para 1991-1999 sob o título: Síntese de indicadores da pesquisa básica da PNAD 1981-1989.

Apresenta retrospectiva de alguns indicadores de rendimento para o período de 1991 a 1990.

ISBN 85-240-0437-1

1. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Brasil - 1990. 2. Levantamentos domiciliares - Brasil. 3. Brasil - População - Estatística. I. IBGE. Departamento de Emprego e Rendimento. II. Título. PNAD: síntese de indicadores da pesquisa básica de 1990.

IBGE. CDDI. Dep. de Documentação e Bibliotecária RJ/IBGE/92 - 16 CDU 015.14.6.(61)*1990*

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

APRESENTAÇÃO

Esta publicação tem o objetivo de dar uma visão da situação socioeconômica do País, sem que seja necessário aguardar a conclusão das tarefas mais laboriosas de preparação e impressão dos cinco volumes que compõem a divulgação anual da PNAD.

Apresenta resultados, a nível de Brasil e Grandes Regiões, da Pesquisa Básica da PNAD de 1990 e, ainda, a retrospectiva de alguns indicadores de rendimento para o período de 1981 a 1990. Estas estatísticas, em conjunto com as divulgadas na Síntese de Indicadores da Pesquisa Básica da PNAD de 1981 a 1989, permitem vislumbrar a evolução, no período de 1981 a 1990, de importantes aspectos da realidade nacional e as modificações que apresentaram, de 1989 para 1990, a nível regional.

Rio de Janeiro, RJ, agosto de 1993

Silvio Augusto Minciotti
Presidente do IBGE

SUMÁRIO

Introdução	9
Conceitos e definições	13
1 População	
Comentários	
Aspectos nacionais	19
Aspectos regionais	20
Tabelas	
1.1 População residente, por Grandes Regiões, segundo algumas características - 1990	24
1.2 Distribuição da população residente, por Grandes Regiões, segundo algumas características - 1990	25
2 Educação	
Comentários	
Aspectos nacionais	27
Aspectos regionais	28
Tabelas	
2.1 Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo algumas características - 1990	32
2.2 Indicadores de educação, por Grandes Regiões - 1990	33
3 Trabalho	
Comentários	
Aspectos nacionais	35
Aspectos regionais	39
Tabelas	
3.1 Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo e a condição de atividade - 1990	51
3.2 Indicadores de condição de atividade para as pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões - 1990	52
3.3 Pessoas ocupadas, por Grandes Regiões, segundo algumas características - 1990	53
3.4 Distribuição das pessoas ocupadas, por Grandes Regiões, segundo algumas características - 1990	54
3.5 Empregados no trabalho principal, por Grandes Regiões, segundo o sexo, a atividade e a posse de carteira de trabalho assinada - 1990	55

3.6	Distribuição dos empregados no trabalho principal, por Grandes Regiões, segundo o sexo, a atividade e a posse de carteira de trabalho assinada - 1990	56
4	Família	
	Comentários	
	Aspectos nacionais	57
	Aspectos regionais	58
	Tabelas	
4.1	Famílias residentes em domicílios particulares, por Grandes Regiões, segundo algumas características - 1990	62
4.2	Indicadores de famílias residentes em domicílios particulares, por Grandes Regiões - 1990	63
5	Domicílio	
	Comentários	
	Aspectos nacionais	65
	Aspectos regionais	66
	Tabelas	
5.1	Domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões, segundo algumas características - 1990	71
5.2	Distribuição dos domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões, segundo algumas características - 1990	72
6	Rendimento	
	Comentários	
	Aspectos nacionais	73
	Aspectos regionais	79
	Tabelas	
6.1	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo e as classes de rendimento mensal - 1990	92
6.2	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo e as classes de rendimento mensal real - 1990 ..	93
6.3	Distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por Grandes Regiões, segundo as classes de percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, em ordem crescente de rendimento - 1990	94
6.4	Rendimento médio mensal nominal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por Grandes Regiões, segundo as classes de percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, em ordem crescente de rendimento - 1990	95
6.5	Distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, segundo as classes de percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, em ordem crescente de rendimento - Brasil - 1981-1990	96

6.6	Rendimento médio mensal nominal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, segundo as classes de percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, em ordem crescente de rendimento - Brasil - 1981-1990	97
6.7	Rendimento médio mensal real das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, segundo as classes de percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, em ordem crescente de rendimento - Brasil - 1981-1990	99
6.8	Índice de Gini do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por Grandes Regiões, segundo o sexo - 1981-1990	101
6.9	Rendimento médio mensal nominal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo - 1981-1990	102
6.10	Rendimento médio mensal real das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo - 1981-1990	103
6.11	Distribuição das pessoas ocupadas, por Grandes Regiões, segundo o sexo e as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos - 1990	104
6.12	Distribuição das pessoas ocupadas, por Grandes Regiões, segundo o sexo e as classes de rendimento mensal real de todos os trabalhos - 1990	105
6.13	Distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento de trabalho, por Grandes Regiões, segundo as classes de percentual das pessoas ocupadas, em ordem crescente de rendimento de todos os trabalhos - 1990	106
6.14	Rendimento médio mensal nominal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento de trabalho, por Grandes Regiões, segundo as classes de percentual das pessoas ocupadas, em ordem crescente de rendimento de todos os trabalhos - 1990	107
6.15	Distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento de trabalho, segundo as classes de percentual das pessoas ocupadas, em ordem crescente de rendimento de todos os trabalhos - Brasil - 1981-1990	108
6.16	Rendimento médio mensal nominal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento de trabalho, segundo as classes de percentual das pessoas ocupadas, em ordem crescente de rendimento de todos os trabalhos - Brasil - 1981-1990	109
6.17	Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento de trabalho, segundo as classes de percentual das pessoas ocupadas, em ordem crescente de rendimento de todos os trabalhos - Brasil - 1981-1990	111
6.18	Índice de Gini do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento de trabalho, por Grandes Regiões, segundo o sexo - 1981-1990	113
6.19	Rendimento médio mensal nominal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas, por Grandes Regiões, segundo o sexo - 1981-1990	114
6.20	Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas ocupadas, por Grandes Regiões, segundo o sexo - 1981-1990	115
6.21	Distribuição dos empregados no trabalho principal, por Grandes Regiões, segundo a posse de carteira de trabalho assinada pelo empregador e as classes de rendimento mensal do trabalho principal - 1990	116
6.22	Distribuição dos empregados no trabalho principal, por Grandes Regiões, segundo a posse de carteira de trabalho assinada pelo empregador e as classes de rendimento mensal real do trabalho principal - 1990	117
6.23	Rendimento médio mensal nominal do trabalho principal dos empregados por Grandes Regiões, segundo a posse da carteira de trabalho assinada pelo empregador - 1981-1990	118

6.24	Rendimento médio mensal real do trabalho principal dos empregados, por Grandes Regiões, segundo a posse de carteira de trabalho assinada pelo empregador, 1981-1990	119
6.25	Distribuição das famílias residentes em domicílios particulares, por Grandes Regiões, segundo as classes de rendimento mensal familiar - 1990	120
Anexo I - Ramos de atividade e atividades		121

CONVENÇÕES

- ... O dado é desconhecido ou não pode ser apresentado na forma prevista no quadro.
- O dado, de acordo com a declaração do informante, não existe.
- 0,0 O fenômeno existe, mas não atinge a unidade adotada na tabela.

INTRODUÇÃO

A **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** - PNAD - é um levantamento anual que investiga, de forma permanente, os temas habitação, rendimento e trabalho, associados a aspectos demográficos e educacionais e, com periodicidade variável, outros assuntos de caráter demográfico, social e econômico.

Como o seu próprio nome indica, a **PNAD** é realizada através de uma amostra de domicílios que abrange todo o País, com exceção da área rural dos estados da antiga Região Norte (Pondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá) que abriga cerca de 3,0% da população do Brasil.

Para a **PNAD** de 1990 foram pesquisadas cerca de 87 540 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação.

As estatísticas da **Pesquisa Básica da PNAD**, que abrange os temas habitação, rendimento e trabalho, associados a aspectos demográficos e educacionais, são divulgadas a nível de Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação (apenas para Pondônia, Acre, Roraima e Amapá não são produzidos resultados em separado) e Regiões Metropolitanas. Estas estatísticas são apresentadas em cinco números:

Número 1 - Brasil e Grandes Regiões;

Número 2 - Regiões Metropolitanas;

Número 3 - Amazonas, Pará, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal;

Número 4 - Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; e

Número 5 - Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Para as pesquisas da **PNAD** de 1988 a 1990, por razões de ordem técnica, as informações referentes ao antigo Estado de Goiás foram apuradas como se essa Unidade da Federação não houvesse sido desmembrada para constituir os atuais Estados do Tocantins e Goiás. Conseqüentemente, as estatísticas da **PNAD** de 1988 a 1990, produzidas para a Região Norte, não incluem a parcela correspondente ao atual Estado do Tocantins que ainda se mantém incorporada às da Região Centro-Oeste (Ver mapa na página 11).

As informações apresentadas nesta síntese mostram resultados, a nível de **Brasil e Grandes Regiões**, da **PNAD** de 1990 e, ainda, a retrospectiva de alguns indicadores de rendimento.

Na **PNAD** de 1982 a amostra foi distribuída em 12 semanas de referência, espelhando a média desse período. Este procedimento divergiu daquele adotado nos demais anos do período de 1981 a 1990 e apresentou reflexos em um conjunto de resultados de 1982, dificultando a sua comparação com aqueles referentes aos outros anos do referido período. Em decorrência deste fato, os indicadores da **PNAD** de 1982 foram excluídos das tabelas que apresentam informações retrospectivas do período de 1981 a 1990.

Para esta divulgação os resultados foram agrupados em seis tópicos: população, educação, trabalho, família, domicílio e rendimento.

As Tabelas que fazem parte de cada tópico são precedidas de comentários que destacam a evolução, de 1981 para 1990, dos indicadores apresentados para o País e a comparação entre os resultados obtidos para as Grandes Regiões em 1990. Nestes comentários os resultados da **Região Norte** não são ressaltados nas comparações inter-regionais, tendo em vista que a ausência de informações para a população da área rural dessa região impede captar a sua realidade em termos globais, embora não afete de forma expressiva as estatísticas a nível do País.

As Tabelas 6.4, 6.6, 6.7, 6.14, 6.16 e 6.17 do tópico **rendimento** apresentam estatísticas que não constaram na "Síntese de Indicadores da Pesquisa Básica da PNAD de 1981 a 1989". Ademais, foram mantidas, através das Tabelas 6.5 e 6.15, as informações retrospectivas, a nível nacional, de indicadores relacionados com estas novas estatísticas para facilitar a sua utilização em conjunto.

O **Índice de Gini** encontrado na "Síntese de Indicadores da Pesquisa Básica da PNAD de 1981 a 1989" foi calculado pelo método aproximado de agrupamento das informações das pessoas em estratos de rendimento. Nesta publicação de 1990, as Tabelas 6.8 e 6.18 apresentam os resultados, obtidos para período de 1981 a 1990, do **Índice de Gini** calculado diretamente das informações individuais.

Cabe alertar que os dados referentes a 1984, 1985, 1987 e 1988, encontrados nas Tabelas 6.9, 6.19 e 6.23, e os relativos a 1981, apresentados na Tabela 6.9, são

resultados revisados em decorrência de correções efetuadas nas informações básicas após a divulgação da pesquisa.

GRANDES REGIÕES DO BRASIL PARA A PNAD DE 1981 a 1990



Para a PNAD de 1988 a 1990 não se considerou o desmembramento do antigo Estado de Goiás nos atuais Estados do Tocantins e Goiás.

CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Os principais conceitos e definições necessários ao entendimento dos resultados apresentados são:

Situação do Domicílio - a classificação da situação do domicílio é urbana ou rural, de acordo com a área de localização da unidade domiciliar e tem por base a legislação vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico de 1980. A situação urbana abrange as cidades, vilas e áreas urbanas isoladas. A situação rural compreende as áreas fora desses limites.

Pessoa Residente - considerou-se como residente a pessoa que morava habitualmente na unidade domiciliar, ainda que estivesse temporariamente ausente e desde que seu afastamento não fosse superior a 12 meses em relação à data da entrevista.

Os aspectos referentes à **educação** (alfabetização, escolarização e instrução) foram pesquisados para as pessoas de 5 anos ou mais de idade.

Alfabetização - considerou-se como alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecesse.

Taxa de Analfabetismo - é a percentagem das pessoas analfabetas (de um grupo etário) em relação ao total de pessoas (do mesmo grupo etário).

Estudante - considerou-se como estudante a pessoa que freqüentava curso pré-escolar, de alfabetização de adultos, regular ou supletivo de 1ª ou de 2ª graus, pré-vestibular, superior, mestrado ou doutorado.

Taxa de Escolarização - é a percentagem dos estudantes (de um grupo etário) em relação ao total de pessoas (do mesmo grupo etário).

Anos de Estudo - a classificação em anos de estudo foi feita da seguinte forma: um ano de estudo equivaleu à conclusão da primeira série de curso de nível elementar ou de 1ª grau; dois anos de estudo equivaleram à conclusão da segunda série de

curso de nível elementar ou de 1ª grau e assim sucessivamente. Em síntese, a correspondência foi: 1 a 8 anos - 1ª grau (ou elementar e médio 1º ciclo); 9 a 11 anos - 2ª grau (ou médio 2º ciclo); 12 anos ou mais - superior, mestrado e doutorado.

As características referentes a **trabalho** e **rendimento** foram pesquisadas para as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Trabalho - considerou-se como trabalho o exercício de ocupação econômica:

remunerada em dinheiro, mercadorias, produtos ou somente em benefícios;

sem remuneração, exercida normalmente durante pelo menos 15 horas por semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que tenha uma atividade econômica ou a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou

sem remuneração, exercida normalmente durante pelo menos 15 horas por semana, como aprendiz, estagiário, etc.

Semana de Referência - é a semana a qual se refere a investigação da condição de atividade (economicamente ativa e não-economicamente ativa) e das características de trabalho da pessoa.

SEMANA DE REFERÊNCIA, SEGUNDO O ANO DA PESQUISA - 1981-1990

ANO	SEMANA DE REFERÊNCIA	ANO	SEMANA DE REFERÊNCIA
1981	8 a 14 de novembro	1986	28 de setembro a 4 de outubro
1983	25 de setembro a 1ª de outubro	1987	27 de setembro a 3 de outubro
1984	23 a 29 de setembro	1988	25 de setembro a 1ª de outubro
1985	22 a 28 de setembro	1989	24 a 30 de setembro
		1990	23 a 29 de setembro

Pessoa Ocupada - considerou-se como ocupada a pessoa que tinha trabalho durante toda ou parte da semana de referência (ainda que não tenha trabalhado nesse período por motivo de férias, licença médica, etc.).

Pessoa Desocupada - considerou-se como desocupada na semana de referência a pessoa que, nesse período, não tinha trabalho mas tomou alguma providência efetiva para conseguir trabalho.

Pessoa Economicamente Ativa - considerou-se como economicamente ativa na semana de referência a pessoa que foi classificada como ocupada ou desocupada nesse período.

Pessoa Não-economicamente Ativa - considerou-se como não-economicamente ativa na semana de referência a pessoa que não foi classificada como ocupada nem como desocupada nesse período.

Pessoa em Idade Ativa - considerou-se como em idade ativa a pessoa de 10 anos ou mais de idade.

Taxa de Atividade - é a percentagem das pessoas economicamente ativas em relação às pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Taxa de Desocupação (ou de desemprego aberto) - é a percentagem das pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas.

Trabalho Principal - considerou-se como principal o trabalho que a pessoa tinha na semana de referência. Para a pessoa que tinha mais de um trabalho na semana de referência, considerou-se como principal o trabalho remunerado ao qual dedicou maior número de horas na semana de referência. Quando houve igualdade no número de horas trabalhadas na semana de referência, considerou-se como trabalho principal aquele que proporcionava maior rendimento.

As investigações sobre **atividade, posição na ocupação e carteira de trabalho assinada** referiram-se ao **trabalho principal**.

Atividade - a classificação da atividade do empreendimento foi obtida através da finalidade ou do ramo de negócio da organização, empresa ou entidade para a qual a pessoa trabalhava. Para os trabalhadores por conta-própria a classificação foi feita de acordo com a ocupação exercida.

A composição dos ramos de atividade apresentados nas tabelas encontra-se no Anexo I.

Posição da Ocupação - para efeito de divulgação as nove categorias de posição na ocupação foram agrupadas nas quatro seguintes:

Empregado - considerou-se como empregado a pessoa que trabalhava para um empregador, geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou somente em benefícios. Incluíam-se nesta categoria o parceiro empregado e, também, o trabalhador agrícola volante;

Conta-própria - considerou-se como conta-própria a pessoa que trabalhava em seu próprio empreendimento, explorando uma atividade econômica sem ter empregado, com ou sem auxílio de membro não remunerado da unidade domiciliar. Incluiu-se nesta categoria o parceiro conta-própria;

Empregador - considerou-se como empregador a pessoa que trabalhava em seu próprio empreendimento, explorando uma atividade econômica com, pelo menos, um empregado. Incluiu-se nesta categoria o parceiro empregador; e

Não remunerado - considerou-se como não remunerado a pessoa que trabalhava sem remuneração 15 horas ou mais por semana em ajuda a membro da unidade domiciliar que tinha uma atividade econômica, ou a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo, ou, ainda, como aprendiz, estagiário, etc.

Contribuição para Instituto de Previdência - para a pessoa ocupada foi pesquisado se contribuía para instituto de previdência (federal, estadual ou municipal) em qualquer trabalho que tivesse na semana de referência.

Família - considerou-se como família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica, ou normas de convivência, que residiam na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que morava só em uma unidade domiciliar.

Chefe da Família - considerou-se como chefe a pessoa responsável pela família, ou que assim era considerada pelos demais componentes.

Os domicílios particulares podem ser permanentes ou improvisados.

Domicílio Particular Permanente - considerou-se como permanente o domicílio particular localizado em unidade que se destinava a servir de moradia, ou seja, em casa, apartamento, construção rústica (barraco), quarto ou cômodo.

Domicílio Particular Improvisado - considerou-se como improvisado o domicílio particular localizado em unidade que não tinha dependência destinada exclusivamente à moradia como, por exemplo, a situada em loja, sala comercial, etc. Também foi considerado como improvisado o domicílio localizado em prédio em construção, embarcação, carroça, tenda, barraca, etc.

Rendimento - pesquisou-se a remuneração bruta normalmente recebida, relativa ao mês de referência, do trabalho principal e dos demais trabalhos da pessoa ocupada e, ainda, o rendimento mensal normalmente recebido de outras fontes (aposentadoria, pensão, abono de permanência, aluguel, salário família, juros de caderneta de poupança, juros de aplicações de renda fixa, etc.).

Salário Mínimo - na apuração dos rendimentos segundo as classes de salário mínimo (ou piso nacional de salários), considerou-se o que vigorava no mês de referência da pesquisa.

Os valores do salário mínimo (ou piso nacional de salários) vigentes nos meses de referência das pesquisas de 1981 a 1990 encontram-se no quadro a seguir.

SALÁRIO MÍNIMO, SEGUNDO OS MESES DE REFERÊNCIA DA PESQUISA - 1981-1990

ANO	MÊS DE REFERÊNCIA	VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO	ANO	MÊS DE REFERÊNCIA	VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO
1981	outubro	Cr\$ 8.464,00	1986	setembro	Cz\$ 804,00
1983	setembro	Cr\$ 34.776,00	1987	setembro	(1) Cz\$ 2.400,00
1984	setembro	Cr\$ 97.176,00	1988	setembro	(1) Cz\$ 18.960,00
1985	setembro	Cr\$ 333.120,00	1989	setembro	NCz\$ 249,48
			1990	setembro	Cr\$ 6.056,31

(1) Piso Nacional de Salários.

Salário Mínimo Real - na apuração dos rendimentos segundo as classes de salário mínimo real, considerou-se o salário mínimo que vigorava no mês de referência da pesquisa de 1989 e que foi NCz\$ 249,48. Este rendimento em termos reais, deflacionado pelo INPC, apresentou os seguintes valores nos meses de referência das pesquisas de 1981 a 1990.

SALÁRIO MÍNIMO REAL, SEGUNDO OS MESES DE REFERÊNCIA DA PESQUISA - 1981-1990

ANO	MÊS DE REFERÊNCIA	VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO REAL	ANO	MÊS DE REFERÊNCIA	VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO REAL
1981	outubro	Cr\$ 7.087,00	1986	setembro	Cz\$ 652,00
1983	setembro	Cr\$ 34.267,00	1987	setembro	Cz\$ 2.494,00
1984	setembro	Cr\$ 99.706,00	1988	setembro	Cz\$ 18.991,00
1985	setembro	Cr\$ 315.676,00	1989	setembro	NCz\$ 249,48
			1990	setembro	Cr\$ 8.220,16

Índice de Gini - é uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima).

Os índices de Gini das distribuições de rendimento foram calculados através da seguinte expressão:

$$G = 2 \frac{\sum_{i=1}^n p r x}{\sum_{i=1}^n p r} - 1$$

onde

$$x = \left(\sum_{j=1}^i p_j \right) - \frac{p_i}{2}$$

e sendo: n - número de pessoas na amostra.

p_i - proporção do peso da pessoa i na amostra.

r_i - rendimento da pessoa i.

1 POPULAÇÃO

ASPECTOS NACIONAIS

Os resultados produzidos para o primeiro ano deste decênio registraram pouco mais de um quarto (25,9%) da população do País residindo em área rural. Em 1981 esta parcela abarcava 28,8% da população.

A evolução da estrutura etária da população brasileira no período de 1981 a 1990 retrata o seu processo gradual de envelhecimento.

Neste período observaram-se sensível decréscimo na proporção de crianças de menos de 10 anos de idade e aumento no número e proporção de idosos (pessoas de 60 anos ou mais de idade), refletindo os efeitos da queda da fecundidade e da mortalidade no País.

As crianças de menos de 10 anos de idade representavam 25,7% da população em 1981 e 22,9% em 1990, enquanto que os idosos abrangiam 6,4% em 1981 e 7,7% em 1990.

Constatou-se, ainda, que houve declínio, de 19,0% em 1981 para 17,8% em 1990, na proporção de menores de 10 a 17 anos de idade e crescimento, de 48,9% em 1981 para 51,6% em 1990, na proporção de adultos jovens e de meia-idade (pessoas de 18 a 59 anos de idade).

A mortalidade diferenciada entre os homens e mulheres pode ser percebida na composição da população por sexo e se torna mais evidente quando se compara a participação dos homens e mulheres no contingente de pessoas idosas.

O percentual de mulheres no total de idosos passou de 52,6% em 1981 para 54,3% em 1990.

Na população feminina as idosas representaram 6,7% em 1981 e 8,2% em 1990, enquanto que, na masculina, os homens idosos compreenderam 6,2% em 1981 e 7,2% em 1990.

ASPECTOS REGIONAIS

Região Norte Urbana

A Região Norte urbana e rural (excluindo o novo Estado do Tocantins) ocupa 42% do Território Nacional e abriga o menor contingente populacional do País.

Os indicadores obtidos para esta região não retratam a sua totalidade devido à ausência de informações para a área rural, ainda não coberta pela pesquisa, e, portanto, não são incluídos nos confrontos inter-regionais.

Considerando que o processo de envelhecimento populacional é, normalmente, menos acelerado nas áreas rurais, pode-se supor que a estrutura etária do total da Região Norte seja ainda mais jovem que a constatada para a sua área urbana em 1990.

Na Região Norte urbana as crianças de menos de 10 anos de idade abarcaram cerca de um quinto (25,4%) da população, enquanto que os menores de 10 a 17 anos detiveram pouco mais de um quinto (20,6%). Os idosos constituíram somente 5,4% desta população e os adultos de meia-idade abrangeram 13,2%.

No contingente de idosos as mulheres representaram 55,0%.

Região Nordeste

A Região Nordeste ocupa pouco mais de 18% do Território Nacional e é a segunda mais populosa do País. O número de pessoas residentes nesta região equiparou-se a quase dois terços da população da Região Sudeste.

A Região Nordeste deteve o menor nível de urbanização, tendo 42,9% da sua população residindo em área rural em 1990.

Nesta região encontrou-se a maior proporção de crianças de menos de 10 anos de idade (26,6%). A sua proporção de menores de 10 a 17 anos de idade (20,2%), também, sobrepuiu as das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Os percentuais de adultos jovens (30,8%) e de meia-idade (14,5%) foram menores que os das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Cabe destacar que a maior parcela de emigrantes da Região Nordeste sai do grupo dos adultos, especialmente os jovens.

A proporção de pessoas idosas na população desta região foi a segunda maior (7,8%).

A participação das idosas no contingente feminino (9,0%) foi a segunda maior, juntamente com a da Região Sul, e a proporção de homens idosos na população masculina (7,6%) ultrapassou as das demais.

Este conjunto de resultados reflete os efeitos da emigração nordestina que é diferenciada por sexo e idade.

Observou-se, ainda, que o percentual de mulheres no contingente de pessoas idosas (52,1%) superou, apenas, o da Região Centro-Oeste.

Região Sudeste

A Região Sudeste destacou-se por ser a mais populosa e com maior grau de urbanização.

Em 1990 encontraram-se somente 14,3% da sua população residindo em área rural. As Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro e de São Paulo, que são as três maiores do País e abrigam cerca de metade da população da Região Sudeste, contribuíram efetivamente para este resultado.

Nesta região, que ocupa perto de 11% do Território Nacional, concentraram-se cerca de 45% das pessoas residentes no País.

A comparação entre as estruturas etárias regionais mostrou que a Região Sudeste manteve as mais baixas proporções de crianças de menos de 10 anos de idade (20,5%) e de menores de 10 a 17 anos de idade (16,3%). Revelou, também, que as proporções de adultos jovens e de meia-idade (55,0%) e de idosos (8,2%) foram as mais altas, denotando que o grau de envelhecimento da população desta região é maior que o das demais.

A Região Sudeste deteve o mais elevado percentual de idosos na população feminina (9,0%), entretanto, a sua proporção de homens idosos no contingente masculino (7,3%) foi superada pela da Nordeste.

Esta região apresentou a mais elevada participação feminina no total de idosos (56,2%).

Região Sul

A Região Sul ocupa a menor fração do Território Nacional (7%), mas sua população superou as das Regiões Norte e Centro-Oeste.

Em 1990 a população rural representou quase um terço (32,6%) do total de pessoas residentes nesta região.

A estrutura etária desta região foi a mais próxima da apresentada pela Sudeste. Verificou-se que o percentual de idosos (7,5%) foi o único da estrutura da Região Sul que ficou mais distanciado do correspondente da Sudeste (8,2%), uma vez que foi suplantado, também, pelo da Região Nordeste (7,8%).

A participação feminina no total de idosos desta região (54,0%) superou as das Regiões Nordeste e Centro-Oeste.

Região Centro-Oeste

A Região Centro-Oeste, com o novo Estado do Tocantins ainda incluído, ocupa 22% do Território brasileiro. A sua população excedeu somente a da Região Norte e representou quase 16% do contingente residente na Região Sudeste.

O grau de urbanização da Região Centro-Oeste é suplantado, apenas, pelo da Região Sudeste. As pessoas residentes na área rural compreenderam 27,1% da população total da Região Centro-Oeste em 1990.

A estrutura etária desta região revelou-se mais jovem que as das Regiões Sudeste e Sul. Em comparação com estas duas últimas regiões, os resultados da Região Centro-Oeste referentes às proporções de crianças de menos de 10 anos de idade (23,5%) e de menores de 10 a 17 anos de idade (18,5%) foram mais altos, enquanto que os percentuais de adultos de meia-idade (15,4%) e de idosos (5,8%) ficaram abaixo. A participação dos adultos jovens (36,8%) pouco se diferenciou da observada nas Regiões Sudeste (36,7%) e Sul (36,6%).

Cabe ressaltar que a Região Centro-Oeste foi a única em que os contingentes de homens de meia-idade e idosos superaram os das mulheres. A participação feminina no grupo de meia-idade ficou em 49,4% e no de idosos situou-se em 49,7%. Estes resultados indicam que o intenso processo de imigração para a Região Centro-Oeste, especialmente a partir da década de 50, foi suficientemente diferenciado, por sexo e idade, para acarretar, com o passar dos anos, efeitos perceptíveis na sua população de meia-idade e idosa.

1 POPULAÇÃO

1.1 POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS - 1990

CARACTERÍSTICAS	POPULAÇÃO RESIDENTE									
	Brasil (1)	Grandes Regiões								
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste				
TOTAL	147 305 524	5 034 403	43 094 708	65 883 203	22 899 688	10 393 522				
Situação do domicílio										
Urbana	109 105 721	5 034 403	24 614 995	56 458 174	15 424 112	7 574 037				
Rural	38 199 303	...	18 479 713	9 425 029	7 475 576	2 819 485				
Sexo e grupos de idade										
Até 9 anos	33 676 199	1 277 636	11 480 180	13 492 377	4 979 631	2 446 375				
10 a 17 anos	26 265 964	1 036 238	8 741 190	10 771 435	3 793 174	1 923 927				
18 a 39 anos	51 441 314	1 781 068	13 253 518	24 154 617	8 387 166	3 324 945				
40 a 59 anos	24 594 236	664 046	6 226 961	12 074 558	4 027 353	1 601 318				
60 anos ou mais	11 326 901	275 415	3 352 188	5 389 977	1 712 364	596 957				
Idade ignorada	910	-	671	239	-	-				
Homens										
Até 9 anos	72 372 248	2 455 684	21 129 984	32 247 718	11 381 728	5 157 134				
10 a 17 anos	17 116 016	645 377	5 829 579	6 872 352	2 537 799	1 230 909				
18 a 39 anos	13 212 399	513 642	4 384 162	5 454 235	1 899 126	961 234				
40 a 59 anos	24 965 751	848 878	6 417 078	11 683 946	4 161 853	1 853 996				
60 anos ou mais	11 900 335	323 916	2 892 803	5 977 512	1 995 639	810 465				
Idade ignorada	5 177 508	123 871	1 606 362	2 359 434	787 311	300 530				
Idade ignorada	239	-	-	239	-	-				
Mulheres										
Até 9 anos	74 933 276	2 578 719	21 964 724	33 635 485	11 517 960	5 236 338				
10 a 17 anos	16 560 183	632 259	5 650 601	6 620 025	2 441 832	1 215 466				
18 a 39 anos	13 053 565	522 596	4 357 028	5 317 200	1 894 048	962 693				
40 a 59 anos	26 475 563	932 190	6 876 440	12 470 671	4 225 313	1 970 949				
60 anos ou mais	12 683 901	340 120	3 334 158	6 197 046	2 031 714	790 853				
Idade ignorada	6 149 393	151 544	1 745 826	3 030 543	925 053	296 427				
Idade ignorada	671	-	671	-	-	-				

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclusiva a população da área rural da Região Norte. (2) Exclusiva a população da área rural.

1 POPULAÇÃO

1.2 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS - 1990

CARACTERÍSTICAS	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Situação do domicílio						
Urbana	74,1	100,0	57,1	85,7	67,4	72,9
Rural	25,9	...	42,9	14,3	32,6	27,1
Sexo						
Homens	49,1	48,3	49,0	48,9	49,7	49,6
Mulheres	50,9	51,2	51,0	51,1	50,3	50,4
Grupos de idade						
Até 9 anos	22,9	25,4	26,6	20,5	21,7	23,5
10 a 17 anos	17,8	20,6	20,3	16,3	16,6	18,5
18 a 39 anos	34,9	35,4	30,8	36,7	36,6	36,8
40 a 59 anos	16,7	13,2	14,5	18,3	17,6	15,4
60 anos ou mais	7,7	5,4	7,8	8,2	7,5	5,9
Idade ignorada	0,0	-	0,0	0,0	-	-
Homens, por grupos de idade						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 9 anos	23,6	26,3	27,6	21,3	22,3	23,9
10 a 17 anos	18,3	20,9	20,7	16,9	16,7	18,6
18 a 39 anos	34,5	34,6	30,4	36,3	36,6	36,0
40 a 59 anos	16,4	13,2	13,7	18,2	17,5	15,7
60 anos ou mais	7,2	5,0	7,6	7,3	6,9	5,8
Idade ignorada	0,0	-	-	0,0	-	-
Mulheres, por grupos de idade						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 9 anos	22,1	24,5	25,7	19,7	21,2	23,2
10 a 17 anos	17,4	20,3	19,8	15,8	16,5	19,4
18 a 39 anos	35,3	36,1	31,3	37,1	36,7	37,6
40 a 59 anos	17,0	13,2	15,2	18,4	17,6	15,1
60 anos ou mais	8,2	5,9	8,0	9,0	8,0	5,7
Idade ignorada	0,0	-	0,0	-	-	-

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclusiva a população da área rural da Região Norte. (2) Exclusiva a população da área rural.

2 EDUCAÇÃO

ASPECTOS NACIONAIS

As estatísticas de 1990 confirmaram a tendência histórica de queda da taxa de analfabetismo do País, tanto na área urbana como na rural. Embora ambas tenham decrescido no período de 1981 a 1990, a taxa de analfabetismo da população rural manteve-se extremamente elevada em comparação com a da urbana.

De 1981 para 1990 a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, residentes em área urbana, passou de 15,4% para 12,1%, enquanto que, na área rural, a mudança foi de 40,8% para 34,9%. Para o total da população de 10 anos ou mais de idade este indicador deslocou-se de 22,3% em 1981 para 17,8% em 1990.

Ao chegar aos 10 anos de idade uma criança deve, minimamente, estar capacitada a ler e escrever. Ademais, o incremento da escolarização dos menores de 7 a 14 anos de idade é essencial para o processo de erradicação do analfabetismo e elevação do nível de instrução da população. Com base nestas premissas pôde-se constatar que, apesar das inegáveis melhorias observadas em relação a 1981, o País iniciou o último decênio deste século com uma parcela considerável de analfabetos na faixa de 10 a 14 anos de idade e com uma taxa de escolarização das crianças de 7 a 14 anos de idade aquém do padrão adequado.

A taxa de analfabetismo dos menores de 10 a 14 anos de idade estava em 20,0% em 1981 e reduziu-se a 14,4% em 1990, enquanto que a taxa de escolarização das crianças de 7 a 14 anos de idade passou de 75,5% em 1981 para 84,5% em 1990.

No decorrer do período de 1981 a 1990 houve perceptível elevação no nível de instrução da população de 10 anos ou mais de idade.

De 1981 para 1990 a proporção de pessoas sem instrução e com menos de 1 ano de estudo declinou com maior intensidade (de 23,1% para 18,1%) do que a do grupo com 1 a 3 anos de estudo (de 26,5% para 22,9%). Em contrapartida, de 1981 para 1990, a proporção de pessoas que completaram de 4 a 7 anos de estudo aumentou de 32,0% para 33,9% e o percentual de indivíduos que concluíram pelo menos 8 anos de estudo acusou crescimento marcante ao se deslocar de 18,3% para 25,0%.

Cabe ressaltar que a proporção de pessoas com nível de instrução inferior à metade do 1º grau em 1990 (41,0%) foi muito elevada, embora já tenha declinado, consideravelmente, em relação à de 1981 (49,6%).

ASPECTOS REGIONAIS

Região Norte Urbana

Em 1990 a taxa de analfabetismo da população de 10 anos ou mais de idade da Região Norte urbana (11,3%) foi praticamente igual à da Região Centro-Oeste urbana (11,4%).

A taxa de analfabetismo das crianças de 10 a 14 anos de idade da Região Norte urbana situou-se, ainda, em 10,4%.

As proporções de pessoas sem instrução e com menos de 1 ano de estudo (12,6%) e com 1 a 3 anos de estudo (24,9%) foram inferiores, apenas, às da Região Nordeste urbana. As proporções de pessoas com 4 a 7 anos de estudo (33,5%) e com 8 anos de estudo ou mais (29,0%) superaram somente às da Região Nordeste urbana.

Pode-se supor que o grau de analfabetismo e o nível de instrução do total da Região Norte sejam menores que os da sua parte urbana, uma vez que os indicadores de educação das áreas urbanas, normalmente, registram resultados melhores que os das áreas rurais.

Região Nordeste

A Região Nordeste apresentou os mais desfavoráveis indicadores de educação do País.

Nesta região, em 1990, os analfabetos constituíram perto de um quarto (24,4%) das pessoas de 10 anos ou mais de idade, moradoras em área urbana, e mais da metade (52,0%) das residentes em área rural.

A taxa de analfabetismo do total da população de 10 anos ou mais de idade (35,8%) ultrapassou o dobro da encontrada para a Região Centro-Oeste e superou o triplo das obtidas para as Regiões Sudeste e Sul.

A taxa de analfabetismo das crianças de 10 a 14 anos de idade da Região Nordeste manteve-se extremamente elevada e muito acima das detectadas para as demais. Este indicador atingiu 33,0%, sendo 11 vezes maior que o da Região Sul (3,0%), que foi o mais reduzido. Estes resultados ressaltam a gravidade do problema educacional da Região Nordeste, que detém o mais baixo nível de instrução do País.

A Região Nordeste registrou as maiores percentuais de pessoas sem instrução e com menos de 1 ano de estudo (34,5%) e com 1 a 3 anos de estudo (26,5%). Em contraposição, as proporções de pessoas com 4 a 7 anos de estudo (23,1%) e com 8 anos de estudo ou mais (15,8%) desta região foram as menores.

Região Sudeste

A Região Sudeste apresentou as taxas de analfabetismo mais próximas às da Região Sul.

Em 1990 a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade desta região (10,2%) foi a menor. Para a população urbana este indicador ficou em 8,3%, praticamente igual ao da Região Sul (8,2%), que foi o mais reduzido. Entretanto, para a área rural, este indicador da Região Sudeste foi o segundo menor (22,2%), mas ficou muito distanciado do referente à Região Sul e que foi o mais baixo.

A Região Sudeste registrou a segunda menor taxa de analfabetismo das crianças de 10 a 14 anos de idade (4,2%).

Cabe ressaltar que a proporção de pessoas que completaram pelo menos 8 anos de estudo desta região (30,0%) foi, destacadamente, a mais elevada.

A proporção de pessoas sem instrução e com menos de 1 ano de estudo (11,3%) situou-se próxima à menor, que foi a da Região Sul, enquanto que o percentual de

indivíduos com 1 a 3 anos de estudo (21,0%) foi o mais reduzido. O percentual de pessoas com 4 a 7 anos de estudo atingiu 37,7% e foi superado, somente, pelo da Região Sul.

Região Sul

A Região Sul sobressaiu por apresentar, para as populações urbana e rural, as taxas de analfabetismo mais baixas. É importante assinalar, também, que a taxa da população rural manteve-se em patamar muito inferior aos de todas as outras regiões.

Em 1990 a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade desta região ficou em 8,2% na área urbana e em 15,0% na rural. A taxa do total situou-se em 10,4%, ligeiramente acima da registrada para a Região Sudeste (10,2%). Estes últimos resultados refletem os efeitos da composição urbana/rural de cada região (cabe lembrar que a proporção da população rural da Região Sul ultrapassa o dobro da Região Sudeste).

Resalte-se que a taxa de analfabetismo das crianças de 10 a 14 anos de idade desta região foi a mais baixa (3,0%).

A exemplo da proporção de alfabetizados, a população rural da Região Sul apresenta nível de instrução mais elevado que o das demais. Entretanto, em relação ao contingente urbano, o nível de instrução da Região Sudeste superou o da Sul.

No total, a Região Sul deteve a menor proporção de pessoas sem instrução e com menos de 1 ano de estudo (11,1%) e a segunda mais baixa de pessoas com 1 a 3 anos de estudo (21,9%). Embora a participação das pessoas com 4 a 7 anos de estudo desta região (41,8%) tenha sido substancialmente mais elevada que as das demais, o percentual de pessoas que concluíram pelo menos 8 anos de estudo (25,2%) ficou em nível inferior aos das Regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Região Centro-Oeste

Em 1990 as taxas de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, residentes nas áreas urbana (11,4%) e rural (27,7%), da Região Centro-Oeste, foram

superiores às das Regiões Sul e Sudeste, mas ficaram abaixo e nitidamente afastadas das encontradas para a Região Nordeste.

Esta mesma situação foi observada para a taxa de analfabetismo das crianças de 10 a 14 anos de idade desta região, que se situou em 10,7%.

A proporção de pessoas com 8 anos de estudo ou mais da Região Centro-Oeste (25,9%) ficou um pouco acima da referente à Região Sul. Quanto aos demais grupos de anos de estudo, as proporções da Região Centro-Oeste mostraram-se mais próximas às das Regiões Sul e Sudeste e distanciadas das da Região Nordeste.

2 EDUCAÇÃO

2.1 PESSOAS DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS - 1990

CARACTERÍSTICAS	PESSOAS DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
Estudantes de 5 anos ou mais, por situação do domicílio						
Total	37 613 473	1 655 336	11 486 997	16 482 691	5 195 330	2 793 119
Urbana	29 523 306	1 655 336	7 371 265	14 499 213	3 774 796	2 225 196
Rural	8 089 667	...	4 112 732	1 983 478	1 420 534	567 923
Pessoas de 7 anos ou mais, por situação do domicílio						
Total	124 545 175	4 176 411	35 261 571	56 857 409	19 513 356	8 736 428
Urbana	93 273 686	4 176 411	20 544 212	48 928 055	13 190 855	6 434 153
Rural	31 271 489	...	14 717 359	7 929 354	6 322 501	2 302 275
Analfabetos de 7 anos ou mais, por situação do domicílio						
Total	24 421 548	595 131	13 794 592	6 339 852	2 150 055	1 541 928
Urbana	12 594 264	595 131	5 582 720	4 448 074	1 147 416	920 923
Rural	11 827 284	...	8 211 862	1 891 778	1 002 639	721 005
Pessoas de 10 anos ou mais, por situação do domicílio						
Total	113 629 325	3 756 767	31 614 528	52 390 826	17 920 057	7 947 147
Urbana	85 617 518	3 756 767	18 617 384	45 214 322	12 146 239	5 882 906
Rural	28 011 807	...	12 997 144	7 176 504	5 773 818	2 064 241
Analfabetos de 10 anos ou mais, por situação do domicílio						
Total	20 178 086	425 046	11 303 663	5 340 942	1 866 016	1 242 419
Urbana	10 391 906	425 046	4 549 703	3 748 003	997 504	671 650
Rural	9 786 180	...	6 753 960	1 592 939	868 512	570 769
Pessoas de 10 anos ou mais, por anos de estudo						
Total	113 629 325	3 756 767	31 614 528	52 390 826	17 920 057	7 947 147
Sem inst. e menos de 1 ano	20 611 428	474 971	10 904 042	5 932 861	1 983 610	1 315 944
1 a 2 anos	26 070 153	935 258	8 376 537	10 984 963	3 927 623	1 845 772
4 a 7 anos	38 485 983	1 257 867	7 305 294	19 724 178	7 483 797	2 715 047
8 anos ou mais	28 383 129	1 087 519	4 991 084	15 729 550	4 515 005	2 059 971
Anos de estudo não determinados e sem declaração	78 632	1 352	37 571	19 274	10 022	10 413

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclusiva a população da área rural da Região Norte. (2) Exclusiva a população da área rural.

2 EDUCAÇÃO

2.2 INDICADORES DE EDUCAÇÃO, POR GRANDES REGIÕES - 1990

ESPECIFICAÇÃO	INDICADORES DE EDUCAÇÃO (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
Distribuição dos estudantes de 5 anos ou mais, por situação do domicílio						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Urbana	78,5	...	64,2	87,9	72,7	79,7
Rural	21,5	...	35,8	12,1	27,3	20,3
Taxa de analfabetismo das pessoas de 7 anos ou mais, por situação do domicílio						
Total	19,6	...	39,1	11,2	11,0	17,6
Urbana	13,5	14,2	27,2	9,1	9,7	12,8
Rural	37,8	...	55,8	23,9	15,9	31,3
Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais, por situação do domicílio						
Total	17,8	...	35,8	10,2	10,4	15,6
Urbana	12,1	11,3	24,4	9,3	9,2	11,4
Rural	34,9	...	52,0	22,2	15,0	27,7
Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais, por anos de estudo						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e menos de 1 ano	18,1	12,6	34,5	11,3	11,1	16,6
1 a 3 anos	22,9	24,9	26,5	21,0	21,9	23,2
4 a 7 anos	33,9	33,5	23,1	37,7	41,8	34,2
8 anos ou mais	25,0	29,0	15,8	30,0	25,2	25,9
Anos de estudo não determinados e sem declaração	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclui-se a população da área rural da Região Norte. (2) Exclui-se a população da área rural.

3 TRABALHO

ASPECTOS NACIONAIS

As crises económicas e as medidas governamentais que são tomadas com o fito de traçar novos rumos para o País causam, quase que invariavelmente, impactos na força de trabalho que, no curto prazo, podem ter efeitos benéficos ou não.

O período de 1981 a 1990 caracterizou-se por ter os seus primeiros anos marcados por uma forte crise económica que chegou ao seu ponto culminante em 1983. Nos últimos cinco anos deste período foram aplicados quatro planos, visando à estabilização económica do País, sendo o último deles lançado em março de 1990, com a posse do novo governo da Federação.

Os efeitos deste Plano de Estabilização Económica aplicado em 1990 se fizeram sentir, de imediato, em todo o sistema económico, acarretando queda brusca na inflação, bem como forte retração na atividade dos setores mais organizados da economia, que se propagou, logo em seguida, aos demais. Passados os primeiros meses, os impactos deste Plano no mercado de trabalho foram um pouco atenuados, mas as suas conseqüências evidenciaram-se nos indicadores produzidos para 1990.

Pôde-se notar, primeiramente, que em 1990 a taxa de desocupação sofreu súbita elevação de patamar. Entretanto, o incremento da desocupação não foi suficientemente intenso para provocar um retorno às taxas mais altas observadas no período de 1981 a 1984. Este indicador, que estava 3,0% em 1989, atingiu 3,7% em 1990, situando-se no nível de 1987/1988.

Observou-se, ainda, que, de 1989 para 1990, o crescimento da taxa de desocupação masculina (de 3,1% para 3,8%) foi maior que o da feminina (de 2,9% para 3,4%).

De 1989 para 1990 a taxa de atividade permaneceu inalterada em 56,7%, evidenciando a queda no nível de ocupação da população em idade ativa e que incidiu sobre o contingente masculino. A taxa de atividade masculina caiu de 75,9% em 1989 para 75,3% em 1990, enquanto que a feminina subiu de 38,7% para 39,2%.

Em decorrência do Plano de Estabilização Econômica, implantado em março de 1990, a indústria de transformação sofreu forte retração que ocasionou uma redução significativa no número de pessoas que ocupava. Esta diminuição de 1989 para 1990 acarretou um decréscimo perceptível na participação das pessoas deste ramo de atividade na estrutura da população ocupada.

Em 1989 a indústria de transformação foi responsável pela absorção de 15,9% da população ocupada e teve a sua participação reduzida a 15,2% em 1990.

O número de pessoas ocupadas no ramo das outras atividades industriais também teve decréscimo relevante de 1989 para 1990. Agregando-se o contingente deste ramo com o da indústria de transformação verificou-se que a soma representou 17,5% do pessoal ocupado em 1989 e decresceu para 16,6% em 1990. Este último resultado foi igual ao de 1981, pouco se distinguiu daquele observado em 1985 (16,3%), ano em que a recuperação econômica já despontava, e ficou nitidamente acima daqueles obtidos para 1983 e 1984. Cabe lembrar que estes ramos encontram-se entre aqueles em que se observa predominância de relações formais de trabalho.

A participação das pessoas ocupadas no ramo agrícola continuou a mostrar a sua tendência histórica de queda. Este ramo, que em 1981 envolvia 29,3% das pessoas ocupadas, restringiu-se a 22,8% em 1990.

De 1989 para 1990 não houve crescimento relevante no pessoal ocupado na indústria da construção e a proporção deste contingente ficou inalterada em 6,2%. Entretanto, este ramo, que acolhe parcela considerável de mão-de-obra dotada de pouca ou nenhuma especialização, sofreu sensível contração em comparação com 1981, quando respondia por 8,1% da população ocupada. O resultado de 1983 (9,6%), ainda que maior, não foi levado em conta por refletir uma situação atípica, resultante do deslocamento temporário de mão-de-obra agrícola para a construção de açudes, barragens e estradas, em frentes de trabalho, para atenuar as conseqüências da seca que assolava o Nordeste brasileiro àquela época.

Os acontecimentos que marcaram a evolução da economia brasileira na década de 80 e no primeiro ano do novo decênio não chegaram a afetar o crescimento progressivo do percentual de pessoas ocupadas no setor terciário, como um todo.

O percentual de pessoas ocupadas no comércio de mercadorias evoluiu, gradativamente, de 10,3% em 1981 até 12,8% em 1990.

A participação do pessoal ocupado na prestação de serviços cresceu de 15,2% em 1981 para 17,9% em 1990. Depois do agrícola, este foi o ramo que deteve maior parcela da força de trabalho e de relações informais de trabalho.

O conjunto formado pela prestação de serviços com as outras atividades terciárias (serviços auxiliares da atividade econômica, transporte, comunicação, social, administração pública e outras atividades) representava 35,7% da população ocupada em 1981 e atingiu 41,6% em 1990.

Em consequência da recessão, em 1983 o percentual de empregados com carteira de trabalho assinada na população ocupada (34,3%) foi acentuatadamente menor que o de 1981 (37,3%). Nos anos seguintes a 1983 este indicador foi mostrando recuperação, até que, em 1986, ultrapassou o de 1981. A participação desta categoria continuou crescendo até atingir 39,1% em 1989. Contudo, este desenvolvimento foi refreado em 1990, quando o número de empregados com carteira de trabalho assinada ficou um pouco abaixo do encontrado no ano anterior e o seu percentual na população ocupada caiu para 38,1%.

Contrastando com o comportamento observado de 1981 até 1989 para a categoria que possuía carteira de trabalho assinada, a participação dos empregados sem carteira de trabalho assinada no contingente dos ocupados foi maior em 1983 (30,7%), declinando em seguida até 1989, quando atingiu o mesmo percentual de 1981 (26,7%). Em 1990, esta categoria representou 26,6%, mostrando uma diminuição pouco relevante em relação ao percentual de 1989.

Em conjunto, os trabalhadores por conta-própria e os empregadores tiveram a sua proporção na população ocupada ampliada de 26,2% em 1989 para 27,3% em 1990.

É importante notar que a proporção de menores na população ocupada voltou a mostrar indícios de redução. Em 1981 as crianças de 10 a 14 anos de idade abrangiam 5,8% da população ocupada e os menores de 15 a 17 anos de idade chegavam a 8,4%. Em 1990, estes dois percentuais passaram, respectivamente, a 4,6% e a 7,1%.

Praticamente a metade (50,1%) da população ocupada em 1990 estava formada por contribuintes de instituto de previdência. No período de 1986 a 1990 esta proporção oscilou entre 49,4% e 50,7%, tendo ficado em 50,6% em 1989.

Verificou-se que, no conjunto dos empregados, a participação daqueles com carteira de trabalho assinada diminuiu de 59,3% em 1989 para 58,8% em 1990. Este declínio deveu-se à atividade não-agrícola, que teve a sua proporção de pessoas com carteira assinada em relação ao total de empregados reduzida de 65,0% em 1989 para 64,2% em 1990, refletindo os efeitos adversos da recessão nos setores mais organizados da economia onde predominam as relações de emprego regidas pela legislação trabalhista.

Na atividade agrícola perdurou a tendência ascendente deste indicador, que foi interrompida, unicamente, em 1983, ano em que a forte recessão que marcou os primeiros anos da década de 80 atingiu o auge. Este indicador, que em 1984 estava em 13,7%, subiu para 22,9% em 1990. Apesar desta notável evolução, a cobertura proporcionada pela legislação trabalhista aos empregados em atividade agrícola ainda não cresceu suficientemente para alcançar nível semelhante ao encontrado para a atividade não-agrícola como um todo.

Embora a proporção de empregados absorvidos em atividade agrícola tenha apresentado diminuição insignificante de 1989 para 1990, pode-se supor que a tendência declinante deste indicador continue.

No período de 1981 a 1990, o ingresso da mulher no mercado de trabalho apresentou um impulso inequívoco. A participação das mulheres na população economicamente ativa ampliou-se seguidamente, tendo passado de 31,3% em 1981 para 35,5% em 1990. Na população de empregados, a parcela feminina evoluiu de 32,2% em 1981 para 36,7% em 1990.

A taxa de atividade feminina passou de 32,9% em 1981 para 39,2% em 1990, sem ter acusado nenhuma queda no período, enquanto que a masculina não manteve constância na sua evolução. A taxa de atividade masculina, que estava em 74,6% em 1981, teve o seu máximo em 1987 (76,6%) e, em seguida, declinou até atingir 75,3% em 1990.

Além de ser menor e ter crescimento mais acelerado, a força de trabalho feminina apresenta outras diferenças em relação à masculina. Dentre as distinções emerge a da cobertura proporcionada pela legislação trabalhista aos empregados.

De 1981 a 1990 constatou-se que a proporção de mulheres com carteira de trabalho assinada na população de empregadas permaneceu em patamar inferior ao do contingente masculino. Em 1990 as mulheres com carteira de trabalho assinada representaram 55,1% do total de empregadas, enquanto que, na população masculina, este indicador ficou em 61,0%.

ASPECTOS REGIONAIS

As marcantes diferenças regionais existentes no País transparecem em diversos indicadores da força de trabalho. Ademais, estas estatísticas de 1990 permitem vislumbrar os efeitos recessivos das medidas governamentais que foram adotadas visando à estabilização econômica.

Região Norte Urbana

Os indicadores da Região Norte restringem-se à sua parte urbana e, portanto, não serão usados em confrontos inter-regionais, tendo em vista que os resultados das demais englobam as informações da área rural.

A taxa de desocupação da Região Norte urbana foi de 3,7%, tendo experimentado uma alta expressiva em relação à de 1989 (3,1%). Embora as taxas de ambos os sexos tenham crescido, foi a da população masculina que sofreu forte incremento (de 3,4% em 1989 para 4,2% em 1990).

De 1989 para 1990 declinaram as taxas de atividade total (de 53,6% para 52,8%), masculina (de 70,9% para 69,7%) e feminina (de 37,7% para 37,1%), delineando o grau de retração da força de trabalho desta região.

Observou-se, também, que a proporção de mulheres na população economicamente ativa decresceu de 36,8% em 1989 para 36,4% em 1990.

Cabe ressaltar que a proporção de pessoas ocupadas no comércio de mercadorias acusou extraordinária elevação, tendo passado de 17,7% em 1989 para 19,8% em 1990.

Por outro lado, de 1989 para 1990 as participações das pessoas ocupadas nos setores secundário e terciário (excluindo o comércio de mercadorias) mostraram contração, enquanto que a do setor primário permaneceu inalterada em 7,4%.

Em 1989 a proporção de pessoas ocupadas nos ramos da indústria de transformação e das outras atividades industriais alcançava 15,7% e a da indústria da construção atingia 6,9%. Em 1990 estes percentuais baixaram para 14,7% e 6,7%, respectivamente.

O percentual de pessoas ocupadas no setor terciário (excluindo o comércio de mercadorias) declinou de 52,3% em 1989 para 51,4% em 1990.

Tanto o percentual de empregados com carteira de trabalho assinada na população ocupada (35,2%) como o de contribuintes do instituto de previdência (47,9%) não acusaram alteração de 1989 para 1990.

A proporção de pessoas com carteira de trabalho assinada na população de empregados elevou-se de 1989 para 1990, tanto na atividade agrícola como na não-agrícola. Contudo, o crescimento do indicador da atividade agrícola (de 8,1% para 13,4%) foi substancialmente maior que o da atividade não-agrícola (de 53,8% para 54,3%).

Observou-se, ainda, que a proporção de mulheres com carteira de trabalho assinada na população de empregadas subiu de 50,2% em 1989 para 50,6% em 1990, mantendo-se em nível inferior ao do correspondente indicador do contingente masculino que, também, cresceu de 53,3% em 1989 para 53,7% em 1990.

Região Nordeste

As precárias condições socioeconômicas que prevalecem na Região Nordeste refletem-se em vários indicadores da sua força de trabalho e ressaltam o seu subdesenvolvimento em relação às demais.

Em 1990 a taxa de desocupação desta região (3,3%) superou às das Regiões Sul e Centro-Oeste e manteve-se, praticamente, estável em relação à do ano anterior (3,2%).

As taxas de atividade da Região Nordeste permaneceram sensivelmente inferiores às das demais.

De 1989 para 1990 a taxa de atividade total desta região passou de 54,4% para 54,5%, ficando, portanto, praticamente inalterada, o mesmo ocorrendo com o nível de ocupação da população em idade ativa. Entretanto, na população masculina a taxa de atividade decresceu de 74,3% em 1989 para 73,9% em 1990, enquanto que na feminina subiu de 35,8% em 1989 para 36,3% em 1990.

As mulheres, também, ampliaram de 34,1% em 1989 para 34,4% em 1990 a sua participação na população economicamente ativa.

Esta região deteve o maior contingente e proporção de pessoas ocupadas no ramo agrícola. Esta proporção ficou em 37,9% em 1990, tendo sofrido sensível queda em relação à de 1989, que estava em 39,5%. Apesar desta redução, em 1990 este indicador ainda superou os dos demais ramos desta região, sendo, praticamente, duas vezes e meia maior que o da prestação de serviços, que foi o segundo mais elevado. Estes resultados demonstraram que, apesar do êxodo rural que leva a mão-de-obra agrícola para outras atividades dentro e fora da região, o setor primário ainda manteve a primazia na absorção da força de trabalho da Região Nordeste.

O número de pessoas ocupadas nos ramos da indústria de transformação e das outras atividades industriais caiu de 1989 para 1990, denotando a retração que atingiu estas atividades na Região Nordeste. O percentual de pessoas ocupadas no conjunto destes dois ramos superou, apenas, o da Região Centro-Oeste, tendo baixado de 11,0% em 1989 para 10,4% em 1990.

Na Região Nordeste foram constatadas as menores proporções de pessoas ocupadas na indústria da construção, no comércio de mercadorias e no setor terciário restante. De 1989 para 1990 estas proporções subiram de 5,1% para 5,4% na indústria da construção, de 11,0% para 11,7% no comércio de mercadorias e de 33,4% para 34,6% no restante do setor terciário.

Esta região manteve a segunda maior proporção de trabalhadores não remunerados, que é uma categoria encontrada, predominantemente, no setor primário. Este indicador decresceu de 12,7% em 1989 para 12,3% em 1990.

A proporção de trabalhadores por conta-própria praticamente não se alterou de 1989 (29,8%) para 1990 (29,9%) e foi superior às das demais regiões. Cabe lembrar que a participação desta categoria em atividade agrícola é maior que em atividade não-agrícola.

Os percentuais de empregados e empregadores foram menores que os das demais regiões. De 1989 para 1990, a proporção de empregadores passou de 3,0% para 3,3%, enquanto que a de empregados permaneceu invariável em 54,5%.

Cabe ressaltar que esta região continuou com a menor proporção de contribuintes de instituto de previdência na população ocupada e este indicador declinou de 29,3% em 1989 para 28,9% em 1990.

Nesta região somente 41,9% dos empregados tinham carteira de trabalho assinada em 1989 e este percentual reduziu-se para 41,2% em 1990. Estes resultados situaram-se em patamar inferior aos das demais regiões e confirmaram a prevalência das relações informais de trabalho na Região Nordeste.

Este quadro de precariedade em relação à cobertura proporcionada pela legislação trabalhista mostrou-se extremamente agudo no setor primário. Apesar da proporção de pessoas com carteira de trabalho assinada na população de empregados em atividade agrícola ter-se elevado de 13,8% em 1989 para 14,2% em 1990, o patamar deste indicador ficou em nível acentuadamente inferior aos das demais regiões. Este indicador referente à atividade não-agrícola acusou retração de 50,8% em 1989 para 49,6% em 1990 e, também, foi menor que o das outras regiões.

É interessante notar que, em 1990, a proporção de mulheres com carteira de trabalho assinada em relação ao total de empregadas alcançou 42,2% e foi maior que este indicador da população masculina, que atingiu 40,7%.

Os percentuais de menores de idade e idosos na população ocupada acusaram redução de 1989 para 1990, contudo se mantiveram acima dos encontrados para as demais regiões. Em 1990 a população ocupada desta região apresentou 7,4% de crianças de 10 a 14 anos de idade, 8,4% de menores de 15 a 17 anos de idade e 6,5% de idosos. Cabe ressaltar que em atividade agrícola estes percentuais foram mais elevados que em atividade não-agrícola.

Região Sudeste

Os indicadores produzidos para a Região Sudeste são fortemente influenciados pelos resultados das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, que são as três maiores do País. Quase a metade da força de trabalho da Região Sudeste concentra-se nestas três regiões metropolitanas, onde predominam as atividades dos setores secundário e terciário. Em especial, destaca-se a contribuição da região metropolitana de São Paulo que sedia o maior parque industrial do País e concentrou, isoladamente, 27,0% da força de trabalho da Região Sudeste.

Nota-se, também, que nas regiões metropolitanas o mercado de trabalho é mais sensível, reagindo com maior rapidez e intensidade às mudanças de caráter econômico.

Em 1990 a taxa de desocupação da Região Sudeste foi a mais alta, tendo atingido 4,2%. No ano anterior o indicador desta região (3,2%) igualou-se ao da Região Nordeste e, também, foi o mais elevado.

A taxa de atividade total situou-se abaixo das referentes às Regiões Sul e Centro-Oeste. Este indicador manteve-se praticamente inalterado de 1989 (56,6%) para 1990 (56,5%), denotando a redução no nível de ocupação da população em idade ativa, uma vez que houve aumento da desocupação.

A taxa de atividade masculina diminuiu de 75,2% em 1989 para 74,5% em 1990 e evidenciou a queda no nível de ocupação dos homens ocupados. Este indicador também foi menor que os correspondentes das Regiões Sul e Centro-Oeste.

Por outro lado, é importante observar que a taxa de atividade feminina só foi superada pela da Região Sul e evoluiu positivamente de 39,1% em 1989 para 39,6% em 1990.

A participação feminina na população economicamente ativa desta região tornou-se a mais elevada ao passar de 35,7% em 1989 para 36,2% em 1990.

A Região Sudeste detém o mais elevado grau de urbanização do País. Conseqüentemente, o seu percentual de pessoas ocupadas no ramo agrícola foi acentuadamente menor que os das demais regiões e representou, apenas, pouco mais da metade do referente à

Região Centro-Oeste, que foi o segundo mais baixo. Este indicador da Região Sudeste permaneceu, praticamente, invariável de 1989 (12,2%) para 1990 (12,1%).

Esta região é, inegavelmente, a mais industrializada. O seu percentual de pessoas ocupadas na indústria de transformação superou, nitidamente, os das demais regiões. Ademais, este ramo foi o que mais absorveu pessoal na Região Sudeste. Contudo, em decorrência da recessão que atingiu a indústria de transformação nesta região, houve redução, de 1989 para 1990, no número e percentual de pessoas ocupadas neste ramo. Este percentual desceu de 21,4% para 20,4%.

A soma do contingente da indústria de transformação com o das outras atividades industriais, que também teve perda de pessoal, representou 22,8% dos ocupados na Região Sudeste em 1989 e 21,7% em 1990.

A proporção de pessoas ocupadas na indústria da construção passou de 6,9% em 1989 para 6,7% em 1990, mantendo-se, ainda, acima das referentes às demais regiões, embora também tenha tido diminuição no seu contingente.

O comércio de mercadorias absorveu 12,6% do pessoal ocupado em 1989 e ampliou a sua participação para 13,3% em 1990, que se tornou, juntamente com a da Região Centro-Oeste, mais elevada que as das Regiões Nordeste e Sul.

A participação do pessoal ocupado no restante do setor terciário elevou-se de 45,6% em 1989 para 46,2% em 1990 e permaneceu abaixo somente da encontrada para a Região Centro-Oeste.

A Região Sudeste deteve as proporções mais baixas de trabalhadores por conta-própria e não remunerados e as mais altas de empregados, o que condiz com a participação dos setores de atividade no seu mercado de trabalho. Nesta região o setor primário é reduzido, contribuindo para que haja menor participação de trabalhadores por conta-própria e não remunerados, enquanto que os setores secundário e terciário asseguram um mercado de trabalho mais amplo para os empregados. Em decorrência das medidas necessivas que atingiram a economia de 1989 para 1990 houve, também, um deslocamento de mão-de-obra para as atividades desenvolvidas por conta-própria, ampliando, significativamente, o número e proporção destes trabalhadores na população ocupada desta região.

De 1989 para 1990 a proporção de empregados declinou de 75,0% para 73,2%, enquanto que a de trabalhadores por conta-própria elevou-se de 16,9% para 18,3%. Houve, ainda, um pequeno acréscimo na participação dos empregadores (de 4,8% para 5,0%) e de trabalhadores não remunerados (de 3,3% para 3,5%).

A proporção de contribuintes de instituto de previdência permaneceu praticamente inalterada de 1989 (63,8%) para 1990 (63,7%).

De 1989 para 1990 constatou-se que, na população de empregados em atividade não-agrícola, a participação dos que tinham carteira de trabalho assinada permaneceu inalterada em 69,8% e este percentual foi superado somente pelo da Região Sul. Contudo, para os empregados em atividade agrícola, este indicador cresceu de 28,0% em 1989 para 29,5% em 1990 e foi inferior, apenas, ao da Região Sul. Estes resultados indicam que prosseguiu firmemente o avanço das relações de emprego regidas pela legislação trabalhista no setor primário da Região Sudeste.

Cabe destacar, ainda, que a participação de menores de idade na população ocupada desta região foi inferior às das demais e mostrou redução de 1989 para 1990. Em 1990 as crianças de 10 a 14 anos de idade representaram 3,0% da população ocupada desta região, enquanto que os menores de 15 a 17 anos de idade compreenderam 6,2%.

Região Sul

A Região Sul caracteriza-se por associar um forte setor primário a um parque industrial importante. Nas Regiões Metropolitanas de Curitiba e Porto Alegre concentrou-se 23,0% da força de trabalho da Região Sul.

A taxa de desocupação desta região experimentou aumento de 2,4% em 1989 para 3,0% em 1990. O incremento deste indicador na população masculina (de 2,4% para 3,1%) foi mais intenso que o observado para o contingente feminino (de 2,4% para 2,7%).

É importante notar que as mais elevadas taxas de atividades foram as desta região.

De 1989 para 1990 a taxa de atividade total cresceu de 61,3% para 61,6%, a masculina subiu de 79,3% para 79,8% e a feminina passou de 43,7% para 43,9%. Os deslocamentos destas taxas deveram-se ao aumento da desocupação, uma vez que os níveis de ocupação das pessoas em idade ativa de ambos os sexos mantiveram-se estáveis.

Constatou-se que nesta região a participação feminina na população economicamente ativa permaneceu, praticamente, inalterada de 1989 (36,2%) para 1990 (36,1%).

Nesta região o ramo agrícola é o que mais se destaca na absorção de mão-de-obra. A proporção de pessoas ocupadas no ramo agrícola desta região foi superada, apenas, pela da Região Nordeste. O contingente ocupado neste ramo evoluiu positivamente, embora a sua participação tenha ficado, praticamente, invariável de 1989 (30,6%) para 1990 (30,7%). Este indicador equivaleu a quase duas vezes o da prestação de serviços, que atingiu 15,5% em 1990 e foi o segundo mais elevado desta região.

O percentual de pessoas ocupadas na indústria de transformação desta região foi suplantado somente pelo da Região Sudeste, sendo duas vezes maior que o da Região Centro-Oeste. De 1989 para 1990 houve redução de pessoal neste ramo, fazendo com que a sua participação decrescesse de 15,1% para 14,4% e indicando os efeitos da retração do setor industrial desta região.

O conjunto formado pelos ramos da indústria de transformação e das outras atividades industriais, que também teve perda de pessoal, abarcou 16,4% dos ocupados em 1989 e 15,7% em 1990.

De 1989 para 1990 observou-se redução de pessoal no ramo da indústria da construção, o que contribuiu para o declínio de 6,2% para 5,6% na sua participação na população ocupada. Este indicador ficou ligeiramente acima do referente à Região Nordeste, que foi o menor.

Contrastando com o setor secundário, a participação das pessoas ocupadas no terciário da Região Sul ampliou-se de 1989 para 1990.

No comércio de mercadorias o percentual de pessoas ocupadas passou de 11,8% em 1989 para 12,0% em 1990 e superou somente o da Região Nordeste.

O pessoal ocupado no restante do setor terciário teve a sua participação aumentada de 35,0% em 1989 para 36,0% em 1990 e suplantou, apenas, o da Região Nordeste.

A Região Sul deteve a maior proporção de trabalhadores não remunerados na população ocupada, o que é forte indicativo da importância dos empreendimentos familiares no setor primário sulista. Esta proporção cresceu de 12,4% em 1989 para 15,1% em 1990. No ramo agrícola da Região Sul estes trabalhadores representaram 43,2% da população ocupada em 1990.

A proporção de trabalhadores por conta-própria desta região foi ultrapassada, apenas, pela da Região Nordeste e experimentou crescimento de 23,1% em 1989 para 23,7% em 1990.

O percentual de empregadores desta região passou de 4,2% em 1989 para 4,5% em 1990, ficando acima somente do encontrado para a Região Nordeste.

A participação dos empregados na população ocupada da Região Sul sofreu forte retração de 1989 (58,3%) para 1990 (56,7%), em decorrência da redução no número daqueles que tinham carteira de trabalho assinada. Este percentual sobrepujou, unicamente, o da Região Nordeste.

Observou-se, ainda, que, de 1989 para 1990, a proporção de contribuintes de instituto de previdência desta região passou de 51,0% para 49,8%, mantendo-se como a segunda mais elevada.

Cabe destacar que, na Região Sul, as relações de emprego garantidas pelas leis trabalhistas continuaram mais difundidas, abrangendo maior proporção de empregados que nas demais. Especialmente em atividade agrícola constatou-se que a participação das pessoas com carteira de trabalho assinada manteve-se substancialmente mais elevada que as das demais regiões.

Na população de empregados em atividade agrícola a proporção de pessoas com carteira de trabalho assinada elevou-se acentuadamente de 31,0% em 1989 para 33,8% em

1990. O patamar deste indicador, por si só, já distingue esta região de forma inequívoca da Região Nordeste.

Por outro lado, o número de pessoas com carteira de trabalho assinada em atividade não-agrícola caiu de 1989 para 1990 e o seu percentual na população de empregados nesta atividade declinou substancialmente de 73,0% para 71,0%. Embora este indicador ainda tenha se mantido acima dos referentes às demais regiões, este resultado evidenciou o impacto necessário nas relações de emprego formal da Região Sul. Esta queda refletiu-se na proporção de pessoas com carteira de trabalho assinada em relação ao total de empregados desta região, que caiu de 68,0% em 1989 para 67,0% em 1990.

O contingente feminino reduziu-se na população de empregados e a sua participação passou de 37,4% em 1989 para 36,7% em 1990. Estes resultados indicaram que houve maior aproveitamento da mão-de-obra feminina em outras categorias, uma vez que o seu percentual na população ocupada permaneceu inalterado.

Pessalte-se, ainda, que a proporção de menores de idade na população ocupada superou, apenas, a da Região Sudeste e declinou de 1989 para 1990. As crianças de 10 a 14 anos de idade representaram 4,7% da população ocupada em 1990 na Região Sul, enquanto que os menores de 15 a 17 anos abrangeram 7,4%.

Região Centro-Oeste

Em 1990 a Região Centro-Oeste deteve as menores taxas de desocupação total e masculina, enquanto que a feminina ficou abaixo, somente, da encontrada para a Região Sudeste. Estas taxas sofreram aumento em relação às do ano anterior, sendo que no indicador da população feminina o incremento foi maior.

De 1989 para 1990 a taxa de desocupação total cresceu de 2,5% para 2,9%, a masculina subiu de 2,5% para 2,8% e a feminina elevou-se de 2,6% para 3,2%.

Observou-se que a taxa de atividade masculina decresceu de 79,1% em 1989 para 78,4% em 1990, o mesmo acontecendo com o nível de ocupação dos homens em idade ativa. Em contrapartida, a taxa de atividade feminina ascendeu de 37,3% em 1989 para 38,1% em 1990, o mesmo ocorrendo com o nível de ocupação das mulheres em idade ativa.

A taxa de atividade total passou de 57,8% em 1989 para 59,0% em 1990 e o nível de ocupação das pessoas em idade ativa ficou, praticamente, estável.

A participação feminina na população economicamente ativa deslocou-se de 32,9% em 1989 para 33,2% em 1990 e continuou sendo menor que as das demais regiões.

O percentual de pessoas ocupadas no ramo agrícola desta região superou, apenas, o da Região Sudeste. Entretanto, este indicador foi maior que os referentes aos demais ramos da Região Centro-Oeste e apresentou aumento significativo de 21,5% em 1989 para 22,5% em 1990.

Cabe ressaltar que o ramo da indústria de transformação deteve, apenas, 7,2% das pessoas ocupadas em 1990 e este percentual foi sensivelmente menor que os das demais regiões. Em 1989 este indicador situou-se em 7,4%.

A participação do contingente formado pelas pessoas ocupadas nos ramos da indústria de transformação e das outras atividades industriais apresentou declínio de 10,3% em 1989 para 9,7% em 1990, mantendo-se abaixo das alcançadas nas demais regiões.

O ramo do comércio absorvia 13,6% das pessoas ocupadas em 1989. Em 1990 este percentual desceu para 13,3%, igualando-se ao da Região Sudeste, mas superando, ainda, os das Regiões Nordeste e Sul.

A proporção de pessoas ocupadas no restante do setor terciário permaneceu, praticamente, inalterada de 1989 (49,0%) para 1990 (47,9%) e manteve-se em patamar mais elevado que os das demais regiões.

Os trabalhadores não remunerados desta região representaram 5,2% da população ocupada em 1989 e 5,6% em 1990. Este indicador superou o da Região Sudeste, mas situou-se em nível substancialmente inferior aos das Regiões Nordeste e Sul.

A proporção de trabalhadores por conta-própria permaneceu, praticamente, invariável de 1989 (20,4%) para 1990 (20,5%) e superou somente a da Região Sudeste.

O percentual de empregadores suplantou os das demais regiões e subiu de 6,2% em 1989 para 6,7% em 1990.

A participação dos empregados ficou abaixo somente da atingida na Região Sudeste e acusou queda de 68,2% em 1989 para 67,2% em 1990, em decorrência da redução no número de pessoas com carteira de trabalho assinada.

Os contribuintes de instituto de previdência representaram 44,1% da população ocupada em 1989 e 44,4% em 1990. Este indicador ultrapassou, apenas, o da Região Nordeste.

É importante notar que, de 1989 para 1990, esta foi a única região que apresentou, na população de empregados, aumento na participação dos envolvidos em atividade agrícola e redução na proporção de pessoas com carteira de trabalho assinada nesta atividade.

O percentual de empregados em atividade agrícola subiu de 14,7% em 1989 para 16,1% em 1990, a exemplo do comportamento observado para os ocupados nesta atividade.

A proporção de pessoas com carteira de trabalho assinada na população de empregados em atividade agrícola caiu de 22,1% em 1989 para 21,6% em 1990, enquanto que em atividade não-agrícola a queda deste indicador foi de 54,3% em 1989 para 52,9% em 1990. Estes resultados mostram que a retração nas relações de emprego regidas pela legislação trabalhista atingiu indistintamente os mercados de trabalho agrícola e não-agrícola desta região.

A participação feminina na população de empregados ampliou-se de 35,9% em 1989 para 36,8% em 1990, denotando o mesmo comportamento observado para as mulheres economicamente ativas.

O percentual de menores na população ocupada desta região reduziu-se de 1989 para 1990, mas continuou superando os das Regiões Sudeste e Sul. Na população ocupada em 1990 na Região Centro-Oeste havia 4,9% de crianças de 10 a 14 anos de idade e 7,8% de menores de 15 a 17 anos de idade.

3 TRABALHO

3.1 PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO O SEXO E A CONDIÇÃO DE ATIVIDADE - 1990

SEXO E CONDIÇÃO DE ATIVIDADE	PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL	113 629 325	3 756 767	31 614 528	52 390 826	17 920 057	7 947 147
Economicamente ativas	64 467 981	1 983 422	17 231 677	29 601 295	11 043 014	4 608 573
Ocupadas	62 100 499	1 910 598	16 656 360	28 346 976	10 713 525	4 473 040
Desocupadas	2 367 482	72 824	575 317	1 254 319	329 489	135 533
Não-economicamente ativas.	49 161 344	1 773 345	14 382 851	22 789 531	6 877 043	3 338 574
Homens	55 256 232	1 810 307	15 300 405	25 375 366	8 843 929	3 926 225
Economicamente ativas	41 599 870	1 261 754	11 310 061	18 895 120	7 056 317	3 076 618
Ocupadas	40 017 504	1 209 170	10 907 159	18 076 780	6 834 573	2 989 822
Desocupadas	1 582 366	52 534	402 902	818 340	221 744	86 796
Não-economicamente ativas.	13 656 362	548 553	3 990 344	6 480 246	1 787 612	849 607
Mulheres	58 373 093	1 946 460	16 314 123	27 015 460	9 076 128	4 020 922
Economicamente ativas	22 868 111	721 668	5 921 616	10 706 175	3 986 697	1 531 955
Ocupadas	22 082 995	701 428	5 749 201	10 270 196	3 878 952	1 483 218
Desocupadas	785 116	20 240	172 415	435 979	107 745	48 737
Não-economicamente ativas.	35 504 982	1 224 792	10 392 507	16 309 285	5 089 431	2 488 967

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclusiva a população da área rural da Região Norte. (2) Exclusiva a população da área rural.

3 TRABALHO

3.2 INDICADORES DE CONDIÇÃO DE ATIVIDADE PARA AS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES - 1990

ESPECIFICAÇÃO	INDICADORES DE CONDIÇÃO DE ATIVIDADE PARA AS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Taxa de atividade						
Total	56,7	52,8	54,5	56,5	61,6	59,0
Homens	75,3	69,7	73,9	74,5	79,8	78,4
Mulheres	39,2	37,1	36,3	39,6	43,9	38,1
Taxa de desocupação						
Total	3,7	3,7	3,3	4,2	3,0	2,9
Homens	3,8	4,2	3,6	4,3	3,1	2,8
Mulheres	3,4	2,8	2,9	4,1	2,7	3,2
Distribuição das pessoas economicamente ativas, por sexo						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	64,5	63,6	65,6	63,8	63,9	66,8
Mulheres	35,5	36,4	34,4	36,2	36,1	33,2

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclusiva a população da área rural da Região Norte. (2) Exclusiva a população da área rural.

3 TRABALHO

3.3 PESSOAS OCUPADAS, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS - 1990

CARACTERÍSTICAS	PESSOAS OCUPADAS									
	Brasil (1)	Grandes Regiões								
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste				
TOTAL	62 100 499	1 910 598	16 656 360	28 346 976	10 713 525	4 473 040				
Sexo										
Homens	40 017 504	1 209 170	10 907 159	18 076 780	6 834 573	2 989 822				
Mulheres	22 082 995	701 428	5 749 201	10 270 196	3 878 952	1 483 218				
Grupos de idade										
10 a 14 anos	2 873 523	70 568	1 235 954	846 909	499 398	220 694				
15 a 17 anos	4 425 822	123 214	1 402 554	1 762 973	790 640	346 441				
18 a 39 anos	35 824 071	1 185 385	8 811 995	16 973 737	6 197 631	2 655 323				
40 a 59 anos	15 900 490	450 950	4 125 256	7 532 448	2 739 569	1 052 267				
60 anos ou mais	3 076 354	80 481	1 080 601	1 230 670	486 287	198 315				
Idade ignorada	239	-	-	239	-	-				
Posição na ocupação										
Empregados	40 175 322	1 283 226	9 070 971	20 794 692	6 071 762	2 004 671				
Com carteira assinada ...	23 629 126	672 836	3 741 142	13 715 604	4 065 112	1 434 432				
Sem carteira assinada ...	16 545 720	610 390	5 329 353	7 029 088	2 006 650	1 570 239				
Sem declaração	476	-	476	-	-	-				
Conta-própria	14 092 280	456 915	4 980 234	5 197 007	2 543 439	914 685				
Empregadores	2 852 745	94 117	549 621	1 426 643	490 631	301 733				
Não remunerado	4 979 913	76 340	2 055 534	978 395	1 617 693	251 951				
Sem declaração	239	-	-	239	-	-				
Contribuição para instituto de previdência										
Contribuintes	31 101 186	914 775	4 819 411	18 050 254	5 332 577	1 984 169				
Não-contribuintes	30 996 594	995 823	11 835 998	10 295 832	5 380 948	2 487 992				
Sem declaração	2 719	-	951	889	-	879				
Ramos de atividade										
Agrícola	14 180 519	140 798	6 319 482	3 422 986	3 289 969	1 007 284				
Indústria de transformação ..	9 410 712	243 826	1 517 964	5 782 747	1 543 817	322 358				
Indústria da construção ...	3 823 154	127 798	899 486	1 897 455	603 170	295 245				
Outras ativ. industriais ...	860 453	35 755	215 987	363 468	133 331	111 912				
Comércio de mercadorias ...	7 975 670	379 287	1 946 263	3 768 471	1 287 947	593 702				
Prestação de serviços	11 136 869	380 674	2 530 305	5 661 636	1 660 575	903 679				
Serviços auxiliares da atividade econômica	2 023 389	69 031	292 233	1 212 510	293 233	156 382				
Transporte e comunicação ...	2 439 920	95 085	482 780	1 313 262	381 629	167 164				
Social	5 417 210	211 146	1 366 241	2 623 950	785 865	430 008				
Administração pública	3 117 005	179 171	832 762	1 286 570	461 921	356 581				
Outras atividades	1 715 598	48 027	252 857	1 013 921	272 068	128 725				

FORNTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclusiva a população da área rural da Região Norte. (2) Exclusiva a população da área rural.

3 TRABALHO

3.4 DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS - 1990

CARACTERÍSTICAS	DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo						
Homens	64,4	63,3	65,5	63,8	63,8	66,8
Mulheres	35,6	36,7	34,5	36,2	36,2	33,2
Grupos de idade						
10 a 14 anos.....	4,6	3,7	7,4	3,0	4,7	4,9
15 a 17 anos.....	7,1	6,5	8,4	6,2	7,4	7,8
18 a 39 anos.....	57,7	62,0	52,9	59,9	57,8	59,4
40 a 59 anos.....	25,6	23,6	24,8	26,6	25,6	23,5
60 anos ou mais.....	5,0	4,2	6,5	4,3	4,5	4,4
Idade ignorada.....	0,0	-	-	0,0	-	-
Posição na ocupação						
Empregado.....	64,7	67,2	54,5	73,2	56,7	67,2
Com carteira assinada.....	38,1	35,2	22,5	49,4	38,0	32,1
Sem carteira assinada.....	26,6	32,0	32,0	24,8	18,7	35,1
Sem declaração.....	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta-própria.....	22,7	23,9	29,9	19,3	23,7	20,5
Empregador.....	4,6	4,9	3,3	5,0	4,5	6,7
Não remunerado.....	8,0	4,0	12,3	3,5	15,1	5,6
Sem declaração.....	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Contribuição para instituto de previdência						
Contribuintes.....	50,1	47,9	28,9	65,7	49,8	44,4
Não-Contribuintes.....	49,9	52,1	71,1	34,3	50,2	55,6
Sem declaração.....	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ramos de atividade						
Agrícola.....	22,8	7,4	37,9	12,1	30,7	22,5
Indústria de transformação.....	15,2	12,8	9,1	20,4	14,4	7,2
Indústria da construção.....	6,2	6,7	5,4	6,7	5,6	6,6
Outras ativ. industriais.....	1,4	1,9	1,3	1,3	1,3	2,5
Comércio de mercadorias.....	12,8	19,8	11,7	13,3	12,0	13,3
Prestação de serviços.....	17,9	19,9	15,2	20,0	15,5	20,2
Serviços auxiliares da atividade econômica.....	3,3	3,6	1,8	4,3	2,7	3,5
Transporte e comunicação.....	3,9	5,0	2,9	4,6	3,6	3,7
Social.....	8,7	11,0	8,2	9,2	7,3	9,6
Administração pública.....	5,0	9,4	5,0	4,5	4,3	8,0
Outras atividades.....	2,8	2,5	1,5	3,6	2,6	2,9

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclusiva a população da área rural da Região Norte. (2) Exclusiva a população da área rural.

3 TRABALHO

3.5 EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO O SEXO,
A ATIVIDADE E A POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA - 1990

SEXO, ATIVIDADE E POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL	40 175 322	1 283 226	9 070 971	20 744 692	6 071 762	3 004 671
Com carteira assinada .	23 629 126	672 836	3 741 142	13 715 604	4 065 112	1 424 432
Sem carteira assinada .	16 545 720	610 390	5 329 829	7 029 088	2 006 650	1 570 239
Sem declaração	476	-	476	-	-	-
Sexo						
Homens	25 440 302	770 611	5 315 329	13 108 924	3 845 226	1 900 212
Com carteira assinada .	15 507 066	413 572	2 367 231	9 150 679	2 669 144	906 440
Sem carteira assinada .	9 933 236	357 039	3 448 098	3 958 245	1 176 082	993 772
Mulheres	14 735 020	512 615	3 755 642	7 635 768	2 226 536	1 104 459
Com carteira assinada .	8 122 060	259 264	1 373 911	4 564 925	1 395 968	527 992
Sem carteira assinada .	6 612 484	253 351	1 881 255	3 070 843	830 568	576 467
Sem declaração	476	-	476	-	-	-
Atividade						
Agrícola	5 235 836	57 484	2 141 965	1 885 102	667 919	483 366
Com carteira assinada .	1 197 733	7 708	303 454	556 242	226 015	104 316
Sem carteira assinada .	4 038 103	49 776	1 838 511	1 328 860	441 906	379 050
Não-agrícola	34 939 486	1 225 742	6 929 006	18 859 590	5 403 843	2 521 305
Com carteira assinada .	22 431 393	665 128	3 437 688	13 159 362	3 339 099	1 330 116
Sem carteira assinada .	12 507 617	560 614	3 490 842	5 700 228	1 564 744	1 191 189
Sem declaração	476	-	476	-	-	-

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclusiva a população da área rural da Região Norte. (2) Exclusiva a população da área rural.

3 TRABALHO

3.6 DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO O SEXO, A ATIVIDADE E A POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA - 1990

SEXO, ATIVIDADE E POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo						
Homens	63,3	60,1	64,1	63,2	63,3	63,2
Mulheres	36,7	39,9	35,9	36,8	36,7	36,8
Atividade						
Agrícola	13,0	4,5	23,6	9,1	11,0	16,1
Não-agrícola	87,0	95,5	76,4	90,9	89,0	83,9
Posse de carteira assinada						
Possuíam	58,8	52,4	41,2	66,1	67,0	47,7
Não Possuíam	41,2	47,6	58,8	33,9	33,0	52,3
Sem declaração	0,0	-	0,0	-	-	-
Homens						
Com carteira assinada ..	61,0	53,7	40,7	69,8	69,4	47,7
Sem carteira assinada ..	39,0	46,3	59,3	30,2	30,6	52,3
Mulheres						
Com carteira assinada ..	55,1	50,6	42,2	59,8	62,7	47,8
Sem carteira assinada ..	44,9	49,4	57,8	40,2	37,3	52,2
Sem declaração	0,0	-	0,0	-	-	-
Atividade agrícola						
Com carteira assinada ..	22,9	13,4	14,2	29,5	33,8	21,6
Sem carteira assinada ..	77,1	86,6	85,8	70,5	66,2	78,4
Atividade não-agrícola						
Com carteira assinada ..	64,2	54,3	49,6	69,8	71,0	52,8
Sem carteira assinada ..	35,8	45,7	50,4	30,2	29,0	47,2
Sem declaração	0,0	-	0,0	-	-	-

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclusiva a população da área rural da Região Norte. (2) Exclusiva a população da área rural.

4 FAMÍLIA

ASPECTOS NACIONAIS

Ao longo do período de 1981 a 1990 constatou-se tendência de redução no tamanho das famílias. A queda da natalidade é um fator a ser considerado dentre as causas determinantes desta evolução.

O número médio de pessoas por família reduziu-se, gradualmente, de 4,3 em 1981 para 3,9 em 1990.

Este declínio tornou-se mais evidente através da evolução da estrutura das famílias pelo número dos seus componentes.

No período de 1981 a 1990 as proporções de famílias com até 2 componentes e com 3 ou 4 pessoas apresentaram tendência ascendente, enquanto que a de famílias com 5 ou 6 membros manteve-se, praticamente, estável até 1988, mostrando indícios de declínio nos dois anos seguintes. Ademais, a proporção de famílias com 7 pessoas ou mais sofreu pronunciada retração no período.

Em 1981 verificou-se que 22,6% das famílias tinham até 2 componentes, 38,5% eram formadas por 3 ou 4 pessoas, 23,2% agregavam 5 ou 6 pessoas e 15,7% estavam constituídas por 7 pessoas ou mais. Em 1990 os dois primeiros indicadores subiram para 26,2% e 42,8%, respectivamente, e os dois últimos passaram para 22,3% e 8,7%, respectivamente.

O percentual de famílias com, apenas, 1 pessoa ocupada mostrou nítido decréscimo, tendo passado de 47,1% em 1981 para 43,2% em 1990, enquanto que o de famílias com 2 pessoas ocupadas acusou sensível crescimento, tendo deslocado-se de 24,9% em 1981 para 29,1% em 1990. No que concerne à proporção de famílias com 3 pessoas ocupadas ou mais, a sua evolução não manteve constância, embora haja vislumbre de se firmar uma tendência declinante a partir de 1987. Em 1981 este indicador situou-se em 17,0% e, em 1990, atingiu 16,3%. A intensificação do ingresso feminino na força de trabalho pode ter sido um dos fatores que influenciaram estes resultados.

No período de 1981 a 1990 verificou-se, ainda, uma elevação na proporção de famílias cujos chefes eram mulheres. Em 1981 este indicador estava em 16,9% e, em 1990, alcançou 20,3%.

ASPECTOS REGIONAIS

Região Norte Urbana

Os resultados obtidos para a Região Norte retratam, unicamente, o seu quadro urbano, enquanto que os das demais refletem a composição urbana/rural de cada uma. Considerando as distinções existentes entre as características das famílias nos meios urbano e rural, as estatísticas desta região não são consideradas nas comparações inter-regionais.

Confrontando os indicadores de 1990 com os do ano anterior pôde-se perceber aumento na proporção de famílias menores (com até 4 pessoas) e declínio na de famílias maiores (com 5 pessoas ou mais). De 1989 para 1990 a proporção de famílias menores subiu de 60,6% para 61,0% e a de famílias maiores caiu de 39,4% para 39,0%.

De 1989 para 1990 houve redução expressiva na proporção de famílias com uma só pessoa ocupada (de 46,4% para 45,0%), enquanto que os aumentos nas proporções de famílias com 2 pessoas ocupadas (de 29,8% para 30,0%) e com 3 pessoas ocupadas ou mais (de 15,0% para 15,1%) não foram relevantes.

Cerca de um quinto (25,1%) das famílias era chefiado por mulheres em 1990 e este indicador teve incremento marcante em relação ao de 1989 (23,7%).

Região Nordeste

O número médio de pessoas por família da Região Nordeste foi de 4,3 em 1990 e manteve-se maior que os das demais.

Os resultados de 1990 mostraram, ainda, que as proporções de famílias com até 2 pessoas (23,6%) e com 3 ou 4 componentes (36,8%) foram menores que as das demais regiões, enquanto que a de famílias com 7 membros ou mais (15,6%) foi, destacadamente, a

mais alta. A proporção de famílias com 5 ou 6 pessoas (24,0%) ficou, praticamente, igual à maior (24,1%), encontrada para a Região Centro-Oeste.

Corroborando estes resultados, cabe lembrar que a Região Nordeste detém, ainda, alta taxa de natalidade e a mais elevada proporção de pessoas residindo em área rural, onde as famílias são mais numerosas.

De 1989 para 1990 o percentual de famílias menores (com até 4 pessoas) aumentou de 59,1% para 60,4%, enquanto que o de famílias maiores (com 5 membros ou mais) diminuiu de 40,9% para 39,6%.

Esta região deteve em 1990 a menor proporção de famílias com 2 pessoas ocupadas (27,3%). Este indicador experimentou crescimento em relação ao de 1989 (26,9%), enquanto que o percentual de famílias com 1 pessoa ocupada caiu de 43,3% em 1989 para 42,5% em 1990, mantendo-se somente acima do referente à Região Sul. Não houve variação significativa na proporção de famílias com 3 pessoas ocupadas ou mais de 1989 (17,7%) para 1990 (17,6%) e que ficou abaixo, unicamente, da referente à Região Sul (17,9%). Estes últimos resultados foram influenciados pelo alto percentual de pessoas ocupadas no setor primário das Regiões Nordeste e Sul, onde os empreendimentos familiares existentes favorecem o envolvimento de maior número de componentes nas suas tarefas.

De 1989 para 1990 a proporção de famílias cujos chefes eram mulheres subiu de 21,2% para 21,8%, continuando a suplantar as das demais regiões. O êxodo diferenciado por idade e sexo da população nordestina, especialmente a oriunda do meio rural, pode ser um dos fatores determinantes deste resultado mais elevado que os das outras regiões.

Região Sudeste

A exemplo do ano anterior, em 1990 a Região Sudeste deteve, juntamente com a Região Sul, o mais baixo número médio de pessoas por família (3,7). A estrutura das famílias pelo número de seus componentes da Região Sul foi, também, a que mais se assemelhou à da Região Sudeste.

A Região Sudeste apresentou o maior percentual de famílias com até 2 pessoas e este indicador manteve-se, praticamente, inalterado de 1989 (27,7%) para 1990 (27,3%). Em 1990 a proporção de famílias com 3 ou 4 componentes (45,0%) foi a segunda maior e as de

famílias com 5 ou 6 pessoas (21,4%) e com 7 membros ou mais (5,8%) foram as segundas mais baixas.

De 1989 para 1990 o percentual de famílias menores (com até 4 pessoas) aumentou de 72,0% para 72,8% e a de famílias maiores (com 5 pessoas ou mais) diminuiu de 28,0% para 27,2%. Esta região deteve o menor percentual de famílias com 3 pessoas ocupadas ou mais e este indicador decresceu de 15,6% em 1989 para 15,1% em 1990. A proporção de famílias com 2 pessoas ocupadas caiu de 29,2% em 1989 para 28,8% em 1990 e ficou somente acima da encontrada para a Região Nordeste, enquanto que a de famílias com 1 pessoa ocupada subiu de 43,7% em 1989 para 44,2% em 1990 e foi ultrapassada, unicamente, pela da Região Centro-Oeste.

O percentual de famílias chefiadas por mulheres manteve-se, praticamente, invariável de 1989 (20,7%) para 1990 (20,6%) e foi sobrepujado, apenas, pelo da Região Nordeste.

Região Sul

A Região Sul manteve em 1990, juntamente com a Sudeste, o menor número médio de pessoas por família (3,7).

Nesta região encontraram-se, em 1990, os menores percentuais de famílias com 5 ou 6 pessoas (20,8%) e com 7 membros ou mais (5,6%) e a mais elevada proporção de famílias com 3 ou 4 componentes (47,2%). A proporção de famílias com até 2 pessoas (26,4%) só foi superada pela da Região Sudeste.

De 1989 para 1990 o percentual de famílias menores (com até 4 componentes) cresceu de 72,1% para 73,6%, enquanto que o de famílias maiores (com 5 membros ou mais) decresceu de 27,9% para 26,4%.

Pressalte-se que esta região deteve a mais baixa proporção de famílias com 1 pessoa ocupada (39,3%) e as mais altas de famílias com 2 pessoas ocupadas (32,5%) e com 3 pessoas ocupadas ou mais (17,9%). Este último resultado foi influenciado pelo percentual elevado de pessoas ocupadas no setor primário da Região Sul, onde os empreendimentos familiares existentes favorecem o envolvimento de maior número de componentes nas suas tarefas.

Cabe destacar, ainda, que a proporção de famílias cujos chefes eram mulheres passou de 16,6% em 1989 para 16,3% em 1990 e manteve-se sensivelmente menor que as das demais regiões.

Região Centro-Oeste

O número médio de pessoas por família da Região Centro-Oeste foi de 3,9 em 1990, sendo menor, apenas, que o da Região Nordeste. Em 1990 as proporções de famílias com até 2 pessoas (25,7%) e com 3 ou 4 membros (42,4%) superaram somente as da Região Nordeste. A proporção de famílias com 7 componentes ou mais (7,8%) foi inferior, apenas, à da Região Nordeste, enquanto que a de famílias com 5 ou 6 pessoas (24,1%) foi a maior, embora tenha sido, praticamente, igual à da Região Nordeste.

De 1989 para 1990 o percentual de famílias menores (com até 4 membros) elevou-se de 66,0% para 69,1% e o de famílias maiores (com 5 pessoas ou mais) declinou de 34,0% para 31,9%.

Esta região deteve a proporção mais alta de famílias com 1 pessoa ocupada e que diminuiu de 47,4% em 1989 para 47,0% em 1990. De 1989 para 1990 a proporção de famílias com 2 pessoas ocupadas cresceu de 27,9% para 29,0% e continuou abaixo, apenas, da encontrada para a Região Sul, enquanto que a de famílias com 3 pessoas ocupadas ou mais caiu de 17,0% para 16,0% e superou, unicamente, a da Região Sudeste.

A proporção de famílias cujos chefes eram mulheres subiu de 18,9% em 1989 para 19,8% em 1990 e situou-se acima, somente, do indicador obtido para a Região Sul.

4 FAMÍLIA

4.1 FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS - 1990

CARACTERÍSTICAS	FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL	38 002 452	1 178 671	9 990 733	17 923 147	6 225 475	2 684 436
Número de componentes (3)						
1 e 2 pessoas	9 942 925	267 530	2 354 392	4 990 980	1 646 768	689 255
3 pessoas	8 087 451	223 966	1 885 863	3 950 349	1 469 184	558 063
4 pessoas	8 193 743	227 969	1 795 972	4 111 714	1 466 526	581 562
5 e 6 pessoas	3 465 573	292 377	2 399 431	3 834 125	1 293 597	646 043
7 pessoas ou mais	3 316 760	166 809	1 555 065	1 035 979	349 400	209 507
Número de componentes ocupados (3)						
1 pessoa ocupada	16 406 331	529 853	4 241 066	7 926 477	2 447 862	1 281 073
2 pessoas ocupadas	11 051 059	353 038	2 731 675	5 160 447	2 028 024	779 875
3 pessoas ocupadas ou mais	6 188 234	177 968	1 755 186	2 714 749	1 111 349	428 982
Sexo do chefe						
Homens	30 286 302	882 527	7 816 474	14 226 323	5 209 390	2 151 593
Mulheres	7 716 150	296 144	2 174 249	3 696 824	1 016 085	532 843

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclusive as famílias residentes na área rural da Região Norte. (2) Exclusive as famílias residentes na área rural. (3) Exclusive pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos.

4 FAMÍLIA

4.2 INDICADORES DE FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR GRANDES REGIÕES - 1990

ESPECIFICAÇÃO	INDICADORES DE FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
Número médio de pessoas, por família	3,9	4,3	4,3	3,7	3,7	3,9
Distribuição das famílias, por número de componentes (3)						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 e 2 pessoas	26,2	22,7	23,6	27,8	26,4	25,7
3 e 4 pessoas	42,9	38,3	36,8	45,0	47,2	42,4
5 e 6 pessoas	22,3	24,8	24,0	21,4	20,8	24,1
7 pessoas ou mais	8,7	14,2	15,6	5,8	5,6	7,8
Proporção de famílias, por número de componentes ocupados (3)						
1 pessoa ocupada	43,2	45,0	42,5	44,2	39,3	47,0
2 pessoas ocupadas	29,1	30,0	27,3	28,8	32,5	29,0
3 pessoas ocupadas ou mais ...	16,3	15,1	17,6	15,1	17,9	16,0
Distribuição das famílias, por sexo do chefe						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	79,7	74,9	78,2	79,4	83,7	80,2
Mulheres	20,3	25,1	21,8	20,6	16,3	19,8

FOITE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclui as famílias residentes na área rural da Região Norte. (2) Exclui as famílias residentes na área rural. (3) Exclui pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos.

5 DOMICÍLIO

ASPECTOS NACIONAIS

No decorrer do período de 1981 a 1990 o País experimentou nítida melhoria nas condições de abastecimento de água e coleta de lixo residencial, bem como na eletrificação das habitações. Observou-se, também, expansão na posse de filtro, fogão e geladeira, que são bens duráveis essenciais para o bem-estar e saúde da população.

De 1981 para 1990 a proporção de domicílios dotados de iluminação elétrica elevou-se de 74,9% para 87,8%, a de domicílios que tinham lixo coletado subiu de 49,2% para 64,5% e a de domicílios servidos por rede geral de abastecimento de água aumentou de 60,1% para 73,4%. Cabe notar que o percentual de domicílios dotados de canalização interna para a água proveniente de rede geral de abastecimento cresceu de 52,7% para 66,4%.

Verificou-se, também, que, de 1981 para 1990, a proporção de domicílios onde existia filtro ascendeu de 51,7% para 57,2%, a de domicílios que tinham fogão cresceu de 92,6% para 96,4% e a de domicílios providos de geladeira elevou-se de 56,6% para 71,1%.

A partir de 1988 a pesquisa incorporou o levantamento da existência de rádio e televisão nos domicílios, permitindo, assim, acompanhar a evolução da posse destes dois bens duráveis de fundamental importância para a transmissão de informações à população.

De 1988 para 1990 o percentual de domicílios que tinham rádio subiu de 82,0% para 84,3% e o de domicílios onde existia televisão aumentou de 71,5% para 73,7%.

Com relação aos tipos de domicílios, no período de 1981 a 1990 observaram-se continuação na predominância de casas, maior proporção de apartamentos e menor de habitações rústicas.

As casas abarcaram 82,0% dos domicílios em 1981 e 83,1% em 1990, enquanto que os quartos ou cômodos constituíram somente 1,0% em 1981 e 1,4% em 1990. Em 1981 os apartamentos representavam 7,1% dos domicílios e esta participação cresceu, seguidamente, até alcançar 10,1% em 1990, o que pode ser visto como um indicativo da concentração da

população em grandes centros urbanos onde este tipo de habitação é mais comum. O percentual de habitações rústicas reduziu-se nitidamente de 9,9% em 1981 para 5,4% em 1990.

De 1981 para 1990 houve evidente crescimento na proporção de habitações próprias (já quitadas e em aquisição), que passou de 62,4% para 67,0%. Em 1981 constatou-se que 56,0% dos domicílios eram quitados e 6,4% estavam em aquisição e, em 1990, estes percentuais atingiram 59,8% e 7,2%, respectivamente. As habitações cedidas ou em outra condição de ocupação abrangiam 14,8% dos domicílios em 1981 e 15,3% em 1990. Em contrapartida, de 1981 para 1990 as habitações alugadas tiveram a sua participação sensivelmente diminuída de 22,8% para 17,7%.

ASPECTOS REGIONAIS

Região Norte Urbana

Os resultados produzidos para a Região Norte não abarcam informações referentes à área rural, que, certamente, teriam efeitos sensíveis no seu total, e, portanto, não são incluídos em confrontos inter-regionais.

Em 1990, na área urbana da Região Norte, 81,7% das habitações eram abastecidas por rede geral de água, 94,3% eram dotadas de iluminação elétrica e 61,7% tinham lixo coletado. A proporção de domicílios onde havia filtro ficou em 47,3% e a de domicílios que possuíam fogão alcançou 97,5%. Existia geladeira em 75,0% das habitações, rádio em 75,8% e televisão em 77,0%. Todas estas proporções experimentaram crescimento em relação às do ano anterior.

Para o total da Região Norte pode-se esperar que este conjunto de indicadores mostre resultados menos favoráveis que os encontrados para a sua área urbana.

De 1989 para 1990 a proporção de casas subiu de 86,1% para 88,1%, enquanto que a de apartamentos permaneceu estagnada em 4,9%. A proporção de habitações rústicas diminuiu de 3,8% para 2,6% e a de quartos ou cômodos caiu de 5,2% para 4,4%.

Verificou-se, ainda, que de 1989 para 1990 a proporção de habitações próprias já quitadas cresceu de 66,5% para 69,1% e a de habitações próprias em aquisição manteve-se inalterada em 6,3%. O percentual de domicílios alugados declinou de 18,4% para 16,0% e o de cedidos ou em outra condição de ocupação passou de 8,8% para 8,6%.

Região Nordeste

As condições de vida mais precárias que prevalecem no Nordeste brasileiro afloram de forma inequívoca no nível de importantes indicadores da habitação em confronto com os das outras regiões.

Em 1990 somente 52,7% das habitações eram abastecidas por água proveniente de rede geral, 70,3% tinham iluminação elétrica e 41,3% eram atendidas por serviço de coleta de lixo. Apenas 41,4% dos domicílios tinham geladeira, 88,5% possuíam fogão, 69,6% estavam providos de rádio e 47,5% contavam com televisão. Todos estes indicadores acusaram alta em relação aos do ano anterior, entretanto, mantiveram-se acentuadamente menores que os obtidos para as demais regiões.

O percentual de domicílios dotados de filtro passou de 51,8% em 1989 para 51,2% em 1990 e continuou sendo o segundo menor.

A proporção de domicílios rústicos decresceu de 15,8% em 1989 para 14,7% em 1990, mas permaneceu, destacadamente, maior que a das outras regiões. Este resultado de 1990 foi mais de dez vezes superior ao da Região Sul, que deteve o menor valor para este indicador. Cabe ressaltar, ainda, que, na Região Nordeste, a proporção de habitações rústicas manteve-se alta em área urbana, mas foi substancialmente mais elevada em área rural.

De 1989 para 1990 a proporção de casas subiu de 78,4% para 79,6%, enquanto que a de apartamentos passou de 4,3% para 4,5%. Estes dois indicadores foram notavelmente mais baixos que os das demais regiões. As habitações do tipo quarto ou cômodo representaram, apenas, 1,5% dos domicílios em 1989 e, em 1990, este percentual desceu para 1,2%, igualando-se aos das Regiões Sudeste e Sul.

A proporção de habitações próprias já quitadas atingiu 67,3% em 1989 e 67,6% em 1990, permanecendo acima das referentes às demais regiões. Em contrapartida, a proporção de habitações próprias em aquisição, que se fixou em 5,6% em 1990, praticamente o mesmo resultado de 1989 (5,5%), foi inferior às das outras regiões. O percentual de domicílios cedidos ou em outra condição de ocupação subiu de 14,4% para 14,8% e continuou próximo aos das Regiões Sudeste e Sul. A Região Nordeste deteve a menor proporção de domicílios alugados e este indicador declinou de 12,8% em 1989 para 11,9% em 1990.

Região Sudeste

A Região Sudeste destacou-se, primeiramente, por deter as mais altas proporções de domicílios dotados de iluminação elétrica, servidos por rede geral de abastecimento de água e atendidos por serviço de coleta de lixo. Em 1990 estas proporções atingiram 95,8%, 86,2% e 78,3%, respectivamente, e mostraram crescimento em relação aos resultados obtidos para o ano anterior.

Esta região apresentou, ainda, os mais elevados percentuais de domicílios dotados de geladeira (84,2%) e televisão (86,1%) e as segundas maiores proporções de habitações onde existiam filtro (71,3%), fogão (99,4%) e rádio (91,0%).

A mais alta proporção de apartamentos (13,7% em 1989 e 14,0% em 1990) foi a desta região que sedia as três maiores regiões metropolitanas do País, onde este tipo de habitação é mais comum. Por outro lado, a proporção de casas (83,2% em 1989 e 83,0% em 1990) superou, apenas, a da Região Nordeste. A participação das habitações rústicas no total de domicílios foi reduzida e permaneceu, praticamente, invariável de 1989 (1,7%) para 1990 (1,3%), ficando acima somente da encontrada para a Região Sul. Também foi muito pequena a proporção de quartos ou cômodos, tanto em 1989 (1,4%) como em 1990 (1,2%), sendo que este último resultado igualou-se aos das Regiões Nordeste e Sul e foi o mais baixo.

A Região Sudeste apresentou o maior percentual de domicílios alugados (24,8% em 1989 e 22,5% em 1990) e que se manteve em patamar nitidamente destacado dos referentes às demais regiões. Os percentuais de habitações próprias já quitadas (53,2% em 1989 e 55,2% em 1990) e em aquisição (7,6% em 1989 e 7,3% em 1990) foram os segundos mais baixos, enquanto que a proporção de domicílios cedidos ou em outra condição de ocupação (14,4% em 1989 e 15,0% em 1990) situou-se em nível próximo aos das Regiões Nordeste e Sul.

Região Sul

Em 1990 a Região Sul teve 92,3% dos seus domicílios dotados de iluminação elétrica, 71,1% abastecidos por rede geral de água e 63,7% atendidos por serviço de coleta de lixo. Estes resultados, que superaram os alcançados no ano anterior, foram ultrapassados somente pelos da Região Sudeste. Cabe ressaltar que o grau de eletrificação dos domicílios rurais da Região Sul sobrepujou, acentuatadamente, os das demais.

A Região Sul apresentou os mais altos percentuais de domicílios dotados de fogão (99,6%) e rádio (91,3%) e as segundas maiores proporções de habitações onde havia geladeira (80,9%) e televisão (80,2%). Estes indicadores de 1990 mostraram crescimento em relação aos do ano anterior. A proporção de domicílios onde existia filtro ficou inalterada em 21,1% e se destacou por estar em patamar substancialmente inferior aos das demais regiões.

A Região Sul manteve a maior proporção de casas (86,4% em 1989 e 87,5% em 1990) e a menor de habitações rústicas (1,9% em 1989 e 1,4% em 1990). A proporção de apartamentos ficou estagnada em 9,9% e situou-se abaixo somente da encontrada para a Região Sudeste, enquanto que o percentual de quartos ou cômodos foi muito reduzido e declinou de 1,8% em 1989 para 1,2% em 1990, igualando-se aos da Região Nordeste e Sudeste.

A proporção de domicílios próprios já quitados subiu de 61,5% em 1989 para 62,5% em 1990, enquanto que a de domicílios próprios em aquisição manteve-se inalterada em 8,8%. Estes dois indicadores foram os segundos maiores. A proporção de domicílios alugados caiu de 15,4% em 1989 para 13,8% em 1990 e suplantou, apenas, a da Região Nordeste. O percentual de domicílios cedidos ou em outra condição de ocupação aumentou de 14,3% em 1989 para 14,9% em 1990 e ficou em nível próximo aos das Regiões Nordeste e Sudeste.

Região Centro-Oeste

Os resultados da Região Centro-Oeste para 1990 mostraram que 84,9% das habitações tinham iluminação elétrica, 60,6% eram atendidas por serviço de coleta de lixo e 66,2% eram abastecidas por rede geral de abastecimento de água. Os dois primeiros indicadores cresceram em relação aos do ano anterior, enquanto que o último, praticamente, não aumentou. Estes percentuais superaram, apenas, os encontrados para a Região Nordeste.

A proporção de domicílios dotados de filtro (72,9%) foi mais alta que as das outras regiões. Por outro lado, os percentuais de domicílios onde havia fogão (97,9%), geladeira (68,1%), rádio (90,5%) e televisão (70,6%) superaram somente os da Região Nordeste. Estes indicadores de 1990 foram maiores que os do ano anterior, exceto o referente à proporção de habitações com fogão que ficou em 98,2% em 1989.

A proporção de casas (84,2% em 1989 e 84,8% em 1990) ficou abaixo, apenas, da encontrada para a Região Sul, enquanto que o percentual de apartamentos (6,9% em 1989 e 7,4% em 1990) suplantou, unicamente, o da Região Nordeste. A proporção de domicílios rústicos (5,9% em 1989 e 5,1% em 1990), ainda que elevada, foi expressivamente menor que a da Região Nordeste.

Cabe destacar que a Região Centro-Oeste apresentou a mais reduzida proporção de habitações próprias já quitadas (49,8% em 1989 e 51,3% em 1990) e os mais elevados percentuais de domicílios próprios em aquisição (9,9% em 1989 e 9,4% em 1990) e cedidos ou em outra condição de ocupação (20,9% em 1989 e 22,0% em 1990). Observou-se, ainda, que a proporção de domicílios alugados (19,4% em 1989 e 17,2% em 1990) manteve-se inferior somente à da Região Sudeste.

5 DOMICÍLIO

5.1 DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS - 1990

CARACTERÍSTICAS	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL	35 578 857	1 049 322	9 269 888	16 864 535	5 987 060	2 508 052
Situação do domicílio						
Urbana	27 279 536	1 049 322	5 490 047	14 739 143	4 148 270	1 852 804
Rural	8 299 271	...	3 779 841	2 125 392	1 738 790	655 248
Tipo						
Casa	29 577 090	924 915	7 375 953	13 999 612	5 150 490	2 126 120
Apartamento	3 595 699	51 262	420 628	2 356 633	581 441	185 735
Rústico	1 903 659	27 379	1 365 020	299 894	84 195	127 171
Quarto ou cômodo	502 409	45 766	108 287	208 396	70 924	69 026
Condição de ocupação						
Próprio já pago	21 271 964	725 123	6 270 282	9 310 840	3 678 234	1 287 485
Próprio em aquisição	2 553 534	66 366	516 392	1 223 765	516 051	235 960
Alugado	6 308 564	167 471	1 099 764	3 797 147	811 861	432 321
Cedido e outro	5 423 926	90 362	1 375 354	2 527 722	879 142	551 346
Sem declaração	15 869	-	8 096	5 061	1 772	940
Forma de abastecimento de água						
Rede geral	26 126 056	857 569	4 890 802	14 539 748	4 186 607	1 661 330
Com canalização	23 639 362	665 453	3 775 479	13 837 328	3 919 577	1 442 015
Sem canalização	2 486 194	192 116	1 105 323	702 410	267 030	219 315
Outra	9 450 968	191 753	4 387 526	2 324 787	1 700 453	846 449
Com canalização	2 954 577	59 470	222 890	1 256 379	1 070 678	345 170
Sem canalização	6 496 391	132 283	4 164 646	1 068 408	629 775	501 279
Sem declaração	1 833	-	1 560	-	-	273
Destino do lixo						
Coletado	22 943 022	647 464	3 829 004	13 198 626	3 747 699	1 520 229
Outro	12 632 995	401 858	5 439 705	3 665 670	2 139 361	986 401
Sem declaração	2 840	-	1 179	239	-	1 422
Existência de:						
Iluminação elétrica	31 230 800	989 924	6 518 707	16 155 869	5 435 742	2 130 558
Filtro	20 345 732	496 407	4 744 744	12 032 122	1 243 341	1 829 118
Fogão	34 304 706	1 023 091	8 202 624	16 760 655	5 862 596	2 455 740
Geladeira	25 296 597	786 729	3 838 061	14 202 529	4 762 402	1 706 857
Rádio	29 993 272	795 184	6 448 287	15 353 681	5 375 909	2 020 211
Televisão	26 226 212	808 181	4 399 465	14 528 482	4 719 240	1 770 844

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclusivo os domicílios da área rural da Região Norte. (2) Exclusivo os domicílios da área rural.

5 DOMICÍLIO

5.2 DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS - 1990

CARACTERÍSTICAS	DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Situação do domicílio						
Urbana	76,7	...	59,2	87,4	70,5	73,9
Rural	23,3	...	40,8	12,6	29,5	26,1
Tipo						
Casa	83,1	89,1	79,6	83,0	87,5	84,8
Apartamento	10,1	4,9	4,5	14,0	9,9	7,4
Rústico	5,4	2,6	14,7	1,8	1,4	5,1
Quarto ou cômodo	1,4	4,4	1,2	1,2	1,2	2,7
Condição de ocupação						
Próprio já pago	59,8	69,1	67,6	55,2	62,5	51,3
Próprio em aquisição	7,2	6,3	5,6	7,3	8,9	9,4
Alugado	17,7	16,0	11,9	22,5	13,8	17,2
Cedido e outro	15,3	8,6	14,8	15,0	14,9	22,0
Sem declaração	0,0	-	0,1	0,0	0,0	0,1
Forma de abastecimento de água						
Rede geral	73,4	81,7	52,7	86,2	71,1	66,2
Com canalização interna	68,4	63,4	40,8	82,0	66,6	57,5
Sem canalização interna	7,0	18,3	11,9	4,2	4,5	8,7
Outra	26,6	18,3	47,3	13,8	28,9	33,8
Com canalização interna	8,3	5,7	2,4	7,5	18,2	13,8
Sem canalização interna	18,3	12,6	44,9	6,3	10,7	20,0
Sem declaração	0,0	-	0,0	-	-	0,0
Destino do lixo						
Coletado	64,5	61,7	41,3	78,3	63,7	60,6
Outro	35,5	38,3	58,7	21,7	36,3	39,3
Sem declaração	0,0	-	0,0	0,0	-	0,1
Existência de:						
Iluminação elétrica	97,8	94,3	70,3	95,8	92,3	84,9
Filtro	57,2	47,3	51,2	71,3	21,1	72,9
Fogão	96,4	97,5	88,5	99,4	99,6	97,9
Geladeira	71,1	75,0	41,4	84,2	80,9	68,1
Rádio	84,3	75,8	69,6	91,0	91,3	80,5
Televisão	73,7	77,0	47,5	86,1	80,2	70,6

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclui-se os domicílios da área rural da Região Norte. (2) Exclui-se os domicílios da área rural.

6 RENDIMENTO

ASPECTOS NACIONAIS

A evolução conturbada da economia brasileira ao longo da década de 80 propagou-se ao início do atual decênio e teve efeitos evidentes no nível e concentração dos rendimentos auferidos pela população. Esse período foi marcado pela aplicação de medidas governamentais de forte impacto, recessões e recuperações na economia nacional.

O processo necessário desencadeado ao final da década de 70 agravou-se, progressivamente, até atingir o seu ponto culminante em 1983. Em 1984 os efeitos da crise ainda se faziam sentir, mas já despontavam indícios da sua contenção. Nos primeiros anos da década de 80 a política econômica que regia os reajustes salariais provocou uma contínua compressão na curva das remunerações dos assalariados e aumento no grau de concentração dos salários, o que se refletiu na totalidade dos rendimentos. O refreamento da crise em 1984 transpareceu na recuperação gradativa de postos de trabalho e na interrupção da tendência declinante dos rendimentos. Nesse ano os rendimentos ficaram retidos no nível de 1983, o mesmo ocorrendo com o grau de concentração das remunerações. Em 1985, com o reaquecimento da economia, os rendimentos passaram a apresentar elevações consideráveis, especialmente no segundo semestre. Nesse ano a melhoria no desempenho da economia possibilitou maior liberalidade nas negociações de aumentos salariais. Esta elevação no nível das remunerações, em 1985, veio acompanhada de incremento no grau de concentração dos rendimentos. De 1986 a 1990 foram instaurados quatro planos governamentais, estabelecendo medidas de impacto que visavam a proporcionar as condições necessárias para estabilizar a economia do País. O advento do primeiro Plano de Estabilização Econômica, instituído ao final de fevereiro de 1986, propiciou a aceleração do crescimento econômico e a alta dos rendimentos, que tiveram incrementos superiores aos de 1985 e alcançaram o nível máximo do período de 1981 a 1990. Juntamente com esta expansão da economia, o grau de concentração dos rendimentos retornou ao patamar de 1983 e 1984. No final de 1986 este crescimento começou a perder ímpeto e, em 1987, a retração tornou-se evidente. O Plano Bresser, instituído em junho de 1987, sustou o agravamento desse processo necessário, sem conseguir, contudo, consolidar a pretendida retomada do crescimento. Neste contexto, em 1987 e 1988 os rendimentos sustentaram-se em níveis mais elevados que os de 1985, mas acentuadamente inferiores aos de 1986. Em janeiro de 1989 foi instituído o Plano Verão, terceira tentativa de estabilização da economia. Em seguida aos ajustes efetuados em abril de 1989 no Plano Verão, foi adotada uma nova política salarial,

mais favorável que a anterior. Nesse ano a economia apresentou um evidente reaquecimento e os rendimentos lograram superar os de 1987 e 1988. Entretanto, o crescimento experimentado em 1989 foi insuficiente para que os rendimentos voltassem ao patamar de 1986. De 1987 a 1989 restabeleceu-se a tendência ascendente do grau de concentração dos rendimentos, que, ao longo da década de 80, foi retido, apenas, em 1984, com os primeiros impulsos de saída da crise, e em 1986, em decorrência das condições propiciadas pelo primeiro Plano de Estabilização Econômica. Em março de 1990, com a posse do atual governo da Federação, foi implantado o Plano Brasil Novo. O conjunto de medidas contidas neste quarto plano governamental buscava, mais uma vez, estabilizar a economia do País, já em vias de atingir o total descontrole. A aplicação destas medidas provocou, de imediato, uma súbita contração em todo o sistema econômico do País, devido à escassez da moeda. A necessidade que se seguiu à instituição do Plano Brasil Novo reduziu o poder de barganha dos trabalhadores e afetou indistintamente a todos os rendimentos. As perdas sofridas colocaram os rendimentos em patamar inferior aos usufruídos nos últimos quatro anos da década de 80. Ainda em decorrência destas medidas, mais drásticas que as do primeiro Plano de Estabilização Econômica, o grau de concentração dos rendimentos retraiu-se, nivelando-se entre os de 1987 e 1988.

A comparação entre o salário mínimo vigente no mês de setembro de 1990 com o do mesmo mês de 1989 revelou que, em termos reais, o seu poder aquisitivo sofreu perda considerável. O salário mínimo real de setembro de 1989 foi 35,7% superior ao de 1990.

Tendo em vista que o salário mínimo passou por perdas e ganhos ao longo do período de 1981 a 1990, o confronto longitudinal das distribuições por faixas de rendimento levaram em conta os resultados produzidos com base no valor real do que vigorou em setembro de 1989.

Cabe acrescentar que o salário mínimo real de setembro de 1989 suplantou os vigentes em setembro de 1984 (2,6%), 1987 (3,9%) e 1988 (0,2%) e foi inferior aos que vigoraram em outubro de 1981 (16,3%) e setembro de 1983 (1,5%), 1985 (5,2%) e 1986 (18,9%).

Rendimento de todas as fontes

Ao longo da década de 80 o percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade sem qualquer fonte de rendimento apresentou tendência declinante, tendo passado de 45,4% em 1981 para 39,9% em 1989. Em 1990 este indicador situou-se em 40,4%, igualando-se ao de 1987.

Já neste indicador começam a despontar as marcantes diferenças existentes entre os contingentes masculino e feminino. Em 1990 a proporção da população masculina sem qualquer rendimento ficou em 24,7%, sobrepujando as dos cinco anos anteriores, enquanto que a do contingente feminino alcançou 55,2%, confirmando a continuação da queda deste indicador que estava em 63,6% em 1981. Estes resultados mostraram o grande distanciamento existente entre as proporções de pessoas sem qualquer rendimento do sexo masculino e feminino, apesar da redução observada de 1981 a 1990. Este afastamento decorreu do fato das mulheres constituírem a maior parcela das pessoas não-economicamente ativas e dos trabalhadores não remunerados que, por sua vez, formaram a grande maioria do contingente de indivíduos sem qualquer rendimento. O crescimento do ingresso da mulher no mercado de trabalho no período de 1981 a 1990 pode ter contribuído efetivamente para o declínio ocorrido na proporção da população feminina sem qualquer remuneração.

A distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento oriundas de todas as fontes mostrou, também, que, em 1990, a proporção de pessoas recebendo até 1 salário mínimo real superou as encontradas para o período de 1981 a 1989. Este mesmo fato ocorreu tanto na população masculina como na feminina.

Em 1990 somente 3,6% da população de 10 anos ou mais de idade auferiram mais de 10 salários mínimos reais e este percentual foi inferior aos dos quatro últimos anos da década de 80. Em 1990 constatou-se que 5,8% dos homens ganharam mais de 10 salários mínimos reais, enquanto que, no contingente feminino, este percentual restringiu-se a, meramente, 1,6%.

O confronto do rendimento médio real de todas as fontes de 1990 com o do decênio anterior refletiu, de forma contundente, a perda do poder aquisitivo da população, em decorrência das medidas econômicas definidas em março desse ano. Este indicador em 1990 ficou abaixo dos auferidos no quadriênio que o antecedeu. Na população masculina o valor de 1990 foi, praticamente, igual ao de 1985, situando-se, portanto, em nível inferior aos

do período de 1986 a 1989. Entretanto, este rendimento médio real do contingente feminino em 1990 ficou abaixo somente dos obtidos em 1986 e 1989.

Cabe ressaltar que a disparidade entre estes indicadores das populações masculina e feminina foi de grande magnitude, apesar de ter decrescido ao longo do período de 1981 a 1990.

Em 1981 o rendimento médio real de todas as fontes das mulheres de 10 anos ou mais de idade representou, apenas, 25,5% do referente aos homens e, em 1990, este percentual atingiu 34,1%.

As estatísticas de 1990 revelaram que o grau de concentração dos rendimentos oriundos de todas as fontes reduziu-se em 1990 a ponto de ficar menor que os de 1988 e 1989.

O Índice de Gini dos rendimentos de todas as fontes estava em 0,583 em 1981 e atingiu 0,647 em 1989. Nesse período o crescimento deste indicador ficou notado apenas em 1984, quando se manteve praticamente inalterado em relação ao do ano anterior, e em 1986, ano em que voltou a se aproximar do resultado de 1983. Em 1990 o Índice de Gini destes rendimentos ficou em 0,620, valor menor que os dos dois anos que o antecederam.

Pôde-se notar, também, que 49,7% das remunerações de todas as fontes foram recebidos por, apenas, 10% das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento. Esta proporção dos rendimentos foi inferior às de 1988 (51,2%) e 1989 (53,2%). Em 1990 o rendimento médio real destes 10% da população com remuneração sofreu queda acentuada, ficando abaixo dos referentes aos quatro anos precedentes.

Este conjunto de indicadores permite constatar que em 1990 o declínio no nível da totalidade dos rendimentos foi mais intenso que a redução no seu grau de concentração.

Rendimento de trabalho

A distribuição das pessoas ocupadas por classes de rendimento de trabalho revelou, primeiramente, que 32,4% desta população recebeu até 1 salário mínimo real em

1990 e este percentual ficou abaixo somente do encontrado para 1981 (33,0%). Na população masculina ocupada esta proporção de 1990 ficou em 27,4% e, na feminina, alcançou 41,6%.

O contingente sem rendimento (formado em sua quase totalidade por trabalhadores não remunerados) representou 8,4% das pessoas ocupadas em 1990. Na população feminina este percentual atingiu 10,9%, superando, de forma marcante, o do contingente masculino (6,9%).

O percentual de pessoas ocupadas recebendo mais de 10 salários mínimos reais situou-se em 5,6% em 1990 e foi mais reduzido que os dos quatro anos anteriores. Para os homens este percentual foi de 7,0% e, para as mulheres, de 3,0%.

Os resultados do decênio passado, juntamente com os de 1990, demonstraram que a concentração de mulheres ocupadas em atividades de baixa ou nenhuma remuneração foi muito mais elevada que a dos homens.

A remuneração média real de trabalho das pessoas ocupadas sofreu, em 1990, uma queda brusca que a tornou menor que as referentes aos quatro anos anteriores, a exemplo do ocorrido em relação ao rendimento médio real de todas as fontes. Este mesmo comportamento foi observado para este indicador da população masculina, enquanto que o da feminina foi suplantado somente pelos de 1986 e 1989.

A diferença entre as remunerações médias de trabalho dos contingentes masculino e feminino diminuiu de 1981 para 1990, mas ainda manteve distanciamento considerável. Cabe destacar que este afastamento foi, sempre, substancialmente menor que o encontrado entre os rendimentos médios de todas as fontes dos homens e das mulheres.

O rendimento médio de trabalho das mulheres ocupadas representou 50,6% do relativo aos homens em 1981 e 57,6% em 1990.

O grau de concentração dos rendimentos de trabalho em 1990 foi sensivelmente menor que os dos dois anos anteriores.

O Índice de Gini das remunerações de trabalho comportou-se de maneira assemelhada ao dos rendimentos de todas as fontes. Este índice dos rendimentos de trabalho

passou de 0,564 em 1981 para 0,630 em 1989. Em 1990 desceu para 0,602, valor menor que os de 1988 e 1989.

Em 1990 constatou-se que 48,1% dos rendimentos de trabalho foram ganhos por 10% da população ocupada com remuneração. Esta proporção dos rendimentos foi mais baixa que as de 1988 e 1989. Contudo, o rendimento médio real auferido por estes 10% dos ocupados com remuneração em 1990 foi mais reduzido que os de 1986 a 1989.

Rendimento de emprego

A distribuição dos empregados com carteira de trabalho assinada de 1990 revelou que 22,0% recebiam até 1 salário mínimo real e 5,7% ganhavam mais de 10 salários mínimos reais. Estes dois resultados foram, respectivamente, o maior e o menor dos obtidos ao longo do período de 1981 a 1990.

Como estes resultados já denotam, os efeitos da recessão de 1990 se fizeram sentir drasticamente nas remunerações auferidas pelos empregados com carteira de trabalho assinada. Em comparação com os do decênio passado, o rendimento médio real desta categoria em 1990 superou apenas o de 1984, que foi o menor deles, e por pequena margem (1,7%).

No que concerne aos empregados sem carteira de trabalho assinada, a proporção dos que receberam até 1 salário mínimo real ficou em 58,6% em 1990 e foi menor que as observadas em 1983 e 1984. Apenas 2,5% dos empregados desta categoria auferiram mais de 10 salários mínimos reais. Este percentual igualou-se ao de 1988 e foi superado pelos de 1986 (3,0%) e 1989 (2,9%). Estes resultados indicaram que esta categoria, que é constituída em sua grande maioria por pessoas empregadas sob relações informais de trabalho, continuou concentrada nas remunerações mais baixas.

O rendimento médio real dos empregados sem carteira de trabalho assinada referente a 1990 foi superado somente pelos de 1986 e 1989. O valor de 1990 acusou queda de 22,3% em relação ao de 1986 e de 3,9% em referência ao de 1989.

O distanciamento existente entre os rendimentos auferidos pelos empregados com e sem carteira de trabalho assinada manteve-se elevado em 1990. Nesse ano o rendimento

médio dos empregados sem carteira de trabalho assinada representou somente 55,4% do auferido pelas pessoas com carteira de trabalho assinada.

Rendimento familiar

Em 1990 verificou-se que 26,6% das famílias ganharam até 2 salários mínimos nominais e 20,5% auferiram mais de 10 salários mínimos nominais. Constatou-se, também, que 2,2% das famílias não receberam qualquer rendimento.

ASPECTOS REGIONAIS

Região Norte Urbana

Os resultados da Região Norte não são considerados nos confrontos inter-regionais em decorrência da sua área rural não ter sido pesquisada. Este fato impossibilita que se disponha de estatísticas representativas da totalidade da Região Norte, onde a parcela rural deve exercer notável influência.

Rendimento de todas as fontes

O rendimento médio real de todas as fontes das pessoas de 10 anos ou mais de idade de 1990 apresentou declínio de 13,0% em relação ao do ano anterior e foi, também, 19,3% menor que o de 1986, tendo superado os dos demais anos da década de 80. Este indicador da população masculina sofreu queda marcante em relação aos de 1986 (24,2%) e 1989 (16,8%) e pouco relevante em relação a de 1987 (0,8%), enquanto que o do contingente feminino declinou em relação aos de 1986 (4,9%) e 1989 (4,1%).

Estes resultados indicaram que na área urbana da Região Norte a perda foi menos intensa, uma vez que o nível deste rendimento médio do total da população de 10 anos ou mais de idade logrou permanecer acima, também, dos auferidos em 1987 e 1988.

O rendimento médio real de todas as fontes da população feminina representou, apenas, 37,3% do auferido pela população masculina em 1990. Em 1981 este percentual foi ainda menor, restringindo-se a, somente, 26,5%.

O grau de concentração dos rendimentos de todas as fontes da área urbana da Região Norte acusou evidente redução de 1989 para 1990, mas manteve-se mais elevado que os dos demais anos do decênio passado.

O Índice de Gini dos rendimentos de todas as fontes passou de 0,532 em 1981 para 0,629 em 1989. Em 1990 este índice caiu para 0,610, ficando abaixo, unicamente, do calculado para 1989.

Em 1990 constatou-se que 49,2% das remunerações oriundas de todas as fontes foram auferidos por 10% das pessoas com rendimento. Em 1989 este percentual dos rendimentos ficou em 51,5%.

Rendimento de trabalho

Em 1990 o rendimento médio real de trabalho das pessoas ocupadas decresceu 22,4% em relação ao de 1986 e 13,2% em referência ao de 1989, tendo suplantado os dos demais anos do decênio passado. Este mesmo comportamento foi observado para este rendimento nas populações ocupadas de ambos os sexos, embora as perdas em relação a 1986 e 1989 tenham sido menores para o contingente feminino. As baixas de 1990 em relação a 1986 e 1989 foram de, respectivamente, 23,6% e 16,7% no rendimento médio real de trabalho dos homens ocupados e de 15,1% e 2,9% no das mulheres ocupadas.

O rendimento médio de trabalho das mulheres ocupadas representou 63,9% do relativo aos homens em 1990.

A exemplo do que foi verificado para os rendimentos de todas as fontes, o grau de concentração das remunerações de trabalho em 1990 foi menor que o de 1989, mas manteve-se acima dos referentes aos demais anos da década de 90.

O Índice de Gini dos rendimentos de trabalho estava em 0,515 em 1981 e atingiu 0,616 em 1989. Em 1990 este indicador desceu para 0,591.

Em 1989 constatou-se que 10% das pessoas ocupadas com rendimento de trabalho detiveram 50,6% destas remunerações e, em 1990, este último percentual baixou para 47,8%.

Rendimento de emprego

O rendimento médio real do trabalho principal dos empregados com carteira de trabalho assinada em 1990 sofreu queda expressiva que o tornou menor que os auferidos em 1985, 1986 e 1989. Estas baixas foram, respectivamente, de 5,7%, 15,2% e 15,3%.

No que concerne ao rendimento médio real do trabalho principal dos empregados sem carteira de trabalho assinada, observou-se que o resultado de 1990 foi superado somente pelo de 1986, sendo a queda de 15,2%. Em relação a 1989, o aumento foi de 2,1%.

Este rendimento médio dos empregados sem carteira de trabalho assinada foi, em 1990, cerca de um terço menor que o da categoria com carteira de trabalho assinada.

Região Nordeste

Os indicadores de 1990 mostraram que a Região Nordeste deteve o maior grau de concentração dos rendimentos e as mais baixas remunerações. As estatísticas de rendimento completaram o perfil desta parte desfavorecida do País, confirmando-a como detentora dos piores resultados na quase totalidade dos indicadores socioeconômicos apresentados.

Rendimento de todas as fontes

O rendimento médio real de todas as fontes das pessoas de 10 anos ou mais de idade da Região Nordeste em 1990 foi pouco mais da metade (51,3%) do obtido para a Região Sul, que deteve o segundo menor valor deste indicador.

Este rendimento médio real da Região Nordeste sofreu baixa expressiva em 1990, ficando menor que os dos últimos quatro anos do decênio passado. A queda em relação ao de 1989 atingiu 15,7%. Este indicador da população masculina em 1990 conseguiu suplantar

somente os de 1983 e 1984. Por outro lado, o da população feminina foi superado, unicamente, pelos de 1986 e 1989.

Em 1990 constatou-se notável distanciamento entre estes indicadores das populações masculina e feminina, embora o afastamento tenha sido sensivelmente menor que o de 1981. Em 1990 o rendimento médio de todas as fontes das mulheres de 10 anos ou mais de idade abarcou somente 34,7% do referente aos homens. Em 1981 este percentual estava em 24,9%.

O Índice de Gini dos rendimentos oriundos de todas as fontes para esta região em 1990 (0,631) foi, juntamente com o da Região Centro-Oeste, o mais elevado. Este indicador ficou abaixo dos obtidos para 1988 e 1989.

Em 1990 constatou-se que 56,1% das remunerações de todas as fontes foram auferidas por 10% das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento. Em 1990 esta proporção dos rendimentos decresceu para 53,4%, mas se manteve superior às das demais regiões. Contudo, o rendimento médio de todas as fontes auferido em 1990 por estes 10% da população com rendimento foi expressivamente inferior aos das outras regiões, ficando 36,3% abaixo do recebido na Região Sul, que foi o segundo menor valor deste indicador.

Estes indicadores revelaram que na Região Nordeste associaram-se o nível reduzido destes rendimentos à sua alta concentração.

Rendimento de trabalho

A exemplo do observado para os rendimentos de todas as fontes, o rendimento médio real de trabalho das pessoas ocupadas da Região Nordeste em 1990 foi substancialmente mais baixo que os das demais e representou, apenas, 57,3% do recebido na Região Sul, que deteve o segundo valor mais reduzido deste indicador. Este rendimento médio real suplantou, apenas, os auferidos em 1983, 1984 e 1985, enquanto que o da população masculina superou, unicamente, os de 1983 e 1984. No contingente feminino o resultado de 1990 foi inferior aos de 1986, 1987 e 1989.

Em 1990 a diferença entre estes indicadores das populações masculina e feminina foi alta, apesar da contração que apresentou em relação à de 1981, mas revelou

menor amplitude que a encontrada entre os rendimentos médios de todas as fontes destes dois contingentes. Em 1990 este rendimento médio das mulheres representou somente 59,9% do relativo aos homens. Em 1981 este percentual estava em 52,5%.

O Índice de Gini dos rendimentos de trabalho mostrou que o grau de concentração destas remunerações em 1990 (0,622) foi menor que os de 1989 (0,651) e 1988 (0,637) e superou os das demais regiões.

Nesta região 52,1% dos rendimentos de trabalho foram ganhos por 10% das pessoas ocupadas com remuneração em 1990. Este percentual dos rendimentos foi mais reduzido que o de 1989 (55,7%) e superou os das outras regiões. Entretanto, o rendimento médio de trabalho recebido por 10% de pessoas que auferiram as remunerações mais altas da Região Nordeste abrangeu somente 64,3% do encontrado para a Região Sul, que foi a segunda mais reduzida.

Rendimento de emprego

Em 1990 o rendimento médio real do trabalho principal dos empregados com carteira de trabalho assinada da Região Nordeste sofreu uma queda extremamente forte que o colocou abaixo de todos os obtidos na década de 80. Este indicador caiu 7,6% em relação ao de 1984, que foi o mais baixo do decênio passado, e 16,5% em referência ao de 1989. Este rendimento médio de 1990 foi menor que os das demais regiões e representou 80,1% do auferido na Região Sul, que deteve o segundo menor valor deste indicador.

O rendimento médio real do trabalho principal dos empregados sem carteira de trabalho assinada da Região Nordeste em 1990 foi menor que os de 1986, 1987 e 1989 e, também, ficou abaixo dos recebidos nas demais regiões. O valor deste indicador em 1990 alcançou menos da metade (48,8%) do auferido na Região Centro-Oeste, que apresentou o segundo rendimento médio mais baixo.

O rendimento médio dos empregados sem carteira de trabalho assinada da Região Nordeste em 1990 representou somente 40,9% do recebido pela categoria dos com carteira de trabalho assinada.

Rendimento familiar

A distribuição das famílias mostrou uma concentração muito elevada nas mais baixas classes de rendimento familiar nominal. Em 1990 constatou-se que 47,3% das famílias auferiram até 2 salários mínimos nominais, proporção esta extremamente mais elevada que as das demais regiões. Apenas 8,9% das famílias da Região Nordeste ganharam mais de 10 salários mínimos nominais e este percentual foi acentuatadamente menor que os das outras regiões. Cabe acrescentar, ainda, que 2,9% das famílias da Região Nordeste não auferiram quaisquer rendimentos.

Região Sudeste

Os rendimentos auferidos na Região Sudeste, assim como os das demais, foram seriamente afetados pela retração da economia em 1990. Apesar deste retrocesso, quase todos os rendimentos da Região Sudeste mantiveram-se em nível mais elevado que os das outras e seu grau de concentração permaneceu próximo ao da Região Sul, que foi o menor.

Rendimento de todas as fontes

Em 1990 o rendimento médio real de todas as fontes das pessoas de 10 anos ou mais de idade foi mais alto que os das demais regiões. Entretanto, este rendimento foi nitidamente inferior aos observados na Região Sudeste nos quatro últimos anos da década de 80. De 1989 para 1990 o decréscimo foi de 20,0%. Este mesmo comportamento foi notado para o rendimento médio real dos homens, enquanto que o das mulheres ficou abaixo dos obtidos para 1986 e 1989.

O distanciamento existente entre estes rendimentos médios das populações masculina e feminina, embora tenha apresentado sensível redução, ao final do período de 1981 a 1990 continuou extremamente acentuatado. Em 1981 o rendimento médio de todas as fontes das mulheres representava 26,4% do auferido pelos homens e, em 1990, este percentual subiu para 34,2%.

O Índice de Gini dos rendimentos de todas as fontes passou de 0,569 em 1981 para 0,628 em 1989. Em 1990 este indicador caiu para 0,598, ficando abaixo dos registrados nos dois anos anteriores. Este Índice de Gini de 1990 ficou próximo ao obtido para a Região Sul e nitidamente afastado dos relativos às Regiões Nordeste e Centro-Oeste.

Em 1989 constatou-se que 51,2% das remunerações de todas as fontes foram ganhos por 10% das pessoas com rendimento e, em 1990, este percentual dos rendimentos desceu para 47,3%, superando ligeiramente o da Região Sul.

Rendimento de trabalho

O rendimento médio real de trabalho das pessoas ocupadas também superou os das demais regiões. Este indicador foi mais baixo que os auferidos em 1981 e no período de 1986 a 1989. Este indicador decresceu 18,8% de 1989 para 1990. Este mesmo comportamento foi observado para o rendimento médio real dos homens, enquanto que o das mulheres foi inferior aos de 1986, 1988 e 1989.

A diferença entre estas remunerações médias dos homens e das mulheres mostrou tendência de redução, entretanto, ao final do período de 1981 a 1990 o afastamento existente ainda foi substancial. Em 1981 o rendimento médio das mulheres compreendia 51,0% do referente aos homens e, em 1990, este percentual atingiu 56,7%.

O Índice de Gini dos rendimentos de trabalho estava em 0,547 em 1981 e elevou-se para 0,606 em 1989. Em 1990 este indicador declinou para 0,578, ficando menor os encontrados para os dois anos antecedentes. Este Índice de 1990 foi um pouco maior que o da Região Sul, mas ficou expressivamente abaixo dos revelados para as Regiões Nordeste e Centro-Oeste.

Em 1989 verificou-se que 49,1% dos rendimentos de trabalho foram auferidos por 10% das pessoas ocupadas com remuneração. Em 1990 este percentual dos rendimentos decresceu para 45,7%, permanecendo um pouco acima do referente à Região Sul e consideravelmente menor que os das Regiões Nordeste e Centro-Oeste.

Rendimento de emprego

O rendimento médio real do trabalho principal dos empregados com carteira de trabalho assinada revelou que a retração da economia em 1990 refletiu-se com intensidade no nível das remunerações desta categoria. Este rendimento médio em 1990 tornou-se inferior ao de 1981 e aos do último quinquênio da década passada, tendo descido 21,5% em relação ao de 1989.

No caso do rendimento médio real dos empregados sem carteira de trabalho assinada, notou-se que o resultado de 1990 caiu 2,6% em relação ao de 1989 e foi substancialmente menor que o de 1986, tendo logrado superar os dos demais anos do período de 1981 a 1989.

Em 1989 o rendimento médio dos empregados sem carteira de trabalho assinada abrangeu 64,1% dos recebidos pelos que tinham carteira de trabalho assinada.

Rendimento familiar

Em 1990 a proporção de famílias que ganhavam até 2 salários mínimos nominais ficou em 17,5% e este percentual foi mais reduzido que os das outras regiões. Ademais, 26,3% das famílias receberam mais de 10 salários mínimos nominais e este percentual suplantou os das outras regiões.

Estes resultados permitem concluir que o nível do rendimento familiar da Região Sudeste permaneceu mais elevado que os das demais.

Região Sul

A Região Sul caracterizou-se por deter o menor grau de concentração dos rendimentos e manter o nível das suas remunerações em patamar extremamente mais elevado que o da Região Nordeste.

Rendimento de todas as fontes

Em 1990 o rendimento médio de todas as fontes das pessoas ocupadas da Região Sul foi quase o dobro do referente à Região Nordeste e ficou 11,5% abaixo do obtido para a Região Centro-Oeste, que deteve o segundo maior valor deste indicador. Este rendimento médio real de 1990 foi superado pelos de 1986, 1987 e 1989, dentre os obtidos para o período de 1981 a 1989 na Região Sul. A queda de 1989 para 1990 alcançou 17,2%. O rendimento médio real da população masculina em 1990 situou-se abaixo dos registrados para os cinco anos anteriores e o do contingente feminino foi menor que os de 1986 e 1989.

O rendimento médio real de todas as fontes das mulheres abarcou somente 23,8% do referente à população masculina em 1981 e, em 1990, este percentual chegou a 32,1%. Este resultado mostrou a grande defasagem ainda existente entre estes dois indicadores, apesar da tendência de decréscimo demonstrada no período.

O Índice de Gini dos rendimentos de todas as fontes revelou que esta região deteve o mais baixo grau de concentração destas remunerações. Em 1981 este índice estava em 0,553 e alcançou 0,616 em 1989. Em 1990 este indicador declinou para 0,591, ficando mais baixo que os de 1988 e 1989 e, ainda, igualando-se ao de 1987.

Nesta região 10% das pessoas com rendimento auferiram 50,2% das remunerações de todas as fontes em 1989 e, em 1990, este último percentual decresceu para 47,1%, e foi mais reduzido que os das outras regiões.

Rendimento de trabalho

A queda do rendimento médio real de trabalho em 1990 fez com que o seu valor ficasse abaixo dos relativos aos anos de 1985, 1986, 1987 e 1989 do decênio passado. Este indicador da população masculina foi superado pelos dos últimos cinco anos da década anterior, enquanto que o do contingente feminino foi suplantado apenas em 1986 e 1989.

De 1981 para 1990 a diferença entre os rendimentos de todas as fontes das populações masculina e feminina diminuiu, mas ainda foi muito elevada. Em 1981 este rendimento médio das mulheres atingiu somente 41,9% e, em 1990, alcançou 51,0%.

O Índice de Gini dos rendimentos de trabalho também demonstrou ser menor que os das outras regiões e em 1990 acusou queda que o tornou inferior aos dos dois anos antecedentes e muito próximo ao de 1987. Em 1981 este índice estava em 0,525, subiu para 0,596 em 1989 e caiu para 0,567 em 1990.

Nesta região 10% das pessoas ocupadas com remuneração detiveram 48,6% dos rendimentos de trabalho em 1989. Em 1990 esta percentual dos rendimentos decresceu para 45,3%, permanecendo menor que os das outras regiões.

Rendimento de emprego

Da mesma forma que ocorreu na Região Sudeste, a queda no rendimento médio real dos empregados com carteira de trabalho assinada em 1990 fez com que o seu valor ficasse abaixo dos registrados para 1981 e para os derradeiros cinco anos da década de 80. A baixa em relação a 1989 atingiu 17,3%. Este rendimento médio de 1990 suplantou o da Região Nordeste em 27,8% e ficou abaixo dos referentes às Regiões Centro-Oeste, em 19,8%, e Sudeste, em 14,6%.

O rendimento médio real dos empregados sem carteira de trabalho assinada também demonstrou o mesmo comportamento observado na Região Sudeste, onde o resultado de 1990 foi superado pelos de 1986 e 1989.

O rendimento médio de trabalho dos empregados sem carteira de trabalho assinada representou 70,5% do auferido pelas pessoas com carteira de trabalho assinada. Cabe destacar que esta região foi a que revelou a menor defasagem entre os rendimentos auferidos por estas duas categorias de empregados.

Rendimento familiar

Em 1990 o percentual de famílias recebendo até 2 salários mínimos nominais situou-se em 22,5%, praticamente igual ao da Região Centro-Oeste. Este percentual representou menos da metade do encontrado para a Região Nordeste. Na Região Sul 20,5% das famílias ganharam mais de 10 salários mínimos nominais em 1990 e esta proporção foi menor que a da Região Centro-Oeste (22,8%) e mais do dobro da referente à Região Nordeste.

Região Centro-Oeste

A Região Centro-Oeste caracterizou-se por se aproximar da Região Nordeste em termos do grau de concentração das remunerações, mas apresentando nível de rendimentos substancialmente mais elevado.

Rendimento de todas as fontes

Em 1990 o rendimento médio real de todas as fontes das pessoas de 10 anos ou mais de idade desta região foi superado somente pelo da Região Sudeste e caiu 15,5% em relação ao do ano anterior. Em comparação com os dos demais anos do decênio anterior, o resultado de 1990 também foi menor que os de 1986 e 1987. Este rendimento médio real do contingente masculino em 1990 ficou abaixo dos obtidos para os quatro anos precedentes, enquanto que o da população feminina foi menor que os de 1986 e 1989.

A exemplo do observado para as outras regiões, a diferença entre estes indicadores das populações masculina e feminina diminuiu, mas em 1990 ainda foi muito alta. O rendimento médio de todas as fontes das mulheres constituiu somente 35,3% do referente aos homens. Estes dois indicadores foram sobrepujados, unicamente, pelos correspondentes da Região Sudeste.

O Índice de Gini revelou que o grau de concentração dos rendimentos de todas as fontes desta região em 1990 foi, juntamente com o da Região Nordeste, o mais elevado. Entretanto este índice, que em 1990 atingiu 0,631, foi menor que os alcançados nos dois últimos anos da década de 80, mostrando o mesmo comportamento de retração encontrado nas outras regiões.

Constatou-se, ainda, que 10% das pessoas com rendimento detinham 55,1% dos rendimentos de todas as fontes em 1989. Em 1990 este percentual dos rendimentos decresceu para 51,6%, abaixo somente do atingido na Região Nordeste (53,4%). Contudo, o rendimento médio auferido por estes 10% da população da Região Centro-Oeste foi perto do dobro do referente à Região Nordeste.

Rendimento de trabalho

O rendimento médio de trabalho das pessoas ocupadas em 1990 manteve-se abaixo somente do obtido para a Região Sudeste e sofreu queda de 17,9% em relação ao do ano anterior. Este indicador também mostrou evolução semelhante ao do rendimento médio de todas as fontes do total e de ambos os sexos.

A diferença entre os rendimentos médios de trabalho das populações masculina e feminina foi nitidamente menor que a das outras regiões. Em 1990 o valor deste rendimento das mulheres chegou a 65,6% do recebido pelos homens. Ademais, em comparação com os correspondentes da Região Sudeste, este rendimento médio de trabalho das mulheres foi 4,3% mais elevado, enquanto que o dos homens ficou 9,9% abaixo.

O Índice de Gini dos rendimentos de trabalho desta região foi suplantado somente pelo da Região Nordeste. Este índice da Região Centro-Oeste, que em 1990 situou-se em 0,610, também retraiu-se a ponto de ficar em nível inferior ao dos dois anos finais da década de 80. Em 1981 este indicador estava 0,562 e, em 1989, alcançou 0,647.

Verificou-se, também, que 54,0% dos rendimentos de trabalho foram ganhos por 10% das pessoas ocupadas com remuneração em 1989. Em 1990 este percentual dos rendimentos diminuiu para 49,4% e ficou sensivelmente menor que o da Região Nordeste, que deteve o valor mais alto. Entretanto, o rendimento médio de trabalho encontrado para estes 10% da população ocupada com remuneração na Região Nordeste representou somente 52,8% do obtido na Região Centro-Oeste.

Rendimento de emprego

Em 1990 o rendimento médio real do trabalho principal dos empregados com carteira de trabalho assinada situou-se em patamar mais elevado que os das outras regiões. Todavia, este indicador superou, apenas, os dos anos de 1983 e 1984 do decênio precedente, a exemplo do observado para as Regiões Sudeste e Sul.

No que se refere a este indicador dos empregados sem carteira de trabalho assinada, constatou-se que o resultado de 1990 foi menor que os obtidos para as Regiões

Sudeste e Sul, mas chegou a ultrapassar o dobro do auferido na Região Nordeste. Este rendimento de 1990 ficou abaixo dos recebidos em 1986 e 1989 na Região Centro-Oeste.

O rendimento médio dos empregados sem carteira de trabalho assinada abarcou apenas 53,8% do referente às pessoas com carteira de trabalho assinada.

Rendimento familiar

Nesta região 22,6% das famílias receberam até 2 salários mínimos nominais em 1990 e este percentual suplantou apenas o da Região Sudeste. Em contrapartida, a proporção de famílias ganhando mais 10 salários mínimos nominais foi menor somente que a da Região Sudeste. Estes resultados permitem concluir que o nível de rendimento familiar da Região Centro-Oeste situou-se em nível inferior apenas ao da Região Sudeste.

6 RENDIMENTO

6.1 DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO O SEXO E AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL - 1990

SEXO E CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL (salários mínimos)	DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	17,5	12,6	27,0	13,8	13,8	15,0
Mais de 1 a 2	12,8	11,8	12,6	12,6	13,8	13,2
Mais de 2 a 5	16,1	17,4	9,5	19,1	18,6	16,9
Mais de 5 a 10	7,3	8,1	3,1	9,4	7,8	7,4
Mais de 10 a 20	3,5	3,6	1,4	4,6	3,6	4,0
Mais de 20	2,0	2,2	0,8	2,6	2,0	2,7
Sem rendimento (3)	40,4	44,0	45,2	37,3	40,1	40,4
Sem declaração	0,4	0,3	0,4	0,6	0,3	0,4
Homens	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	16,7	10,6	28,3	11,9	12,6	14,0
Mais de 1 a 2	15,9	13,8	18,3	14,2	16,9	16,7
Mais de 2 a 5	22,7	23,9	14,4	25,9	26,9	24,5
Mais de 5 a 10	10,8	11,6	4,6	14,2	11,6	11,0
Mais de 10 a 20	5,2	5,4	2,2	6,8	5,5	5,7
Mais de 20	3,3	3,6	1,3	4,4	3,4	4,1
Sem rendimento (3)	24,8	30,7	30,3	21,9	22,7	23,5
Sem declaração	0,6	0,4	0,6	0,7	0,4	0,5
Mulheres	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	18,3	14,5	25,8	15,5	15,0	16,0
Mais de 1 a 2	9,8	9,9	7,3	11,1	10,8	9,8
Mais de 2 a 5	9,9	11,5	4,8	12,7	10,6	9,5
Mais de 5 a 10	3,9	4,8	1,8	5,0	4,0	4,0
Mais de 10 a 20	1,8	1,8	0,7	2,4	1,8	2,2
Mais de 20	0,8	0,9	0,3	1,0	0,6	1,3
Sem rendimento (3)	55,2	56,5	59,1	51,9	57,0	57,0
Sem declaração	0,3	0,1	0,2	0,4	0,2	0,2

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclui-se a população da área rural da Região Norte. (2) Exclui-se a população da área rural. (3) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

6 RENDIMENTO

6.2 DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES,
SEGUNDO O SEXO E AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL REAL - 1990

SEXO E CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL REAL (salários mínimos de setembro de 1989) (1)	DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE (%)					
	Brasil (2)	Grandes Regiões				
		Norte (3)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	23,1	17,6	33,2	18,9	19,9	20,2
Mais de 1 a 2	12,6	12,2	10,1	13,4	14,1	13,9
Mais de 2 a 5	14,3	15,8	7,3	17,8	16,1	14,7
Mais de 5 a 10	5,5	6,3	2,3	7,2	5,8	5,7
Mais de 10 a 20	2,4	2,4	1,0	3,1	2,5	3,0
Mais de 20	1,2	1,4	0,5	1,6	1,2	1,7
Sem rendimento (4)	40,4	44,0	45,2	37,4	40,1	40,4
Sem declaração	0,5	0,3	0,4	0,6	0,3	0,4
Homens	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	23,4	16,0	37,0	17,4	19,7	20,0
Mais de 1 a 2	16,5	16,0	15,2	16,1	18,8	19,0
Mais de 2 a 5	20,8	21,6	11,1	25,4	23,6	21,6
Mais de 5 a 10	8,2	9,2	3,5	10,8	8,8	8,3
Mais de 10 a 20	3,7	3,7	1,5	4,9	3,9	4,5
Mais de 20	2,1	2,4	0,8	2,8	2,0	2,7
Sem rendimento (4)	24,7	30,7	30,3	21,9	22,7	23,4
Sem declaração	0,6	0,4	0,6	0,7	0,5	0,5
Mulheres	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	22,9	19,1	29,7	20,3	20,2	20,3
Mais de 1 a 2	8,9	8,6	5,3	10,8	9,4	8,9
Mais de 2 a 5	8,2	10,3	3,8	10,6	8,9	8,0
Mais de 5 a 10	2,9	3,6	1,2	3,9	2,9	3,1
Mais de 10 a 20	1,2	1,2	0,5	1,6	1,1	1,6
Mais de 20	0,4	0,6	0,2	0,5	0,3	0,8
Sem rendimento (4)	55,2	56,5	59,1	51,9	57,0	57,0
Sem declaração	0,3	0,1	0,2	0,4	0,2	0,3

FORNTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) O salário mínimo foi deflacionado pelo INPC. (2) Excluída a população da área rural da Região Norte. (3) Excluída a população da área rural. (4) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

6 RENDIMENTO

6.3 DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE COM RENDIMENTO, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO AS CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO - 1990

CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO (%)	DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE COM RENDIMENTO (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Simplex						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 10.....	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9	0,8
Mais de 10 a 20	1,6	1,7	1,8	1,8	1,9	1,6
Mais de 20 a 30	2,2	2,1	2,3	2,1	2,3	2,0
Mais de 30 a 40	2,7	3,0	3,2	3,1	3,2	2,8
Mais de 40 a 50	3,9	4,2	3,9	4,2	4,4	3,7
Mais de 50 a 60	5,2	5,6	4,6	5,7	5,8	5,0
Mais de 60 a 70	7,2	7,4	6,2	7,7	7,6	6,8
Mais de 70 a 80	10,3	10,3	8,9	10,7	10,5	9,7
Mais de 80 a 90	16,4	15,7	14,8	16,5	16,3	16,0
Mais de 90 a 100	49,7	49,2	53,4	47,3	47,1	51,6
Mais de 95 a 100	35,8	36,3	40,3	33,6	33,4	37,3
Mais de 99 a 100	14,6	15,7	18,2	13,3	13,0	15,1
Acumuladas						
Até 10	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9	0,8
Até 20	2,4	2,5	2,7	2,7	2,8	2,4
Até 30	4,6	4,6	5,0	4,8	5,1	4,4
Até 40	7,3	7,4	8,2	7,9	8,3	7,2
Até 50	11,2	11,8	12,1	12,1	12,7	10,9
Até 60	16,4	17,4	16,7	17,8	18,5	15,9
Até 70	23,5	24,8	22,9	25,5	26,1	22,7
Até 80	33,9	35,1	31,8	36,2	36,6	32,4
Até 90	50,4	50,8	46,6	52,7	52,9	48,4
Até 100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclusiva o rendimento da população da área rural da Região Norte. (2) Exclusiva o rendimento da população da área rural.

6 RENDIMENTO

6.4 RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NOMINAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE COM RENDIMENTO, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO AS CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO - 1990

CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO (%)	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NOMINAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE COM RENDIMENTO (Cr\$)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Simples						
Total	27 016	31 681	15 515	31 969	27 614	31 413
Até 10.....	2 106	2 664	1 322	2 736	2 458	2 524
Mais de 10 a 20	4 198	5 387	2 817	5 669	5 247	5 176
Mais de 20 a 30	5 971	6 752	3 545	6 853	6 429	6 262
Mais de 30 a 40	7 306	9 517	4 993	10 019	8 946	8 741
Mais de 40 a 50	10 438	13 285	6 028	13 602	11 997	11 514
Mais de 50 a 60	14 108	17 661	7 134	18 270	15 867	15 639
Mais de 60 a 70	19 483	23 309	9 655	24 546	20 991	21 365
Mais de 70 a 80	27 922	32 726	13 974	34 091	29 065	30 583
Mais de 80 a 90	44 347	49 588	22 982	52 732	45 056	50 301
Mais de 90 a 100	134 278	155 916	82 802	151 168	130 086	162 023
Mais de 95 a 100	193 475	229 803	124 950	215 042	184 436	234 592
Mais de 99 a 100	393 962	497 770	282 022	426 530	359 035	475 515
Acumuladas						
Até 10	2 106	2 664	1 322	2 736	2 458	2 524
Até 20	3 152	4 026	2 070	4 203	3 852	3 850
Até 30	4 092	4 935	2 561	5 083	4 711	4 654
Até 40	4 895	6 080	3 169	6 321	5 770	5 676
Até 50	6 004	7 521	3 741	7 777	7 015	6 843
Até 60	7 355	9 211	4 307	9 526	8 491	8 309
Até 70	9 087	11 225	5 071	11 671	10 276	10 174
Até 80	11 442	13 913	6 171	14 474	12 625	12 726
Até 90	15 098	17 877	8 039	18 725	16 228	16 901
Até 100	27 016	31 681	15 515	31 969	27 614	31 413

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclusivo o rendimento da população da área rural da Região Norte. (2) Exclusivo o rendimento da população da área rural.

6 RENDIMENTO

6.5 DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE COM RENDIMENTO, SEGUNDO AS CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO - 1981-1990

BRASIL

CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO (%)	DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE COM RENDIMENTO (%)								
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Simples									
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 10	0,9	0,9	0,8	0,7	1,0	0,7	0,6	0,6	0,8
Mais de 10 a 20	1,8	1,7	1,7	1,7	1,7	1,5	1,4	1,4	1,6
Mais de 20 a 30	2,6	2,5	2,5	2,4	2,6	2,4	2,3	2,2	2,2
Mais de 30 a 40	3,6	3,4	3,4	3,2	3,1	3,1	3,0	2,7	2,7
Mais de 40 a 50	4,5	4,1	4,1	4,0	4,1	4,0	3,8	3,5	3,9
Mais de 50 a 60	5,8	5,4	5,5	5,4	5,5	5,4	5,1	4,7	5,2
Mais de 60 a 70	7,6	7,2	7,3	7,2	7,3	7,3	6,9	6,5	7,2
Mais de 70 a 80	10,5	10,2	10,3	10,2	10,1	10,3	9,8	9,4	10,3
Mais de 80 a 90	16,1	16,5	16,3	16,4	15,8	16,3	15,9	15,8	16,4
Mais de 90 a 100	46,6	48,1	48,1	48,9	48,8	49,0	51,2	53,2	49,7
Mais de 95 a 100	33,4	34,5	34,5	34,1	35,5	35,2	37,3	39,4	35,9
Mais de 99 a 100	13,0	14,0	13,7	14,1	15,2	14,5	15,1	17,3	14,6
Acumuladas									
Até 10	0,9	0,9	0,8	0,7	1,0	0,7	0,6	0,6	0,8
Até 20	2,7	2,6	2,5	2,4	2,7	2,2	2,0	2,0	2,4
Até 30	5,3	5,1	5,0	4,8	5,3	4,6	4,3	4,2	4,6
Até 40	8,9	8,5	8,4	8,0	8,4	7,7	7,3	6,9	7,3
Até 50	13,4	12,6	12,5	12,0	12,5	11,7	11,1	10,4	11,2
Até 60	19,2	18,0	18,0	17,4	18,0	17,1	16,2	15,1	16,4
Até 70	26,8	25,2	25,3	24,6	25,3	24,4	23,1	21,6	23,6
Até 80	37,3	35,4	35,6	34,8	35,4	34,7	32,9	31,0	33,9
Até 90	53,4	51,9	51,9	51,2	51,2	51,0	48,8	46,8	50,3
Até 100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FOIITE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

NOTA - Exclusivo o rendimento da população da área rural da Região Norte.

6 RENDIMENTO

6.6 RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NOMINAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE COM RENDIMENTO, SEGUNDO AS CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO - 1981-1990

BRASIL

(continua)

CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO (%)	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NOMINAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE COM RENDIMENTO			
	1981 (Cr\$)	1983 (Cr\$)	1984 (Cr\$)	1985 (Cr\$)
Simples				
Total	23 132	96 120	277 022	1 011 981
Até 10	2 058	8 559	21 874	69 725
Mais de 10 a 20	4 234	16 550	47 324	166 323
Mais de 20 a 30	5 994	23 708	69 765	246 867
Mais de 30 a 40	8 231	32 417	95 324	327 927
Mais de 40 a 50	10 492	39 134	112 347	401 834
Mais de 50 a 60	13 407	52 205	151 362	541 847
Mais de 60 a 70	17 612	69 473	203 501	729 138
Mais de 70 a 80	24 221	98 077	286 637	1 032 132
Mais de 80 a 90	37 302	158 290	450 716	1 662 336
Mais de 90 a 100	107 770	462 783	1 331 375	4 941 186
Mais de 95 a 100	154 368	662 362	1 909 314	7 097 631
Mais de 99 a 100	300 094	1 342 480	3 807 301	14 276 241
Acumuladas				
Até 10	2 058	8 559	21 874	69 725
Até 20	3 146	12 554	34 599	118 024
Até 30	4 095	16 272	46 321	160 972
Até 40	5 129	20 308	58 571	202 711
Até 50	6 202	24 074	69 327	242 535
Até 60	7 403	28 762	82 999	292 421
Até 70	8 861	34 578	100 214	354 809
Até 80	10 781	42 515	123 517	439 474
Até 90	13 728	55 379	159 872	575 403
Até 100	23 132	96 120	277 022	1 011 981

6 RENDIMENTO

6.6 RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NOMINAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE COM RENDIMENTO, SEGUNDO AS CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO - 1981-1990

BRASIL

(conclusão)

CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO (%)	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NOMINAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE COM RENDIMENTO				
	1986 (Cr\$)	1987 (Cr\$)	1988 (Cr\$)	1989 (NCr\$)	1990 (Cr\$)
Simples					
Total	2 911	8 536	63 662	996	27 016
Até 10	282	642	3 703	61	2 106
Mais de 10 a 20	495	1 280	9 275	139	4 198
Mais de 20 a 30	760	2 023	14 461	221	5 971
Mais de 30 a 40	896	2 638	19 146	263	7 306
Mais de 40 a 50	1 200	3 451	24 197	348	10 438
Mais de 50 a 60	1 595	4 620	32 271	470	14 108
Mais de 60 a 70	2 125	6 207	43 932	650	19 483
Mais de 70 a 80	2 952	8 818	62 211	938	27 922
Mais de 80 a 90	4 588	13 893	101 082	1 577	44 347
Mais de 90 a 100	14 315	41 790	326 342	5 296	134 278
Mais de 95 a 100	20 644	60 078	474 666	7 851	193 475
Mais de 99 a 100	44 346	124 169	958 431	17 282	393 962
Acumuladas					
Até 10	282	642	3 703	61	2 106
Até 20	383	961	6 489	100	3 152
Até 30	512	1 315	9 146	140	4 092
Até 40	608	1 646	11 646	171	4 895
Até 50	727	2 007	14 156	206	6 004
Até 60	871	2 442	17 175	250	7 355
Até 70	1 051	2 980	20 998	307	9 087
Até 80	1 288	3 710	26 149	386	11 442
Até 90	1 655	4 841	34 475	518	15 098
Até 100	2 911	8 536	63 662	996	27 016

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

NOTA - Exclusivo o rendimento da população da área rural da Região Norte.

6 RENDIMENTO

6.7 RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE COM RENDIMENTO, SEGUINDO AS CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO - 1981-1990

BRASIL

(continua)

CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO (%)	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE COM RENDIMENTO (Cr\$) (1)			
	1981	1983	1984	1985
Simples				
Total	26 830	23 058	22 839	26 352
Até 10	2 387	2 053	1 803	1 816
Mais de 10 a 20	4 911	3 970	3 902	4 331
Mais de 20 a 30	6 952	5 687	5 752	6 428
Mais de 30 a 40	9 547	7 776	7 859	8 539
Mais de 40 a 50	12 169	9 388	9 262	10 464
Mais de 50 a 60	15 550	12 523	12 479	14 110
Mais de 60 a 70	20 427	16 665	16 777	18 987
Mais de 70 a 80	28 093	23 527	23 631	26 377
Mais de 80 a 90	43 265	37 971	37 159	43 300
Mais de 90 a 100	124 997	111 014	109 763	128 668
Mais de 95 a 100	179 044	158 889	157 411	184 822
Mais de 99 a 100	348 065	322 038	313 888	371 752
Acumuladas				
Até 10	2 387	2 053	1 803	1 816
Até 20	3 649	3 011	2 852	3 073
Até 30	4 750	3 903	3 819	4 192
Até 40	5 949	4 872	4 829	5 279
Até 50	7 193	5 775	5 716	6 316
Até 60	8 586	6 900	6 843	7 615
Até 70	10 277	8 295	8 262	9 239
Até 80	12 504	10 199	10 183	11 444
Até 90	15 922	13 284	13 180	14 983
Até 100	26 830	23 058	22 839	26 352

6 RENDIMENTO

6.7 RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE COM RENDIMENTO, SEGUNDO AS CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO - 1981-1990

BRASIL

(conclusão)

CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO (%)	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE COM RENDIMENTO (Cr\$)				
	(1)				
	1986	1987	1988	1989	1990

Simples

Total	36 721	28 136	27 556	32 817	27 016
Até 10	3 557	2 116	1 603	2 010	2 106
Mais de 10 a 20	6 244	4 219	4 015	4 580	4 198
Mais de 20 a 30	9 587	6 668	6 259	7 282	5 971
Mais de 30 a 40	11 303	8 695	8 287	8 666	7 306
Mais de 40 a 50	15 138	11 375	10 474	11 466	10 438
Mais de 50 a 60	20 120	15 228	13 968	15 466	14 108
Mais de 60 a 70	26 806	20 460	19 016	21 417	19 483
Mais de 70 a 80	37 239	29 066	26 929	30 906	27 922
Mais de 80 a 90	57 876	45 794	42 753	51 961	44 347
Mais de 90 a 100	179 318	137 748	141 255	174 499	134 278
Mais de 95 a 100	260 418	198 029	205 456	258 684	193 475
Mais de 99 a 100	559 411	409 286	414 851	569 428	393 962

Acumuladas

Até 10	3 557	2 116	1 603	2 010	2 106
Até 20	4 895	3 168	2 809	3 295	3 152
Até 30	6 459	4 335	3 959	4 613	4 092
Até 40	7 670	5 426	5 041	5 634	4 895
Até 50	9 171	6 615	6 127	6 788	6 004
Até 60	10 987	8 049	7 434	8 237	7 355
Até 70	13 258	9 823	9 089	10 115	9 087
Até 80	16 248	12 229	11 318	12 718	11 442
Até 90	20 877	15 957	14 922	17 068	15 098
Até 100	36 721	28 136	27 556	32 817	27 016

FORNTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

NOTA - Exclusivo o rendimento da população da área rural da Região Norte.

(1) Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 1990.

6 RENDIMENTO

6.8 ÍNDICE DE GINI DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE
COM RENDIMENTO, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO O SEXO - 1981-1990

SEXO	ÍNDICE DE GINI DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE COM RENDIMENTO					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL						
1981	0,583	0,532	0,577	0,569	0,553	0,577
1983	0,600	0,555	0,595	0,586	0,569	0,589
1984	0,599	0,556	0,585	0,588	0,583	0,599
1985	0,609	0,570	0,605	0,594	0,588	0,606
1986	0,602	0,556	0,587	0,589	0,577	0,611
1987	0,611	0,574	0,622	0,591	0,591	0,615
1988	0,629	0,604	0,639	0,607	0,596	0,649
1989	0,647	0,629	0,653	0,623	0,616	0,660
1990	0,620	0,610	0,631	0,598	0,591	0,631
Homens						
1981	0,571	0,511	0,564	0,554	0,542	0,563
1983	0,590	0,538	0,590	0,572	0,559	0,574
1984	0,598	0,556	0,586	0,587	0,581	0,599
1985	0,593	0,553	0,585	0,577	0,574	0,589
1986	0,590	0,543	0,572	0,575	0,567	0,602
1987	0,598	0,559	0,604	0,576	0,581	0,601
1988	0,618	0,594	0,626	0,594	0,584	0,640
1989	0,638	0,615	0,643	0,620	0,606	0,650
1990	0,612	0,600	0,622	0,597	0,582	0,620
Mulheres						
1981	0,560	0,518	0,562	0,544	0,519	0,573
1983	0,569	0,528	0,559	0,554	0,534	0,587
1984	0,623	0,538	0,552	0,629	0,648	0,586
1985	0,596	0,555	0,606	0,579	0,558	0,617
1986	0,577	0,536	0,572	0,564	0,543	0,576
1987	0,596	0,558	0,620	0,572	0,561	0,613
1988	0,610	0,575	0,628	0,586	0,574	0,638
1989	0,623	0,615	0,632	0,600	0,588	0,645
1990	0,606	0,600	0,621	0,580	0,574	0,632

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclusivo o rendimento da população da área rural da Região Norte. (2) Exclusivo o rendimento da população da área rural.

6 RENDIMENTO

6.9 RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NOMINAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO O SEXO - 1981-1990

SEXO	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NOMINAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL						
1981 (Cr\$) (3).....	12 558	11 817	6 914	16 078	12 499	12 413
1983 (Cr\$)	53 671	53 323	29 624	68 170	53 615	54 649
1984 (Cr\$) (3).....	156 073	163 624	86 466	192 833	166 219	167 539
1985 (Cr\$) (3).....	586 012	633 367	318 016	725 561	622 576	635 437
1986 (Cr\$)	1 709	1 735	906	2 141	1 717	2 032
1987 (Cr\$) (3).....	5 055	5 137	2 739	6 323	5 170	5 654
1988 (Cr\$) (3).....	37 866	35 167	20 082	48 470	37 079	41 817
1989 (NC\$)	594	616	304	753	603	668
1990 (Cr\$)	15 978	17 652	9 446	19 846	16 452	18 599
Homens						
1981 (Cr\$) (3).....	20 206	19 099	11 312	25 622	20 231	19 662
1983 (Cr\$)	85 647	86 074	47 609	108 070	85 909	86 267
1984 (Cr\$) (3).....	247 415	259 988	137 359	302 933	267 964	263 834
1985 (Cr\$) (3).....	928 540	999 972	505 476	1 138 807	1 007 780	987 757
1986 (Cr\$)	2 697	2 735	1 445	3 352	2 711	3 289
1987 (Cr\$) (3).....	7 979	7 996	4 313	9 783	8 084	8 721
1988 (Cr\$) (3).....	58 989	54 804	31 283	75 401	58 100	64 566
1989 (NC\$)	930	953	481	1 173	946	1 047
1990 (Cr\$)	24 156	26 136	12 740	30 039	25 076	27 628
Mulheres						
1981 (Cr\$) (3).....	5 153	5 055	2 817	6 755	4 812	5 016
1983 (Cr\$)	22 800	22 670	12 813	29 378	21 866	22 345
1984 (Cr\$) (3).....	67 890	73 262	38 753	86 188	65 621	69 307
1985 (Cr\$) (3).....	256 465	291 513	143 455	324 857	245 612	277 230
1986 (Cr\$)	767	814	402	994	731	798
1987 (Cr\$) (3).....	2 377	2 497	1 299	3 021	2 311	2 633
1988 (Cr\$) (3).....	17 936	17 255	9 607	23 120	16 980	19 541
1989 (NC\$)	278	309	139	360	270	302
1990 (Cr\$)	8 238	9 760	4 419	10 271	8 049	9 762

FONTES - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclui-se o rendimento da população da área rural da Região Norte. (2) Exclui-se o rendimento da população da área rural. (3) Dados revistos.

6 RENDIMENTO

6.10 RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE,
POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO O SEXO - 1981-1990

SEXO	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE (Cr\$) (1)					
	Brasil (2)	Grandes Regiões				
		Norte (3)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL						
1981	14 565	13 706	8 019	18 648	14 497	14 397
1983	12 875	12 791	7 106	16 353	12 861	13 109
1984	12 867	13 490	7 129	15 898	13 704	13 913
1985	15 260	16 493	8 381	19 894	16 212	16 547
1986	21 559	21 886	11 429	27 008	21 659	25 633
1987	16 662	16 933	9 028	20 842	17 041	18 637
1988	16 390	15 222	8 692	20 980	16 049	18 100
1989	19 572	20 297	10 017	24 811	19 868	22 010
1990	15 978	17 652	8 446	19 846	16 452	18 589
Homens						
1981	23 436	22 152	13 120	29 718	23 465	22 805
1983	20 545	20 648	11 421	25 924	20 608	20 694
1984	20 398	21 434	11 324	24 975	22 092	21 751
1985	24 179	26 039	13 163	29 654	26 242	25 721
1986	34 022	34 501	18 228	42 284	34 198	41 490
1987	25 971	26 356	14 217	32 247	26 647	28 746
1988	25 533	23 722	13 541	32 637	25 148	27 947
1989	30 643	31 401	15 849	38 649	31 170	34 498
1990	24 156	26 136	12 740	30 039	25 076	27 628
Mulheres						
1981	5 977	5 863	3 267	7 835	5 581	5 818
1983	5 469	5 438	3 074	7 047	5 245	5 360
1984	5 597	6 040	3 195	7 106	5 410	5 714
1985	6 678	7 591	3 736	8 459	6 396	7 219
1986	9 675	10 268	5 071	12 539	9 221	10 067
1987	7 835	8 231	4 282	9 958	7 618	8 679
1988	7 763	7 469	4 158	10 007	7 350	8 458
1989	9 160	10 181	4 580	11 862	8 896	9 951
1990	8 238	9 780	4 419	10 271	8 049	9 762

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 1990. (2) Exclusivo o rendimento da população da área rural da Região Norte. (3) Exclusivo o rendimento da população da área rural.

6 RENDIMENTO

6.11 DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO O SEXO E AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS - 1990

SEXO E CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS (salários mínimos)	DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	24,2	18,2	41,3	18,2	16,0	20,3
Mais de 1 a 2	20,3	20,6	20,5	19,8	20,7	21,9
Mais de 2 a 5	26,6	31,6	15,9	31,5	28,5	28,1
Mais de 5 a 10	11,4	14,3	5,2	14,9	11,2	12,0
Mais de 10 a 20	5,4	6,2	2,3	7,1	5,2	6,5
Mais de 20	3,0	3,8	1,2	3,9	2,7	4,1
Sem rendimento (3)	8,4	4,4	13,0	3,7	15,2	6,0
Sem declaração	0,7	0,4	0,6	0,9	0,5	0,6
Homens	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	19,5	13,3	35,0	13,7	13,1	15,5
Mais de 1 a 2	20,1	19,6	23,4	17,7	20,6	21,4
Mais de 2 a 5	23,2	33,9	13,6	33,7	32,6	30,9
Mais de 5 a 10	13,2	16,5	5,3	17,4	13,3	13,5
Mais de 10 a 20	6,4	7,5	2,7	8,5	6,4	7,1
Mais de 20	3,9	4,3	1,5	5,1	3,8	4,8
Sem rendimento (3)	6,9	3,9	12,2	3,1	9,7	6,2
Sem declaração	0,8	0,5	0,8	0,8	0,5	0,6
Mulheres	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	32,7	26,6	53,1	26,3	21,1	31,5
Mais de 1 a 2	20,7	22,4	15,1	23,3	21,0	22,7
Mais de 2 a 5	21,8	27,7	10,8	27,8	21,1	22,5
Mais de 5 a 10	8,2	11,3	3,9	10,4	7,5	9,0
Mais de 10 a 20	3,6	3,8	1,5	4,8	3,0	5,3
Mais de 20	1,4	2,2	0,7	1,7	1,0	2,6
Sem rendimento (3)	11,0	5,3	14,5	4,8	24,9	5,9
Sem declaração	0,6	0,2	0,4	0,9	0,4	0,5

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclusiva a população da área rural da Região Norte. (2) Exclusiva a população da área rural. (3) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

6 RENDIMENTO

6.12 DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO O SEXO E AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL REAL DE TODOS OS TRABALHOS - 1990

SEXO E CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL REAL DE TODOS OS TRABALHOS (salários mínimos de setembro de 1989) (1)	DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS (%)					
	Brasil (2)	Grandes Regiões				
		Norte (3)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	32,4	26,3	50,9	25,6	24,4	28,9
Mais de 1 a 2	20,6	22,0	17,2	21,9	21,8	23,2
Mais de 2 a 5	23,6	28,9	12,2	29,4	24,5	24,5
Mais de 5 a 10	8,7	11,3	3,8	11,5	8,5	9,3
Mais de 10 a 20	3,8	4,2	1,5	4,9	3,6	4,9
Mais de 20	1,8	2,5	0,8	2,3	1,5	2,5
Sem rendimento (4)	8,4	4,4	13,0	3,7	15,2	6,1
Sem declaração	0,7	0,4	0,6	0,8	0,5	0,6
Homens	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	27,4	20,3	45,8	19,9	21,0	22,7
Mais de 1 a 2	21,3	23,0	20,0	20,8	23,3	24,4
Mais de 2 a 5	26,6	31,2	14,2	32,9	28,5	27,2
Mais de 5 a 10	10,1	12,9	4,3	13,3	10,3	10,4
Mais de 10 a 20	4,6	5,1	1,3	6,1	4,6	5,3
Mais de 20	2,4	3,1	1,0	3,1	2,1	3,1
Sem rendimento (4)	6,9	3,9	12,1	3,1	9,7	6,2
Sem declaração	0,7	0,5	0,8	0,8	0,5	0,7
Mulheres	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	41,6	36,6	60,7	35,6	30,3	41,3
Mais de 1 a 2	19,5	20,3	11,8	23,5	19,3	20,8
Mais de 2 a 5	18,1	24,9	8,5	23,2	17,4	19,0
Mais de 5 a 10	6,3	9,7	2,7	8,2	5,4	7,3
Mais de 10 a 20	2,3	2,7	1,0	2,9	1,9	3,9
Mais de 20	0,7	1,3	0,4	0,9	0,4	1,4
Sem rendimento (4)	10,9	5,3	14,5	4,8	24,9	5,8
Sem declaração	0,6	0,2	0,4	0,9	0,4	0,5

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) O salário mínimo foi deflacionado pelo INPC. (2) Exclusiva a população da área rural da Região Norte. (3) Exclusiva a população da área rural. (4) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

6 RENDIMENTO

6.13 DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO AS CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO DE TODOS OS TRABALHOS - 1990

CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO DE TODOS OS TRABALHOS (%)	DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Simples						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 10.....	0,8	1,0	0,8	1,1	1,1	1,0
Mais de 10 a 20	1,8	1,8	1,6	1,9	2,1	1,8
Mais de 20 a 30	2,3	2,4	2,5	2,4	2,6	2,2
Mais de 30 a 40	3,0	3,3	3,5	3,4	3,6	3,0
Mais de 40 a 50	4,1	4,4	3,9	4,6	4,7	4,0
Mais de 50 a 60	5,5	5,8	4,8	5,9	6,0	5,2
Mais de 60 a 70	7,5	7,6	6,6	7,9	7,8	7,0
Mais de 70 a 80	10,5	10,4	9,2	10,7	10,6	10,1
Mais de 80 a 90	16,4	15,5	15,0	16,4	16,2	16,3
Mais de 90 a 100	48,1	47,8	52,1	45,7	45,3	49,4
Mais de 95 a 100	34,4	35,1	39,0	32,3	31,8	35,3
Mais de 99 a 100	13,9	15,0	17,3	12,8	12,3	13,8
Acumuladas						
Até 10	0,8	1,0	0,8	1,1	1,1	1,0
Até 20	2,6	2,8	2,4	3,0	3,2	2,8
Até 30	4,9	5,2	4,9	5,4	5,8	5,0
Até 40	7,9	8,5	8,4	8,8	9,4	8,0
Até 50	12,0	12,9	12,3	13,4	14,1	12,0
Até 60	17,5	18,7	17,1	19,3	20,1	17,2
Até 70	25,0	26,3	23,7	27,2	27,9	24,2
Até 80	35,5	36,7	32,9	37,9	38,5	34,3
Até 90	51,9	52,2	47,9	54,3	54,7	50,6
Até 100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE - IBCE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclusivo o rendimento da população da área rural da Região Norte. (2) Exclusivo o rendimento da população da área rural.

6 RENDIMENTO

6.14 RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NOMINAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS
COM RENDIMENTO DE TRABALHO, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO AS CLASSES
DE PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS, EM ORDEM CRESCENTE DE
RENDIMENTO DE TODOS OS TRABALHOS - 1990

CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO DE TODOS OS TRABALHOS (%)	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NOMINAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO (Cr\$)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
Simple						
Total	27 445	32 701	15 747	32 455	28 174	31 424
Até 10	2 231	3 427	1 218	3 447	3 218	3 126
Mais de 10 a 20	5 014	5 957	2 587	6 038	5 923	5 742
Mais de 20 a 30	6 189	7 740	3 960	7 922	7 394	6 842
Mais de 30 a 40	8 366	10 852	5 457	11 102	10 180	9 436
Mais de 40 a 50	11 278	14 426	6 100	14 749	13 149	12 475
Mais de 50 a 60	15 221	19 897	7 644	19 256	16 822	16 495
Mais de 60 a 70	20 452	24 920	10 357	25 730	21 919	22 098
Mais de 70 a 80	28 755	34 014	14 476	34 696	29 795	31 596
Mais de 80 a 90	45 025	50 601	23 578	53 299	45 742	51 065
Mais de 90 a 100	131 920	156 175	82 095	148 307	127 600	155 364
Mais de 95 a 100	188 566	229 399	122 928	209 637	179 384	221 642
Mais de 99 a 100	380 810	491 753	272 403	415 189	347 808	434 940
Acumuladas						
Até 10	2 231	3 427	1 218	3 447	3 218	3 126
Até 20	3 622	4 692	1 903	4 743	4 570	4 434
Até 30	4 478	5 708	2 588	5 803	5 511	5 236
Até 40	5 450	6 994	3 305	7 128	6 679	6 286
Até 50	6 616	8 480	3 864	8 652	7 973	7 524
Até 60	8 050	10 216	4 494	10 419	9 448	9 019
Até 70	9 822	12 317	5 332	12 606	11 229	10 987
Até 80	12 188	15 029	6 475	15 368	13 550	13 476
Até 90	15 837	18 981	8 375	19 582	17 127	17 653
Até 100	27 445	32 701	15 747	32 455	28 174	31 424

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclui o rendimento da população da área rural da Região Norte. (2) Exclui o rendimento da população da área rural.

6 RENDIMENTO

6.15 DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO, SEGUNDO AS CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO DE TODOS OS TRABALHOS - 1981-1990

BRASIL

CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO DE TODOS OS TRABALHOS (%)	DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO (%)								
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990

Simples

Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 10.....	0,9	1,0	0,9	0,8	1,0	0,8	0,6	0,7	0,8	0,8
Mais de 10 a 20	2,0	1,8	1,8	1,7	2,1	1,9	1,6	1,6	1,6	1,8
Mais de 20 a 30	3,0	2,8	2,9	2,8	2,7	2,6	2,6	2,4	2,4	2,3
Mais de 30 a 40	3,8	3,5	3,5	3,3	3,3	3,3	3,1	2,8	3,0	3,0
Mais de 40 a 50	4,8	4,3	4,3	4,2	4,4	4,4	4,1	3,7	4,1	4,1
Mais de 50 a 60	6,0	5,6	5,7	5,5	5,7	5,7	5,3	5,0	5,5	5,5
Mais de 60 a 70	7,8	7,4	7,5	7,3	7,4	7,5	7,0	6,7	7,5	7,5
Mais de 70 a 80	10,7	10,4	10,4	10,3	10,3	10,5	10,0	9,6	10,5	10,5
Mais de 80 a 90	16,1	16,5	16,2	16,5	15,8	16,4	16,0	16,0	16,4	16,4
Mais de 90 a 100	44,9	46,7	46,8	47,6	47,3	46,9	49,7	51,5	48,1	48,1
Mais de 95 a 100	31,9	33,1	33,3	33,9	33,9	33,3	35,8	37,7	34,4	34,4
Mais de 99 a 100	12,1	13,2	13,0	13,3	14,0	13,5	14,2	15,9	13,9	13,9

Acumuladas

Até 10	0,9	1,0	0,9	0,8	1,0	0,8	0,6	0,7	0,8	0,8
Até 20	2,9	2,8	2,7	2,5	3,1	2,7	2,2	2,3	2,6	2,6
Até 30	5,9	5,6	5,6	5,3	5,8	5,3	4,9	4,7	4,9	4,9
Até 40	9,7	9,1	9,1	8,6	9,1	8,6	7,9	7,5	7,9	7,9
Até 50	14,5	13,4	13,4	12,9	13,5	13,0	12,0	11,2	12,0	12,0
Até 60	20,5	19,0	19,1	18,3	19,2	18,7	17,3	16,2	17,5	17,5
Até 70	28,3	26,4	26,6	25,6	26,6	26,2	24,3	22,9	25,0	25,0
Até 80	39,0	36,8	37,0	35,9	36,9	36,7	34,3	32,5	35,5	35,5
Até 90	55,1	53,3	53,2	52,4	52,7	53,1	50,3	49,5	51,9	51,9
Até 100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

NOTA - Exclusivo o rendimento da população da área rural da Região Norte.

6 RENDIMENTO

6.16 RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NOMINAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS
OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO, SEGUNDO AS CLASSES DE
PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS, EM ORDEM CRESCENTE DE
RENDIMENTO DE TODOS OS TRABALHOS - 1981-1990

BRASIL

(continua)

CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO DE TODOS OS TRABALHOS (%)	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NOMINAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO			
	1981 (Cr\$)	1983 (Cr\$)	1984 (Cr\$)	1985 (Cr\$)

Simples

Total	23 451	97 010	280 677	1 028 407
Até 10	2 160	9 294	24 312	77 818
Mais de 10 a 20	4 589	17 450	51 114	179 190
Mais de 20 a 30	6 967	27 072	90 335	284 555
Mais de 30 a 40	8 990	33 946	98 126	340 721
Mais de 40 a 50	11 201	41 896	119 689	431 374
Mais de 50 a 60	14 202	54 768	159 697	566 261
Mais de 60 a 70	18 408	71 991	210 546	755 692
Mais de 70 a 80	25 013	100 567	292 272	1 060 362
Mais de 80 a 90	37 718	160 320	456 264	1 693 234
Mais de 90 a 100	105 264	452 794	1 314 419	4 994 863
Mais de 95 a 100	149 521	642 981	1 868 204	6 967 353
Mais de 99 a 100	283 656	1 235 305	3 650 240	13 706 638

Acumuladas

Até 10	2 160	9 294	24 312	77 818
Até 20	3 375	13 372	37 713	128 504
Até 30	4 572	17 939	51 921	180 521
Até 40	5 676	21 940	63 472	220 571
Até 50	6 781	25 932	74 715	262 732
Até 60	8 018	30 738	88 879	313 320
Até 70	9 502	36 631	106 260	376 516
Até 80	11 241	44 623	129 511	461 997
Até 90	14 361	57 478	165 817	598 901
Até 100	23 451	97 010	280 677	1 028 407

6 RENDIMENTO

6.16 RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NOMINAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO, SEGUNDO AS CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO DE TODOS OS TRABALHOS - 1981-1990

BRASIL

(conclusão)

CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO DE TODOS OS TRABALHOS (%)	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NOMINAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO				
	1986 (Cr\$)	1987 (Cr\$)	1988 (Cr\$)	1989 (Cr\$)	1990 (Cr\$)

Simples

Total	2 964	3 670	65 376	1 018	27 445
Até 10	284	688	4 258	67	2 231
Mais de 10 a 20	612	1 605	10 253	164	5 014
Mais de 20 a 30	803	2 290	16 717	241	6 199
Mais de 30 a 40	990	2 869	20 341	281	8 366
Mais de 40 a 50	1 303	3 777	26 619	379	11 278
Mais de 50 a 60	1 691	4 962	34 472	508	15 221
Mais de 60 a 70	2 201	6 542	45 889	687	20 452
Mais de 70 a 80	3 040	9 086	65 346	979	28 755
Mais de 80 a 90	4 700	14 251	104 758	1 628	45 025
Mais de 90 a 100	14 018	40 634	325 110	5 242	131 920
Mais de 95 a 100	20 078	57 763	467 869	7 671	188 566
Mais de 99 a 100	41 488	116 789	925 160	16 201	380 810

Acumuladas

Até 10	284	688	4 258	67	2 231
Até 20	448	1 146	7 255	116	3 622
Até 30	566	1 528	10 409	157	4 478
Até 40	672	1 863	12 892	188	5 450
Até 50	798	2 246	15 637	227	6 616
Até 60	947	2 698	18 776	273	8 050
Até 70	1 126	3 247	22 650	332	9 822
Até 80	1 366	3 977	27 987	413	12 188
Até 90	1 736	5 119	36 517	548	15 837
Até 100	2 964	3 670	65 376	1 018	27 445

FORNTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

NOTA - Exclusiva o rendimento da população da área rural da Região Norte.

6 RENDIMENTO

6.17 RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS
OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO, SEGUNDO AS CLASSES
DE PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS, EM ORDEM CRESCENTE
DE RENDIMENTO DE TODOS OS TRABALHOS - 1981-1985

BRASIL

(continua)

CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO DE TODOS OS TRABALHOS (%)	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO (Cr\$)(1)			
	1981	1983	1984	1985
Simples				
Total	27 200	23 271	23 140	26 780
Até 10	2 505	2 229	2 004	2 026
Mais de 10 a 20	5 323	4 186	4 214	4 666
Mais de 20 a 30	3 081	6 494	6 623	7 410
Mais de 30 a 40	10 427	8 143	8 090	8 872
Mais de 40 a 50	12 992	10 050	9 868	11 233
Mais de 50 a 60	16 472	13 138	13 166	14 745
Mais de 60 a 70	21 351	17 269	17 358	19 678
Mais de 70 a 80	29 011	24 124	24 096	27 612
Mais de 80 a 90	43 747	38 458	37 616	42 092
Mais de 90 a 100	122 091	108 618	108 366	127 462
Mais de 95 a 100	173 422	154 240	154 022	181 429
Mais de 99 a 100	328 999	308 323	300 939	356 920
Acumuladas				
Até 10	2 505	2 229	2 004	2 026
Até 20	3 915	3 208	3 109	3 346
Até 30	5 303	4 303	4 281	4 701
Até 40	6 583	5 263	5 233	5 744
Até 50	7 865	6 221	6 160	6 842
Até 60	9 300	7 374	7 328	8 159
Até 70	11 021	8 787	8 760	9 804
Até 80	13 270	10 704	10 677	12 030
Até 90	16 657	13 788	13 671	15 593
Até 100	27 200	23 271	23 140	26 780

6 RENDIMENTO

6.17 RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS
OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO, SEGUNDO AS CLASSES
DE PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS, EM ORDEM CRESCENTE
DE RENDIMENTO DE TODOS OS TRABALHOS - 1981-1990

BRASIL

(conclusão)

CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO DE TODOS OS TRABALHOS (%)	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO (Cr\$)(1)				
	1986	1987	1988	1989	1990

Simplex

Total	37 390	28 578	28 298	33 542	27 445
Até 10	3 583	2 268	1 843	2 208	2 231
Mais de 10 a 20	7 720	5 290	4 438	5 404	5 014
Mais de 20 a 30	10 130	7 548	7 236	7 941	6 199
Mais de 30 a 40	12 489	9 457	8 804	9 259	8 366
Mais de 40 a 50	16 487	12 450	11 521	12 438	11 278
Mais de 50 a 60	21 331	16 356	14 921	16 738	15 221
Mais de 60 a 70	27 765	21 564	19 863	22 636	20 452
Mais de 70 a 80	38 349	29 949	28 285	32 257	28 755
Mais de 80 a 90	59 289	46 974	45 344	53 641	45 025
Mais de 90 a 100	176 833	139 938	140 722	172 720	131 920
Mais de 95 a 100	253 278	190 399	202 514	252 753	198 566
Mais de 99 a 100	523 358	384 960	400 450	533 810	380 810

Acumuladas

Até 10	3 583	2 268	1 843	2 208	2 231
Até 20	5 651	3 777	3 140	3 822	3 622
Até 30	7 140	5 037	4 505	5 173	4 478
Até 40	8 477	6 141	5 580	6 194	5 450
Até 50	10 067	7 403	6 768	7 479	6 616
Até 60	11 946	8 893	8 127	8 995	8 050
Até 70	14 204	10 703	9 804	10 939	9 822
Até 80	17 232	13 109	12 114	13 608	12 188
Até 90	21 899	16 873	15 806	18 056	15 937
Até 100	37 390	28 578	28 298	33 542	27 445

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

NOTA - Exclusivo o rendimento da população da área rural da Região Norte.

(1) Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 1990.

6 RENDIMENTO

6.18 ÍNDICE DE GINI DO RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO O SEXO - 1981-1990

SEXO	ÍNDICE DE GINI DO RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL						
1981	0,564	0,515	0,572	0,547	0,525	0,562
1983	0,584	0,538	0,593	0,567	0,545	0,574
1984	0,584	0,542	0,592	0,571	0,560	0,583
1985	0,594	0,555	0,605	0,576	0,567	0,591
1986	0,584	0,537	0,580	0,569	0,557	0,596
1987	0,589	0,552	0,612	0,564	0,565	0,596
1988	0,613	0,589	0,637	0,588	0,573	0,634
1989	0,630	0,616	0,651	0,606	0,596	0,647
1990	0,602	0,591	0,622	0,578	0,567	0,610
Homens						
1981	0,555	0,497	0,553	0,537	0,518	0,547
1983	0,576	0,524	0,580	0,557	0,539	0,560
1984	0,583	0,541	0,583	0,569	0,559	0,583
1985	0,581	0,543	0,581	0,563	0,558	0,575
1986	0,577	0,529	0,561	0,562	0,549	0,590
1987	0,580	0,542	0,592	0,554	0,561	0,587
1988	0,605	0,583	0,619	0,578	0,567	0,628
1989	0,623	0,605	0,637	0,599	0,591	0,641
1990	0,598	0,585	0,609	0,573	0,566	0,603
Mulheres						
1981	0,544	0,505	0,587	0,516	0,487	0,572
1983	0,554	0,515	0,591	0,527	0,504	0,591
1984	0,613	0,529	0,549	0,619	0,615	0,582
1985	0,585	0,543	0,635	0,558	0,528	0,606
1986	0,553	0,511	0,591	0,527	0,521	0,560
1987	0,570	0,534	0,632	0,537	0,522	0,589
1988	0,597	0,559	0,655	0,564	0,543	0,626
1989	0,610	0,601	0,652	0,581	0,563	0,633
1990	0,585	0,582	0,629	0,551	0,539	0,607

FONTES - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclusivo o rendimento da população da área rural da Região Norte. (2) Exclusivo o rendimento da população da área rural.

6 RENDIMENTO

6.19 RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NOMINAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS
OCUPADAS, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO O SEXO - 1981-1990

SEXO	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NOMINAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL						
1981 (Cr\$)	21 002	23 192	12 144	26 832	18 812	21 959
1983 (Cr\$)	87 218	104 463	49 331	110 362	80 698	94 786
1984 (Cr\$) (3).....	252 387	306 795	144 727	309 802	249 962	288 533
1985 (Cr\$) (3).....	922 949	1 157 527	517 500	1 138 455	915 574	1 065 564
1986 (Cr\$)	2 721	3 180	1 532	3 317	2 581	3 456
1987 (Cr\$) (3).....	7 915	9 076	4 561	9 765	7 439	9 154
1988 (Cr\$) (3).....	59 798	62 766	32 880	76 235	54 320	67 342
1989 (NCr\$).....	928	1 089	502	1 158	880	1 084
1990 (Cr\$)	24 956	31 133	13 601	30 976	23 753	29 331
Homens						
1981 (Cr\$)	24 929	27 120	14 146	31 766	23 360	24 553
1983 (Cr\$)	105 021	123 528	59 053	133 193	100 314	107 306
1984 (Cr\$) (3).....	301 608	360 685	170 345	371 941	310 914	324 904
1985 (Cr\$) (3).....	1 108 534	1 386 769	614 473	1 360 547	1 151 524	1 206 168
1986 (Cr\$)	3 252	3 725	1 791	4 003	3 163	4 050
1987 (Cr\$) (3).....	9 434	10 747	5 361	11 631	9 248	10 498
1988 (Cr\$) (3).....	71 374	75 416	38 832	91 182	67 054	77 068
1989 (NCr\$).....	1 112	1 308	603	1 333	1 091	1 265
1990 (Cr\$)	29 388	35 906	15 788	36 741	28 870	33 102
Mulheres						
1981 (Cr\$)	12 573	14 766	7 432	16 210	9 770	14 936
1983 (Cr\$)	51 115	64 879	29 597	64 926	43 003	62 955
1984 (Cr\$) (3).....	152 385	196 264	90 839	188 299	130 690	195 781
1985 (Cr\$) (3).....	558 398	752 786	321 769	699 852	467 598	729 529
1986 (Cr\$)	1 678	2 139	983	2 037	1 469	2 103
1987 (Cr\$) (3).....	5 041	6 048	2 938	6 274	4 231	6 235
1988 (Cr\$) (3).....	38 223	40 944	21 341	48 767	31 926	46 913
1989 (NCr\$).....	591	716	307	754	508	712
1990 (Cr\$)	16 824	22 905	9 453	20 830	14 737	21 731

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclusivo o rendimento da população da área rural da Região Norte. (2) Exclusivo o rendimento da população da área rural. (3) Dados revistos.

6 RENDIMENTO

6.20 RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS
OCUPADAS, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO O SEXO - 1981-1990

SEXO	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS (Cr\$)					
	Brasil (2)	Grandes Regiões				
		Norte (3)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL						
1981	24 359	26 899	14 085	31 121	21 819	25 469
1983	20 922	25 059	11 846	26 474	19 358	22 738
1984	20 808	25 293	11 932	25 541	20 608	23 788
1985	24 086	30 142	13 476	29 645	23 841	27 747
1986	34 325	40 115	19 326	41 843	32 559	43 596
1987	26 089	29 916	15 034	32 187	24 520	30 173
1988	25 883	27 189	14 232	32 998	23 512	29 149
1989	30 577	35 882	16 540	38 155	28 995	35 717
1990	24 956	31 133	13 601	30 976	23 753	29 331
Homens						
1981	28 798	31 455	16 407	36 844	27 094	28 478
1983	25 193	29 632	14 166	31 951	24 064	25 741
1984	24 866	29 736	14 044	30 664	25 633	26 786
1985	28 966	35 591	16 001	35 429	29 986	31 408
1986	41 023	46 990	22 593	50 497	39 900	51 090
1987	31 096	35 424	17 671	38 338	30 483	34 604
1988	30 894	32 643	16 808	39 468	29 024	33 258
1989	36 639	43 098	19 868	45 569	35 948	41 681
1990	29 388	35 905	15 788	36 741	28 870	33 102
Mulheres						
1981	14 583	17 126	8 620	18 801	11 332	17 324
1983	12 262	15 562	7 100	15 550	10 316	15 102
1984	12 563	16 181	7 489	15 524	10 775	16 141
1985	14 541	19 602	8 379	18 224	12 176	18 997
1986	21 167	26 983	12 400	25 696	18 531	26 529
1987	16 616	19 935	9 882	20 680	13 946	20 552
1988	16 545	17 722	9 237	21 108	13 819	20 306
1989	19 473	23 592	10 115	24 844	16 738	23 460
1990	16 924	22 905	9 453	20 830	14 737	21 731

FORNTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 1990. (2) Excluído o rendimento da população da área rural da Região Norte. (3) Excluído o rendimento da população da área rural.

6 RENDIMENTO

6.21 DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO A POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR E AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL - 1990

POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR E CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL (salários mínimos)	DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
TOTAL (3).....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	27,1	22,1	51,1	19,7	18,6	24,7
Mais de 1 a 2	23,6	23,5	23,5	22,2	27,1	26,3
Mais de 2 a 5	29,5	31,8	16,0	33,7	34,9	28,8
Mais de 5 a 10	11,8	14,2	5,3	14,6	12,1	11,0
Mais de 10 a 20	5,1	5,0	2,2	6,4	5,0	5,4
Mais de 20	2,2	2,7	1,1	2,5	1,9	3,0
Sem rendimento (4)	0,3	0,5	0,5	0,3	0,2	0,5
Sem declaração	0,4	0,2	0,3	0,6	0,2	0,3
Possuíam	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	13,1	10,6	29,0	10,4	8,8	10,5
Mais de 1 a 2	24,0	21,5	30,1	21,4	27,0	24,4
Mais de 2 a 5	37,8	39,0	24,9	39,9	42,5	37,3
Mais de 5 a 10	15,3	18,5	9,2	17,2	14,0	15,3
Mais de 10 a 20	6,6	7,0	4,4	7,5	5,5	7,9
Mais de 20	2,8	3,2	2,1	3,0	2,1	4,5
Sem rendimento (4)	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Sem declaração	0,4	0,2	0,3	0,6	0,1	0,1
Não possuíam	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	47,0	34,8	66,6	37,8	38,4	37,8
Mais de 1 a 2	23,1	25,8	18,9	23,8	27,0	28,0
Mais de 2 a 5	17,6	23,8	9,8	21,5	19,7	21,0
Mais de 5 a 10	6,9	9,4	2,5	9,5	8,4	7,1
Mais de 10 a 20	2,9	2,8	0,7	4,3	3,8	3,1
Mais de 20	1,2	2,1	0,4	1,7	1,6	1,6
Sem rendimento (4)	0,8	1,0	0,8	0,8	0,7	1,0
Sem declaração	0,5	0,3	0,3	0,6	0,4	0,4

FOIITE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclusiva a população da área rural da Região Norte. (2) Exclusiva a população da área rural. (3) Inclusive os empregados sem declaração de carteira de trabalho assinada pelo empregador. (4) Inclusive os empregados que receberam somente em benefícios.

6 RENDIMENTO

6.22 DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO A POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR E AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL REAL DO TRABALHO PRINCIPAL - 1990

POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR E CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL REAL DO TRABALHO PRINCIPAL (salários mínimos de setembro de 1989) (1)	DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL (%)					
	Brasil (2)	Grandes Regiões				
		Norte (3)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
TOTAL (4).....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	37,0	32,1	63,3	28,2	30,1	35,0
Mais de 1 a 2	23,4	23,2	17,6	24,3	27,4	26,4
Mais de 2 a 5	25,8	29,7	12,5	30,6	29,4	24,0
Mais de 5 a 10	8,6	10,2	3,7	10,7	8,6	8,3
Mais de 10 a 20	3,2	3,4	1,5	3,9	3,2	3,8
Mais de 20	1,2	1,6	0,6	1,4	0,9	1,7
Sem rendimento (5)	0,3	0,5	0,5	0,3	0,2	0,5
Sem declaração	0,5	0,3	0,3	0,6	0,2	0,3
Possuíam	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	22,0	19,0	43,6	17,5	18,8	18,4
Mais de 1 a 2	27,2	23,7	24,8	26,6	31,3	29,0
Mais de 2 a 5	33,7	37,0	20,3	36,6	35,8	32,8
Mais de 5 a 10	11,0	13,7	6,9	12,4	9,5	11,7
Mais de 10 a 20	4,2	4,6	3,0	4,6	3,5	5,7
Mais de 20	1,5	1,8	1,1	1,7	1,0	2,3
Sem rendimento (5)	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Sem declaração	0,4	0,2	0,3	0,6	0,1	0,1
Não possuíam	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	58,6	46,7	77,1	49,1	53,1	50,1
Mais de 1 a 2	17,9	22,6	12,6	19,6	19,5	24,1
Mais de 2 a 5	14,6	19,6	6,9	19,1	16,3	16,0
Mais de 5 a 10	5,2	6,3	1,6	7,5	6,7	5,3
Mais de 10 a 20	1,8	2,1	0,5	2,4	2,6	2,1
Mais de 20	0,7	1,4	0,2	0,9	0,8	1,0
Sem rendimento (5)	0,8	1,0	0,8	0,8	0,6	1,0
Sem declaração	0,4	0,3	0,3	0,6	0,4	0,4

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) O salário mínimo foi deflacionado pelo INPC. (2) Exclui-se a população da área rural da Região Norte. (3) Exclui-se a população da área rural. (4) Inclusive os empregados sem declaração de carteira de trabalho assinada pelo empregador. (5) Inclusive os empregados que receberam somente em benefícios.

6 RENDIMENTO

6.23 RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NOMINAL DO TRABALHO PRINCIPAL DOS EMPREGADOS,
POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO A FÓLHA DE CARTEIRA DE TRABALHO
ASSINADA PELO EMPREGADOR - 1981-1990

POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NOMINAL DO TRABALHO PRINCIPAL DOS EMPREGADOS					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL (3)						
1981 (Cr\$)	21 777	21 576	13 353	25 888	20 503	20 677
1983 (Cr\$)	86 437	92 113	51 209	103 003	86 073	87 301
1984 (Cr\$) (4).....	250 912	270 167	160 432	287 619	249 320	253 271
1985 (Cr\$) (4).....	914 293	1 028 255	576 483	1 043 646	920 545	936 076
1986 (Cr\$)	2 432	2 528	1 533	2 811	2 345	2 519
1987 (Cr\$) (4).....	7 583	7 667	4 730	8 835	7 380	7 789
1988 (Cr\$) (4).....	59 103	55 624	35 350	70 555	56 221	58 866
1989 (NC\$).....	837	884	483	983	831	847
1990 (Cr\$)	23 138	26 421	13 619	26 776	23 492	24 634
Possuíam						
1981 (Cr\$)	28 910	26 092	22 418	32 140	24 211	29 195
1983 (Cr\$)	119 143	113 904	96 085	130 158	101 729	123 925
1984 (Cr\$) (4).....	338 178	331 579	273 936	366 109	295 168	357 566
1985 (Cr\$) (4).....	1 208 778	1 283 707	961 062	1 300 776	1 083 678	1 269 811
1986 (Cr\$)	3 036	2 948	2 353	3 307	2 695	3 175
1987 (Cr\$) (4).....	9 790	9 527	7 866	10 631	8 688	10 456
1988 (Cr\$) (4).....	77 501	71 178	58 671	85 529	66 216	84 115
1989 (NC\$).....	1 071	1 129	758	1 178	955	1 160
1990 (Cr\$)	28 342	31 526	20 863	30 480	26 032	32 467
Não possuíam						
1981 (Cr\$)	11 890	14 602	7 185	14 567	13 389	12 625
1983 (Cr\$)	49 896	64 070	29 027	62 278	59 313	56 165
1984 (Cr\$) (4).....	144 778	199 476	91 110	167 522	169 080	164 114
1985 (Cr\$) (4).....	532 074	684 756	322 717	622 986	617 020	622 055
1986 (Cr\$)	1 602	1 943	982	1 933	1 659	1 907
1987 (Cr\$) (4).....	4 504	5 347	2 735	5 498	4 837	5 230
1988 (Cr\$) (4).....	32 935	37 143	19 312	41 777	35 379	34 996
1989 (NC\$).....	496	618	285	609	564	539
1990 (Cr\$)	15 705	20 794	9 534	19 550	18 346	17 479

FONTES - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclusivo o rendimento da população da área rural da Região Norte. (2) Exclusivo o rendimento da população da área rural. (3) Inclusive o rendimento dos empregados sem declaração de carteira de trabalho assinada pelo empregador. (4) Dados revisados.

6 RENDIMENTO

6.24 RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DO TRABALHO PRINCIPAL DOS EMPREGADOS,
POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO A POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO
ASSINADA PELO EMPREGADOR - 1981-1990

POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DO TRABALHO PRINCIPAL DOS EMPREGADOS (Cr\$)(1)					
	Brasil (2)	Grandes Regiões				
		Norte (3)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
TOTAL (4)						
1981	25 258	25 025	15 488	30 026	23 780	23 982
1983	20 735	22 096	12 284	24 709	20 647	20 342
1984	20 686	22 274	13 227	23 712	20 555	20 881
1985	23 802	26 776	15 012	27 176	23 971	24 375
1986	30 679	31 890	19 338	35 460	29 581	31 776
1987	24 995	25 272	15 591	29 122	24 326	25 674
1988	25 582	24 077	15 301	30 539	24 335	25 480
1989	27 578	29 127	15 914	32 389	27 381	27 908
1990	23 138	26 421	13 619	26 776	23 492	24 634
Possuam						
1981	33 531	30 263	26 002	37 278	28 081	33 862
1983	28 530	27 324	23 044	31 223	24 403	29 727
1984	27 881	27 337	22 584	30 183	24 335	29 479
1985	31 476	33 428	25 026	33 872	28 219	33 066
1986	38 298	37 182	29 682	41 717	33 997	40 052
1987	32 270	31 403	25 269	35 042	28 637	34 465
1988	33 546	30 809	25 395	37 047	28 661	36 409
1989	35 239	37 200	24 975	38 814	31 466	38 221
1990	28 342	31 526	20 863	30 480	26 032	32 467
Não possuíam						
1981	13 791	16 936	8 334	16 896	15 529	14 643
1983	11 967	15 369	6 963	14 939	14 228	13 473
1984	11 936	15 621	7 511	13 811	13 940	13 530
1985	13 855	17 831	8 404	16 222	16 067	15 198
1986	20 209	24 510	12 382	24 384	20 928	24 056
1987	14 846	17 625	9 015	18 123	15 944	17 239
1988	14 256	16 077	8 359	18 083	15 314	15 148
1989	16 343	20 363	9 391	20 066	18 583	17 760
1990	15 705	20 794	8 524	19 550	18 346	17 479

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 1990. (2) Exclusivo o rendimento da população da área rural da Região Norte. (3) Exclusivo o rendimento da população da área rural. (4) Inclusive o rendimento dos empregados sem declaração de carteira de trabalho assinada pelo empregador.

6 RENDIMENTO

6.25 DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR - 1990

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (Salários mínimos) (1)	DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES (%)					
	Brasil (2)	Grandes Regiões				
		Norte (3)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	11,3	6,3	23,0	6,4	8,7	8,5
Mais de 1 a 2	15,3	12,2	24,3	11,1	13,8	14,1
Mais de 2 a 5	29,4	30,6	28,8	28,4	32,5	31,0
Mais de 5 a 10	20,1	23,1	11,1	24,3	22,0	20,3
Mais de 10 a 20	12,4	15,0	5,5	15,8	12,8	12,7
Mais de 20	8,1	9,1	3,4	10,5	7,7	10,1
Sem rendimento (4)	2,2	2,9	2,9	2,0	1,7	2,2
Sem declaração	1,2	0,8	1,0	1,5	0,8	1,1

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclui o rendimento dos pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos. (2) Exclui as famílias residentes na área rural da Região Norte. (3) Exclui as famílias residentes na área rural. (4) Inclusive as famílias cujos componentes receberam somente em benefícios.

ANEXO I

RAMOS DE ATIVIDADE E ATIVIDADES

AGRÍCOLA

Atividades agropecuárias
Extração vegetal
Pesca

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

OUTRAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS

Extração mineral e serviços industriais de utilidade pública

COMÉRCIO DE MERCADORIAS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Alojamento e alimentação
Reparação e conservação
Pessoais
Domiciliares
Diversões

SERVIÇOS AUXILIARES DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Técnico-profissionais e auxiliares das atividades econômicas

TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

SOCIAL

Comunitárias
Médicas
Odontológicas
Ensino

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Administração pública
Defesa nacional e segurança pública

OUTRAS ATIVIDADES

Instituições de crédito, seguros e capitalização, comércio e administração de imóveis e valores mobiliários

Organizações internacionais e representações estrangeiras

Atividades não compreendidas nos demais ramos

Atividades mal definidas ou não declaradas

SE O ASSUNTO É BRASIL, PROCURE O IBGE

O IBGE põe à disposição da sociedade milhares de informações de natureza estatística (demográfica, social e econômica), geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental, que permitem conhecer a realidade física, humana, social e econômica do País.

VOCÊ PODE OBTER ESSAS PESQUISAS, ESTUDOS E LEVANTAMENTOS EM TODO O PAÍS

No Rio de Janeiro:

**Centro de Documentação e Disseminação de
Informações - CDDI**

Divisão de Atendimento Integrado - DAT

Biblioteca Isaac Kerstenetzky

Livraria Wilson Távora

Rua General Canabarro, 666

20271-201 - Maracanã - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (021)284-0402 - Telex: 2134128

Fax: (021)234-6189

Livraria do IBGE

Avenida Franklin Roosevelt, 146 - loja

20021-120 - Castelo - Tel.: (021)220-9147

Nos Estados procure o

**Setor de Documentação e Disseminação de
Informações - SDDI, da Divisão de Pesquisa**

Norte

**RO - Porto Velho - Rua Tenreiro Aranha, 26-13 - Centro
72900-750 - Tels.: (069)221-5077/3658 - Telex: 692148**

**AC - Rio Branco - Rua Benjamin Constant, 506 - Centro
69900-160 - Tel.: (068)224-1540 - Telex: 682529**

**AM - Manaus - Avenida Ayrão, 667 - Centro - 69025-050
Tel.: (092)232-0152/0188 - Ramal 13 - Telex: 922668**

**RR - Boa Vista - Avenida Getúlio Vargas, 84-E - Centro
69301-030 - Tel.: (095)224-4425 - Telex: 952061**

**PA - Belém - Avenida Gentil Bittencourt, 418 - Batista Campos
66035-340 - Tel.: (091)241-1440 - Telex: 911404**

**AP - Macapá - Rua Jovino Dinoá, 2123 - Centro
68900-160 - Tel.: (096)223-2696 - Telex: 962348**

**TO - Palmas - ACSE 01 - Conjunto 03 - Lote 6/3
77100-040 - Tel.: (063) 862-1907 - Fax (063) 862-1829**

Nordeste

**MA - São Luís - Av. Silva Maia, 131 - Centro
65020-570 - Tel.: (098)232-3226 - Telex: 982415**

**PI - Teresina - Rua Simplício Mendes, 436-N - Centro
64000-110 - Tel.: (086)222-9308 - Ramal 9 - Telex: 862344**

**CE - Fortaleza - Avenida 13 de Maio, 2901 - Benfica
64040-531 - Tel.: (085)243-6941 - Telex: 851297**

**RN - Natal - Avenida Prudente de Moraes, 161 - Petrópolis
59020-400 - Tel.: (084)222-4771 - Ramal 13 - Telex: 842279**

**PB - João Pessoa - Rua Irineu Finto, 94 - Centro
58010-100 - Tel.: (083)241-1560 - Ramal 21 - Telex: 832347**

**PE - Recife - Rua do Hospício, 387 - 4º andar - Boa Vista
50050-050 - Tels.: (081)221-2798 e 231-0811 - Ramal 215
Telex: 811803**

**AL - Maceió - Rua Tibúrcio Valeriano, 125 - Térreo - Centro
57307-620 - Tels.: (082)221-2385/326-1754 - Telex: 822361**

**SE - Aracaju - Rua do Socorro, 227 - 1º andar - São José
49015-300 - Tel.: (079)221-3582 - Telex: 792276**

**BA - Salvador - Av. Estados Unidos, 476 - 4º andar - Comércio
40010-020 - Tel.: (071)243-9277 - Ramal 28 - Telex: 712182**

Sudeste

**MG - Belo Horizonte - Rua Oliveira, 523 - 1º andar
30310-150 - Tel.: (031)223-0554 - Ramal 112 - Telex: 312074**

**ES - Vitória - Rua Duque de Caxias, 267 - Sobreloja - Centro
29010-120 - Tel.: (027)223-2946 - Telex: 272252**

**SP - São Paulo - Rua Urussuí, 93 - 3º andar - Itaim Bibi
04542-050 - Tels.: (011)822-5252 / 822-0077 - Ramais 281 e 296
Telex: 1132661 - Fax (011)822-5264**

Sul

**PR - Curitiba - Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 625 - Centro
80430-180 - Tel.: (041)234-9122 - Ramal 61 - Telex: 416117**

**SC - Florianópolis - Rua Victor Meirelles, 170 - Centro
88010-440 - Tel.: (048)22-0733 - Ramal 256 - Telex: 482250**

**RS - Porto Alegre - Av. Augusto de Carvalho, 1205
Cidade Baixa - 90010-390 - Tel.: (051)228-6444
Ramal 28 - Telex: 511862**

Centro-Oeste

**MS - Campo Grande - Rua Barão do Rio Branco, 1431
Centro - 79002-174 - Tels.: (067)721-1163/1520 - Telex: 672442**

**MT - Cuiabá - Avenida XV de Novembro, 235 - 2º andar
Porto - 78020-810 - Tel.: (065)322-2121 - Ramal 121
Telex: 652258**

**GO - Goiânia - Avenida Tocantins, 675 - Setor Central
74982-540 - Tels.: (062)223-3121/3106 - Telex: 622470**

**DF - Brasília - SDS, Bl.H - Ed. Venâncio II - 1º andar
70393-900 - Tels.: (061)223-1359/6897 e 226-9106
Telex: 612242**

**O IBGE possui, ainda, agências localizadas nos
principais municípios.**

PNAD
Síntese de Indicadores da Pesquisa Básica - 1990

Esta publicação apresenta dados estatísticos sobre população, educação, trabalho, família, domicílio e rendimento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD de 1990 e, ainda, a retrospectiva de alguns indicadores de rendimento para o período de 1981 a 1990. Os resultados são apresentados para o total do País e grandes regiões.

Cada tema contém comentários que destacam a evolução, de 1981 para 1990, dos indicadores apresentados para o País e faz a comparação entre os resultados obtidos para as grandes regiões em 1990.

Esta síntese põe à disposição dos usuários, de forma mais rápida, os principais resultados da pesquisa, até que sejam publicados os cinco números que compõem a divulgação anual da PNAD.

Algumas publicações do IBGE sobre o assunto:

Censo demográfico

Indicadores sociais

Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil

Séries estatísticas retrospectivas

Síntese de indicadores da pesquisa básica da PNAD de 1981-1989.